



CLAUDIÂNI GUIMARÃES VARGAS GONÇALVES

**MEMÓRIA EMPRESARIAL DO BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.  
(BAGERGS) E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

CANOAS, 2021

CLAUDIÂNI GUIMARÃES VARGAS GONÇALVES

**MEMÓRIA EMPRESARIAL DO BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.  
(BAGERGS) E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle – Unilasalle como requisito para a obtenção do título de Mestra em Memória Social e Bens Culturais. Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural.

Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann

Coorientação: Profa. Dra. Ana María Sosa González

CANOAS, 2021

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G635m Gonçalves, Claudiâni Guimarães Vargas.

Memória empresarial do Banrisul Armazéns Gerais S. A. (BAGERGS) e a sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul [manuscrito] / Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves – 2021.

121 f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) – Universidade La Salle, Canoas, 2021.

“Orientação: Prof. Dr. Moisés Waismann”.

1. Memória empresarial. 2. Memória social. 3. Patrimônio empresarial.  
4. Banrisul Armazéns Gerais S. A. (BAGERGS). 5. Desenvolvimento econômico – Rio Grande do Sul. I. Waismann, Moisés. II. Título.

CDU: 658.01

CLAUDIÂNI GUIMARÃES VARGAS GONÇALVES

Trabalho Final aprovado como requisito parcial para obtenção do título de mestre, pelo Programa de Pós- Graduação em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle.

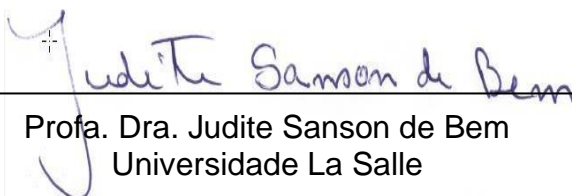
BANCA EXAMINADORA

P/



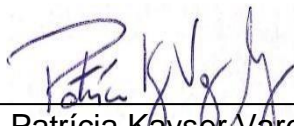
---

Prof. Dr. Jorge Luiz Amaral de Moraes  
Faculdades Integradas de Taquara



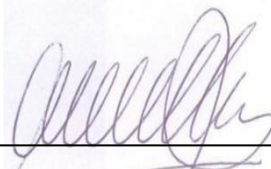
---

Prof. Dra. Judite Sanson de Bem  
Universidade La Salle



---

Prof. Dra. Patrícia Kayser Vargas Mangan  
Universidade La Salle



---

Prof. Dra. Ana María Sosa Gonzalez  
Coorientadora - Universidade Federal de Pelotas



---

Prof. Dr. Moisés Waismann  
Orientador e Presidente da Banca – Universidade La Salle

**Área de concentração:** Memória Social e Bens Culturais

**Curso:** Mestrado em Memória Social e Bens Culturais

Canoas, 10 de dezembro de 2021.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grata pela oportunidade que me foi dada para chegar até aqui. O caminho foi longo e estreito, cheio de desafios e requereu muito esforço, mas, graças a Deus, acima de tudo, e a exemplo do apóstolo Paulo, combati o bom combate e cumpri a carreira (2 Timóteo 4:7). Gratidão ao Senhor que me sustentou e me deu forças quando achei que não as tinha mais.

Agradeço ao meu amado esposo, Jéferson dos Santos Gonçalves, que, com mansidão e carinho, cuidou de mim quando eu mesma esquecia de cuidar. Me auxiliou nas tarefas domésticas e midiáticas quando me faltava entendimento nos aspectos tecnológicos. Foi meu apoio incondicional, me encorajando e me acolhendo todos os dias.

Aos meus pais, Claudio Omir Masagão Vargas e Antonia Margareth Guimarães Vargas, que me criaram e me educaram com princípios, valores e caráter, custearam minha formação de base, me incentivaram a ser uma pessoa e profissional melhor. Se sacrificaram para me manter viva, me motivaram a ser sábia, íntegra e fiel.

Aos familiares, colegas de trabalho, colegas de estudo e amigos(as) que me deram palavras de ânimo e que torceram pelo meu sucesso, mesmo que à distância.

Ao meu querido Orientador, Prof. Dr. Moisés Waismann, que me “adotou” como uma verdadeira filha, me ensinando a cursar os caminhos complexos e tão satisfatórios da pesquisa, que foi paciente e que conseguiu, com eruditas instruções e humor ímpar, tornar esse processo mais leve.

À minha querida Coorientadora, Profa. Dra. Ana María Sosa González, que conheci na Banca de Qualificação e que colaborou com análises riquíssimas e conselhos preciosos, dos quais resultaram em um trabalho mais aprofundado e coeso.

À Profa. Dra. Danielle Heberle Viegas, que foi minha Coorientadora até a Banca de Qualificação, se despedindo logo após, quando mudou-se para a Alemanha. Seus ensinamentos também fazem parte desta pesquisa!

À Coordenação e demais Professores(as) do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais que acreditaram em meu potencial e me propiciaram o crescimento que colho hoje.

À Universidade La Salle, que é uma extensão da minha casa, onde tenho traçado minha carreira acadêmica desde 2006 e que também custeou este curso de

Mestrado com uma Bolsa Institucional de 50%. Certamente sem o auxílio fornecido, a conclusão deste não seria possível.

À empresa Bagergs, nas pessoas do Sr. Zilmino Jacedir Tartari e Sra. Vera Lucia Antonello, especialmente, que sempre estiveram disponíveis para fornecer todas as informações necessárias, assim como o *corpus documental* desta pesquisa.

*“[...] Adquire a sabedoria, adquiere o entendimento e não te esqueças das palavras da minha boca, nem delas te apartes. Não desampares a sabedoria, e ela te guardará; ama-a, e ela te protegerá.”*  
*Provérbios 4:5-6*

## RESUMO

Este estudo está relacionado à linha de pesquisa Memória e Gestão Cultural do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais e tem por objetivo identificar as contribuições da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) para o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XX, do ponto de vista da memória empresarial. Para tanto, aproxima-se dos conceitos de memória social, cultura, patrimônio industrial e memória empresarial, com o intuito de contextualizar a temática através dos autores Gondar, Halbwachs, Pollak, Ricoeur, Candau, Barros, Bauman, Cordeiro, Ferreira, Meneguello, Hobsbawm, Worcman, Nassar, Feldman e Feldman. Também se inclina para o tema fotografia como fonte que auxiliou na reconstrução histórica, tomando as contribuições de Dubois, Kossoy, Mauad e Fabris. Para entender a trajetória econômica do estado do Rio Grande Sul a partir de meados dos anos de 1950 e seus principais marcos importantes, utilizou-se os autores Soares; Fedozzi, Gertz, Pesavento, Moreira, Müller, Dacanal; Gonzaga e Kühn. Quanto à metodologia empregada, trata-se de uma pesquisa aplicada (Silveira e Córdova), descritiva (Triviños) e documental (Gil) aliada à análise de conteúdo (Bardin), que utilizou de fontes primárias (Atas Geral de Assembleia) e secundárias (fotografias e recortes jornalísticos). Como produto técnico final, apresenta-se um *e-book* baseado no *layout “coffee table book”*, tramando textos, recortes de jornais e fotografias, com o objetivo de obter reconhecimento sociocultural. Neste sentido, emprega-se as falas de Assmann e Agamben, sendo, o produto, uma justificativa de fortalecer as memórias econômica e empresarial.

Palavras-chave: memória empresarial; memória social; patrimônio industrial; história econômica do Rio Grande do Sul; Bagergs.



## **ABSTRACT**

This study is related to the Memory and Cultural Management research line of the Professional Master Course on Social Memory and Cultural Assets and aims to identify the contributions of the company Bannrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) to the economic development of the state of Rio Grande do Sul from the second half of the 20th century, from the point of view of business memory. Therefore, it approaches the concepts of social memory, culture, industrial heritage and business memory in order to contextualize the theme through the authors Gondar, Halbwachs, Pollak, Ricoeur, Candau, Barros, Bauman, Cordeiro, Ferreira, Meneguello, Hobsbawm, Worcman, Nassar, Feldman and Feldman. It also leans towards the theme of photography as a source that helped in the historical reconstruction, taking contributions from Dubois, Kossoy, Mauad and Fabris. To understand the economic trajectory of the state of Rio Grande Sul from the mid-1950s and its main important landmarks, authors Soares; Fedozzi, Gertz, Pesavento, Moreira, Müller, Dacanal; Gonzaga and Kühn were used. As for the methodology used, it is an applied research (Silveira and Córdoba), descriptive (Triviños) and documental (Gil) combined with content analysis (Bardin), which used primary sources (General Assembly Minutes) and secondary (photographs and news clippings). As a final technical product, an e-book is presented based on the "coffee table book" layout, weaving texts, newspaper clippings and photographs with the objective of obtaining sociocultural recognition, in this sense it is used as speeches by Assmann and Agamben, being the product a justification for reinforcing it as an economic and business memory.

Keywords: business memory; social memory; industrial heritage; economic history of Rio Grande do Sul; Bagergs.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa inicial do e-book.....	25
Figura 2 – Apresentação do e-book.....	26
Figura 3 – Linha do tempo do e-book.....	27
Figura 4 – Proporção de milho, trigo, soja e arroz produzido no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1947 até 2019.....	48
Figura 5 – Representação gráfica do volume, em percentual, dos documentos disponibilizados pela Bagergs, dos anos 1946 a 2019.....	53
Figura 6 – Data de início das operações da empresa.....	54
Figura 7 – Aterro na rua Voluntários da Pátria em 1955.....	55
Figura 8 – Fundos da rua Voluntários da Pátria em 1956.....	56
Figura 9 – Descrição das atividades iniciais da empresa e da sua relevância para a economia do estado do Rio Grande do Sul.....	57
Figura 10 – Assinaturas originais dos primeiros acionistas da Bagergs (Armasul), em 1953.....	59
Figura 11 – Armazéns Gerais de Uruguaiana em 1996.....	63
Figura 12 – Armazéns Gerais de Livramento em 1996.....	64
Figura 13 – Armazéns Gerais de Jaguarão em 1993.....	64
Figura 14 – Entrada da Bagergs, em 1998.....	67
Figura 15 – Interior de um dos Armazéns da Bagergs, em 2020.....	67
Figura 16 – Interior de um dos Armazéns da Bagergs, em 2020.....	68
Figura 17 – Vista aérea da Bagergs, em 2020.....	69

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidades, em toneladas, e variação de milho, trigo, soja e arroz produzidos no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1947 a 2019.....	45
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista dos Portos Secos no estado do Rio Grande do Sul.....	16
Quadro 2 – Relação de documentos disponibilizados pela Bagergs, dos anos 1946 a 2019.....	52
Quadro 3 – Listagem dos primeiros acionistas da Bagergs (Armasul) em 1953.....	58
Quadro 4 – Comparativo entre os Governadores do estado do Rio Grande do Sul e os respectivos Diretores-Presidentes da Bagergs no período de 1953 a 2021.....	70
Quadro 5 – Dados das imagens dos Diretores-Presidentes da Bagergs no período de 1999 a 2023.....	71

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Memorial.....</b>	<b>18</b>
<b>1.2 Contextualização do tema da pesquisa.....</b>	<b>21</b>
<b>1.3 Produto final: “Memória empresarial do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) e a sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul”.....</b>	<b>22</b>
<b>1.4 Objetivos.....</b>	<b>27</b>
<i>1.4.1 Objetivo geral.....</i>	<i>28</i>
<i>1.4.2 Objetivos específicos.....</i>	<i>28</i>
<b>2 ARQUITETANDO A MEMÓRIA SOCIAL, A MEMÓRIA EMPRESARIAL E O RIO GRANDE DO SUL.....</b>	<b>29</b>
<b>2.1 Memória social e empresarial.....</b>	<b>29</b>
<b>2.2 Marcos econômicos do Rio Grande do Sul.....</b>	<b>38</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>49</b>
<b>4 O BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. (BAGERGS).....</b>	<b>54</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>74</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO A – Carta de apresentação da pesquisa.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXO B – Recortes da Revista do Globo, nº 722, ano 1958.....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXO C – Declaração da nova atividade para atuar como entreposto aduaneiro, conforme descreve as páginas 142 e 143 da Ata de Assembleia de 6 de março de 1974.....</b>	<b>98</b>
<b>ANEXO D – Liquidação da Armazéns Gerais e Entrepostos Aduaneiros de Uruguaiana S.A. - AGEUSA em 1960.....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO E – Página 3 do Diário de Notícias de Porto Alegre em 1954, quando o Consórcio Brasileiro de Investimentos (Rio Grande do Sul) S.A. anunciou o aumento de capital dos Armazéns Gerais.....</b>	<b>101</b>
<b>ANEXO F – Página do Diário de Notícias de Porto Alegre, em 1959, quando reforça a entrada de L. Figueiredo aos Armazéns Gerais.....</b>	<b>102</b>

<b>ANEXO G – Página do Diário de Notícias de Porto Alegre, número 296, em 1961, quando o impresso comunicou uma nota sobre o controle do Armazéns Gerais pelo sócio majoritário: Banrisul.....</b>	<b>103</b>
<b>ANEXO H – Relatório da diretoria Banrisul correspondente ao ano de 1953...</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO I – Diretores da empresa substituídos pelo Banrisul, conforme Ata de Assembleia de 6 de maio de 1961, página 86.....</b>	<b>106</b>
<b>ANEXO J – As vantagens do entreposto aduaneiro “Cagergs”. Publicação realizada pela Folha de São Paulo, em 13 de junho de 1979, seção transportes, página 22.....</b>	<b>107</b>
<b>ANEXO K – Retificação da reportagem anterior (ANEXO J) revisando o número de empresas atuantes como entreposto aduaneiro. Publicação realizada pela Folha de São Paulo, em 17 de junho de 1979, seção opinião, página 3.....</b>	<b>108</b>
<b>ANEXO L – Reportagem sobre empresas permissionárias de regimes aduaneiros. Publicação realizada pela Folha de São Paulo, em 10 de novembro de 1983, seção transportes, página 28.....</b>	<b>109</b>
<b>ANEXO M – Reportagem sobre a suspensão do contrato da Bagergs no Porto Seco de Uruguaiana. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 25 de setembro de 2003, seção economia, página 16.....</b>	<b>110</b>
<b>ANEXO N – Reportagem sobre a saída da Bagergs em Livramento e Jaguarão e a permanência em Uruguaiana. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 2 de outubro de 2003, seção economia, página 13.....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXO O – Reportagem sobre o fechamento do Porto Seco de Uruguaiana. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 3 de outubro de 2003, seção economia, página 10.....</b>	<b>112</b>
<b>ANEXO P – Reportagem sobre a decisão de investigação do Tribunal de Contas do Estado sobre a perda da concessão do Porto Seco de Uruguaiana. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 26 de novembro de 2003, seção opinião, página 4.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO Q – Reportagem sobre a decisão de investigação do Tribunal de Contas do Estado sobre as perdas das concessões dos Portos Secos de Uruguaiana, Livramento e Jaguarão. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 20 de janeiro de 2004, seção opinião, página 4.....</b>	<b>114</b>
<b>ANEXO R – Ex-vice-governador do estado do Rio Grande do Sul, Vicente Bogo, assume diretoria da Bagergs e menciona intenções durante seu mandato.</b>	

<b>Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 3 de abril de 2007, seção economia, página 13.....</b>	<b>115</b>
<b>ANEXO S – Reportagem sobre a ampliação da Bagergs no serviço alfandegado. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 19 de março de 2009, seção economia, página 10.....</b>	<b>116</b>
<b>ANEXO T – Reportagem sobre a ampliação de operações da Bagergs em Canoas. Publicação realizada pelo correio do povo, em 1º de abril de 2010, seção economia, página 6.....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE A – Ata de reunião gerada a partir da primeira visita à Bagergs....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE B - Aprovação da Bagergs quanto à pesquisa intitulada “Memorial Bagergs”, em 2019.....</b>	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa investigar a trajetória do Banrisul Armazéns Gerais S/A, conhecido como Bagergs, do ponto de vista da memória empresarial. A empresa, constituída como sociedade anônima cujo controle acionário majoritário é exercido pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul, foi fundada em 12 de novembro de 1953, na cidade de Porto Alegre, e atua no setor logístico como armazém alfandegado na Região Metropolitana da capital gaúcha.

Busca-se analisar, especialmente, de que modo a trajetória da empresa esteve vinculada ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul e a importância dos seus serviços de logística para o estado a partir da segunda metade do século XX.

O estudo vai ao encontro dos conhecimentos acadêmicos e das experiências profissionais da pesquisadora, que atua no âmbito nacional e internacional do mercado de logística há quase dez anos. Logo, a fim de dar sequência à linha acadêmica e profissional traçada até o presente momento, esta pesquisa propõe identificar as principais contribuições da Bagergs para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, relacionando os conceitos macros de memória social e memória empresarial.

Como aproximação do tema, se faz necessária uma apresentação sobre a instituição escolhida e como ela está contextualizada no mercado logístico. Quanto a este viés, o processo de abertura de novos mercados, cada vez mais globalizados, tem sido um dos principais pilares fundamentais para fomentar a competitividade das empresas e, nesse sentido, a logística é adotada como uma das ferramentas de gestão para auxiliar os negócios corporativos.

Conforme Dornier *et al* (2000), a logística está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e o sucesso das economias está na habilidade de abranger novos mercados e, muitas das vezes, além das fronteiras. Ainda, segundo os autores, a economia global e a competitividade de mercado forçam as empresas a projetarem seus produtos no âmbito global, promovendo a integração das organizações e os esforços de cada parceiro da cadeia logística. De acordo com Schumpeter (1911), o desenvolvimento econômico sugere transformações estruturais, culturais e institucionais do sistema econômico e não só o crescimento da renda per capita. Para Furtado (1968, p. 72) “o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento, superando-a”.



Desta forma, a empresa a ser explorada nesta pesquisa está inserida no campo logístico e compõe um dos Portos Secos<sup>1</sup> do estado do Rio Grande do Sul. No estado, há portos secos em fronteira e portos secos no interior do estado, localizados próximos às maiores regiões produtoras, como grande Porto Alegre, Serra Gaúcha e Vale do Rio dos Sinos. Os portos secos de fronteira, localizados nos pontos de fronteira com Argentina e Uruguai, são focados na recepção de cargas rodoviárias, sem contar com grandes estruturas para armazenagem de mercadorias, uma vez que por eles as cargas passam apenas para que sejam desembaraçadas e possam seguir viagem até seu destino final. Já os portos secos localizados no interior do estado (EADIs) possuem estrutura para armazenar as mercadorias, recebendo as cargas ainda consolidadas e permitindo que sejam nacionalizadas imediatamente ou admitidas em algum dos regimes especiais, como entreposto aduaneiro<sup>2</sup> ou *drawback*<sup>3</sup>.

O quadro 1 mostra a relação dos Portos Secos no estado e na Região Metropolitana de Porto Alegre/RMPA.

---

<sup>1</sup> Um Porto Seco é um recinto alfandegado privado, de uso público, instalado em locais definidos pelas autoridades aduaneiras e são localizados em zonas secundárias. Os atrativos para a utilização dos portos secos consistem na redução do custo da armazenagem, na velocidade do desembaraço aduaneiro e nos custos do transporte internacional. (LOPEZ; GAMA, 2010 e ROCHA, 2013).

<sup>2</sup> O regime aduaneiro especial de Entreposto Aduaneiro na Importação é o que permite a armazenagem de mercadoria estrangeira em recinto alfandegado de uso público, com suspensão do pagamento dos impostos federais, da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação incidentes na importação (Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º; Lei nº 10.865, de 2004, art. 14). Na exportação, o Entreposto Aduaneiro na modalidade de regime comum é o que permite a armazenagem de mercadoria destinada à exportação, em recinto alfandegado de uso público ou em instalação portuária, previamente credenciado pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com suspensão do pagamento dos impostos federais (Decreto nº 6.759, de 2009, art. 410, art. 411, § 1º; IN SRF nº 241, de 2002, arts. 4º e 6º, caput). (SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2021).

<sup>3</sup> O regime aduaneiro especial de *drawback*, instituído em 1966 pelo Decreto Lei nº 37, de 21/11/66, consiste na suspensão ou eliminação de tributos incidentes sobre insumos importados para utilização em produto exportado. O mecanismo funciona como um incentivo às exportações, pois reduz os custos de produção de produtos exportáveis, tornando-os mais competitivos no mercado internacional. (SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, 2021).

Quadro 1 - Lista dos Portos Secos no estado do Rio Grande do Sul

	Nome	Município	Fundação	Início da operação como Porto Seco/RS	Administrador	Estrutura
Estações Aduaneiras Interiores (EADI)	Porto seco de Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	1999	1999	Multi Armazéns Ltda.	Área total: 120.000 m <sup>2</sup> ; Armazéns: 32.000 m <sup>2</sup> .
	Porto seco da Serra Gaúcha	Caxias do Sul	2000	2000	Transportadora Simas Ltda.	Área total: 54.000 m <sup>2</sup> ; Armazéns: 10.900 m <sup>2</sup> .
	Porto seco de Canoas (Bagergs)	Canoas	1953	1974	Banrisul Armazéns Gerais S/A	Área total: 108.271,82 m <sup>2</sup> ; Armazéns: 35.000 m <sup>2</sup> .
Portos Secos de Fronteira	Porto seco de Jaguarão	Jaguarão	1996	2016	Multilog Sul Armazéns Gerais LTDA	Área total: 60.000 m <sup>2</sup> ; Armazéns: 1.340 m <sup>2</sup> ; Docas: 4; Vagas de veículos: 160.
	Porto seco de Sant'Ana do Livramento	Sant'Ana do Livramento	1996	2016	Multilog Sul Armazéns Gerais LTDA	Área total: 38.000 m <sup>2</sup> ; Armazéns: 1.000 m <sup>2</sup> ; Vagas de veículos: 150.
Portos Secos Ferroviários	Porto seco de Sant'Ana do Livramento		1999	1999	RUMO S.A. (fusão com ALL - América Latina Logística, concluída em 2016, concessão até 2027)	Malha Sul: Extensão 7.208 km
	Porto seco de Uruguaiiana	Uruguaiiana				

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Com base no quadro apresentado, é possível notar que a área total dos portos secos no estado do Rio Grande do Sul é de 380.271,82 m<sup>2</sup>, além da extensão da malha sul, de 7.208 km. Deste total, 80.240 m<sup>2</sup> referem-se a áreas de armazéns cobertos em todo o estado e 98.000 m<sup>2</sup> compreende a área total de portos secos em Fronteira.

Salienta-se, aqui, o porto seco de Canoas, conhecido como Bagergs. A empresa faz parte do Grupo Financeiro Banrisul, que iniciou suas atividades em 1953, operando no setor de armazenagem e conservação de mercadorias, onde, até o ano de 1974, dedicava-se exclusivamente à armazenagem de mercadorias nacionais. A

partir deste ano, começou a operar na exploração de Entrepósito Aduaneiro de Importação e Exportação e como Depósito Alfandegado Certificado/Porto Seco.

Este porto seco, inicialmente fundado no município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, transferiu-se para o município de Canoas, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, na década de 1980, e dispõe de máquinas e equipamentos de última geração, operando com mercadorias paletizadas e não paletizadas, assumindo total responsabilidade durante as operações e utilizando equipamentos interligados por sistemas informatizados. Sua área total é de 108.271,82 m<sup>2</sup>, com área coberta para armazenagem de 35.000 m<sup>2</sup>. Dentro dessa estrutura há um pátio para movimentação de contêineres, pátio para movimentação de cargas e armazenamento de contêineres, armazém para produtos sob anuência Anvisa com área climatizada e desumidificada, armazém para produtos químicos, pátio para baixa e levante de contêineres, tomadas para contêineres refrigerados e balança eletrônica 80T.

Fazem parte, também, de sua estrutura órgãos importantes que atuam na liberação e conferência de cargas e mercadorias, trazendo maior agilidade e segurança para as operações realizadas. São eles: Receita Federal, Ministério da Agricultura, Anvisa, Representação de Escritórios de Despachantes Aduaneiros, Escritórios de Transportadoras e Agenciadoras de Cargas.

A partir do exposto, se propôs elaborar um livro de memórias, em formato *e-book*, como produto final do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, que descreve as memórias da Bagergs e quais foram as suas contribuições para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, uma vez que estas, pelas pesquisas feitas até aqui, ainda não foram evidenciadas. Desta forma, anuncia-se o problema de pesquisa desta Dissertação de Mestrado: Quais as contribuições do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) para o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da memória empresarial?

Além disso, o produto é um meio para organizar, manter e divulgar a instituição para a sociedade como um todo, difundindo os impactos dos serviços logísticos que influenciaram na economia do estado do Rio Grande do Sul a partir da década de 1950. Ressalta-se, da mesma forma, que o produto desta pesquisa é o resultado de uma demanda da própria Bagergs, que, diante da ausência de um material que reunisse os dados acerca de sua memória e que fosse de fácil acesso aos possíveis usuários, solicitou para a pesquisadora, em 2019, este material, e acordou em

contribuir efetivamente com a pesquisa pelo tempo necessário para sua concretização.

Desta forma, utiliza-se a pesquisa documental, tendo como fonte principal os dados obtidos nas Atas de Assembleia Geral desde 1953, ano de fundação da Bagergs, até 2019, além das fontes de dados secundárias, como as fotos de alguns dos Presidentes da empresa, das estruturas físicas nos municípios de Canoas, Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão e, ainda, imagens de regiões de Porto Alegre, como a Voluntários da Pátria, na década de 1950, fornecidas pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, reportagens da Revista do Globo disponibilizadas pelo Instituto de Cultura/Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUCRS, notas do Diário de Notícias de Porto Alegre nos anos de 1954, 1959 e 1961, propiciadas pelo D.A Press Conteúdo, Brasília, reportagens da Folha de São Paulo nos anos de 1979 e 1983 e do Correio do Povo em 2003, 2004, 2007, 2009 e 2010, tendo a análise de conteúdo como técnica de análise dos dados produzidos.

Optou-se pelo uso destas fontes históricas (jornalísticas e fotográficas) para dialogar com as principais fontes utilizadas nesta pesquisa (complementando informações, reafirmando ou contrapondo aspectos importantes dessas fontes primárias analisadas). Além disso, essas fontes auxiliaram na ilustração do produto *e-book* refletindo a trajetória da empresa. Devido ao volume do acervo estudado, bem como as dificuldades trazidas a partir da pandemia causada pelo COVID-19, restringindo o acesso, seja de pessoas, seja de instituições, esta pesquisa não contempla a análise de entrevistas diretas, embora se tenha tido proximidade na comunicação com a empresa estudada, ao qual forneceu informações e os documentos necessários para findar este estudo.

## **1.1 Memorial**

Em meados de 2004, quando iniciei meus estudos, ainda no ensino médio, entendi que seguiria a carreira dos negócios. Me questionei o que mais poderia fazer dentro da área da Administração que pudesse ter destaque no mercado e fosse me motivar todos os dias.

Diante de tantas alternativas, escolhi me especializar profissionalmente na área de Comércio Exterior, onde a coordenação de embarques nacionais e internacionais,

as negociações de fretes no Brasil, e para além dele, e o uso diário de línguas estrangeiras passariam a ser meus novos desafios.

Em 2006, quando concluí o Técnico em Administração, já sabia que seguiria este caminho e, então, dei início à minha trajetória na Universidade La Salle, a qual passei a ser acadêmica. No ano de 2013, concluí a graduação em Administração com ênfase em Comércio Exterior e no ano de 2014 iniciei a Pós-Graduação em Gerenciamento de Projetos. Logo depois de um ano da conclusão deste curso fiz o Pós-MBA em Inteligência Emocional nas Organizações, concluído em 2018.

Em conjunto com a formação acadêmica, tenho trabalhado no âmbito da Logística Nacional e Internacional desde o ano de 2013, onde tive várias oportunidades em empresas de pequeno, médio e grande porte, passando pelas áreas do comércio, de serviços e em multinacionais. Já atuei em vários campos, podendo destacar a administração financeira, a gestão de pessoas e a gestão comercial.

Meus assuntos de Trabalho de Conclusão da Graduação e Artigo da Pós-Graduação foram voltados para o mercado internacional. Na Graduação, apresentei o tema “Consórcios de Exportação: verdades e mitos” onde trouxe a proposição de um Consórcio de Exportação para componentes de calçados, criado pela empresa Assintecal, localizada em Novo Hamburgo.

Na Pós-Graduação, a apresentação do meu artigo foi “Um estudo sobre a influência das partes interessadas em reuniões de status de Projetos Internacionais”, onde pesquisei sobre os principais pontos positivos e negativos que um projeto internacional enfrenta frente a tanta diversidade de culturas, maneiras de trabalho e influências externas.

Em 2018, após fazer o Pós-MBA em Inteligência Emocional nas Organizações com o objetivo de aprofundar o autoconhecimento e de trabalhar a psicologia organizacional, conclui o curso com o desenvolvimento de uma “Aplicação de *coaching* sistêmico organizacional na empresa ACME” (nome fictício do case proposto).

Comecei a dar aulas particulares de Inglês no ano seguinte, o que contribuiu ainda mais para despertar o meu interesse pelo campo do ensino e da pesquisa. Desta forma, comecei a procurar Programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado, com o intuito de iniciar uma carreira acadêmica no futuro. No primeiro e no segundo semestre de 2019, participei como Aluna Especial do Mestrado Profissional em

Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, cursando primeiramente as disciplinas de Oficina de Marketing Cultural, Economia da Cultura e Direitos Intelectuais e, por fim, Memória, Trabalho e Gestão Social.

Em 2020, ingressei como Aluna Regular do Programa. A aprovação no processo seletivo veio acompanhada do segundo lugar para recebimento de uma Bolsa Institucional de Estudos parcial de 50% concedida pela Universidade La Salle como forma de benefício a subsidiar as despesas financeiras do curso. Sou eternamente grata à Universidade La Salle por esta oportunidade!

Entre os anos de 2019 e 2020, o tema dessa pesquisa foi definido e, junto com ele, alguns desafios foram assumidos. Com o intuito de me instrumentalizar para o desenvolvimento deste estudo, além dos conteúdos produzidos até aqui, dentro do PPG em Memória Social e Bens Culturais, destaco a participação em três cursos de extensão. Primeiro, a Oficina de Escrita Criativa da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), seguido do curso de extensão universitária em História do Rio Grande do Sul do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) e, por fim, e não menos importante, o curso em Centros de Memória: Fundamentos e Perspectivas, fornecido pela Universidade de São Paulo (USP) com o apoio da Associação Brasileira de Memória Empresarial (ABME).

Além disso, como forma de aprimorar meus conhecimentos, obter experiência e me aproximar do campo acadêmico, realizei, no primeiro semestre de 2021, Estágio em Docência, sob supervisão do meu Orientador Prof. Dr. Moisés Waismann. Ainda em 2021, no segundo semestre, fui selecionada para trabalhar como Tutora na Universidade Norte do Paraná (Unopar), na cidade de Novo Hamburgo/RS, onde, além das atividades em sala de aula, realizadas em conjunto com os professores, também auxiliei no acompanhamento acadêmico dos alunos.

Dito isso, meu objetivo de trajetória é continuar buscando o conhecimento para além deste curso de Mestrado, seguindo a ordem natural de, em breve, estar em um curso de Doutorado. Espero, ao longo dessa estrada, aprender, ensinar e ter a oportunidade de formar tantos outros profissionais e pesquisadores que, assim como eu, se debruçam por uma educação melhor nas suas respectivas áreas e que aceitam o desafio de fazer parte dessa construção diariamente.

## 1.2 Contextualização do tema da pesquisa

Antes de iniciar este estudo, visitou-se a empresa Bagergs, para entender se seria possível realizar esta pesquisa, bem como para obter informações sobre os materiais disponíveis e ter um *briefing* da estrutura, história e memória da instituição. Em todas as conversas realizadas depois, além dos contatos por telefone e e-mails, a Bagergs sempre se mostrou em concordância com a pesquisa e disponível para cooperar ao longo do processo, bem como cedeu os documentos que foram de fundamental importância para a realização do estudo e produto final, se colocando à disposição para o fornecimento de outros documentos ou mesmo fotografias, que se fizeram necessários no decorrer da pesquisa.

Os documentos colhidos, em primeira instância, foram as Atas de Assembleia Geral<sup>4</sup>, as Atas do Conselho de Administração<sup>5</sup> e as Atas de Estatuto Social<sup>6</sup> desde 1953, ano de fundação da Bagergs, até 2019.

Atualmente, em 2021, a Bagergs tem todas essas Atas concentradas de forma física, em diversos e antigos livros e em nenhum lugar online que esteja organizado e que facilite a busca, bem como o compartilhamento das informações de destaque à sociedade. Também não há uma biblioteca para consulta no local. Dada esta realidade, a própria Bagergs demandou este produto final e reconheceu sua real importância para seu negócio e para sua memória.

Indo no mesmo sentido, ainda carecem de problematizações e de evidências acerca da contribuição do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) para o crescimento e desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul, principalmente na Região Metropolitana de Porto Alegre, à nível de serviços logísticos. Desta forma, acredita-se que esta pesquisa seja relevante, uma vez que é analisado o crescimento desses serviços a partir da fundação da Bagergs, sua relação com o crescimento econômico e industrial do estado, assim como as novas necessidades que isso demandou: transportes, logística, distribuição, armazéns, entre outros. Tais atividades da empresa podem ir ao encontro do conceito de patrimônio industrial, considerando

---

<sup>4</sup> Atas de Assembleia Geral: documento no qual são registrados os principais acontecimentos e decisões tomadas durante a assembleia geral para a criação de uma associação. (JUSBRASIL, 2020).

<sup>5</sup> Atas do Conselho de Administração: instrumento que documenta as deliberações ocorridas durante a reunião do conselho de uma empresa. (MODELO SIMPLES, 2020).

<sup>6</sup> Atas de Estatuto Social: documento que rege as sociedades por ações. (SAJ ADV, 2020).

o circuito produtivo e a construção da rede de cooperativados inicialmente formada. Ainda, a pesquisa produz um conhecimento histórico memorial pelas trajetórias reconstituídas.

Este estudo também contribui para que os usuários possam ter as informações compiladas em um único formato, a fim de facilitar sua consulta e disseminação, reforçando-se a importância da pesquisa à própria empresa, que ainda não dispõe de um meio físico ou mesmo eletrônico onde possa conter suas memórias ao longo dos anos. Após as conversas iniciais, foi enviada à instituição uma Carta de Apresentação da pesquisa, explicando o que inicialmente foi chamado de “Memorial Bagergs”.<sup>7</sup>

Para o campo acadêmico, a relevância deste estudo amplia, ao mesmo tempo em que aproxima e fortalece, o campo da memória social com o mundo das organizações por meio da memória empresarial, não ficando restrito, desta forma, apenas à linha de pesquisa da autora, Memória e Gestão Cultural, da mesma maneira em que é uma análise rica em detalhes e com um portfólio inovador, que possibilita melhorias e contribui para novas pesquisas a partir desta.

Por fim – e não menos importante – o produto *e-book* também é de total importância à pesquisadora, uma vez que permitiu o aprofundamento do conhecimento sobre os assuntos abordados, favorecendo intelectualmente para a sua formação e, inclusive, auxiliando no objetivo de preparar a sua trajetória acadêmica, oportunizando o início da atuação na educação de ensino superior e visando o seu aprimoramento na área.

### **1.3 Produto final: “Memória empresarial do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) e a sua contribuição para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul”**

O intuito desta pesquisa foi o de subsidiar a elaboração de um Livro, em formato de *e-book*, como o produto final do Mestrado Profissional em Memória Social e Bens Culturais, que narra a memória da Bagergs e que tem por desígnio ser um meio para organizar, manter e divulgar a empresa para a sociedade e, principalmente, difundir o crescimento dos serviços logísticos constituídos entre 1953 e 2019.

---

<sup>7</sup>A carta, bem como a Aprovação da Bagergs para seguir com o estudo e a demonstração de interesse no produto final encontra-se como Anexo A e Apêndice B deste trabalho. A confirmação, por e-mail, se deu através do Diretor Superintendente do Banrisul Armazéns Gerais S.A., Sr. Zilmino Jacedir Tartari.



Justifica-se este produto pois a escrita da memória tem sido superada pelos meios eletrônicos, como bem aborda Assmann (2011, p. 230):

[...] a enxurrada de imagens torna obsoleta a escrita enquanto principal medium da memória; novas tecnologias de armazenamento e informação baseiam-se em um novo tipo de escrita: a escrita digital que, em sua forma fluida, nada tem a ver com o antigo gesto da inscrição.

Ainda para a autora, “tanto na tecnologia de armazenamento quanto na pesquisa da estrutura cerebral vivemos uma mudança de paradigma, na qual a concepção de um registro duradouro de informação é substituída pelo princípio da contínua sobrescrita” (ASSMANN, 2011, p. 24).

Dito isso, o material produzido pode ser direcionado para além da própria Bagergs, pois tem como público alvo a sociedade rio-grandense, os clientes da instituição explorada (a empresa recebe em torno de 4.500 processos de importação e exportação mensalmente), assim como os acionistas e funcionários atuais, totalizando em torno de 200 colaboradores, e aqueles que fizeram parte da sua trajetória e que, por algum motivo, se desvincularam da empresa, mas ainda pertencem à sua memória institucional de alguma forma.

Se tratando do *layout* do produto, o *e-book* tem seu *design* baseado no conceito “*coffee table book*”, onde se apresenta textos explicativos e fotografias em seu volume. Este tipo de material, considerado livro de mesa ou “*coffee table book*”, tem o papel de um dispositivo a fim de obter reconhecimento sociocultural através de sua exibição estratégica em ambientes privados ou mesmo de circulação pública (AGAMBEN, 2010).

O produto está disponível, de forma gratuita, na seguinte plataforma de armazenamento *online*: <<https://sites.google.com/view/memoria-empresarial-da-bagergs/p%C3%A1gina-inicial>>, que possibilita a consulta e a apreciação do *e-book* 24 horas por dia, sete dias por semana, oportunizando aos usuários consultá-lo via celular, *tablet*, leitor digital ou computador, desde que este tenha disponível uma rede de *internet* ativa pelo menos no primeiro acesso, onde poderá fazer o *download* do material. A segunda premissa é que o usuário tenha um equipamento com um

*software* de leitura compatível ao formato *Portable Document Format* (PDF)<sup>8</sup>, pois o produto está disponibilizado nesta extensão.

O *e-book* traz uma exposição de linha do tempo, onde é possível perceber a evolução do estado do Rio Grande do Sul e grandes marcos da economia ao longo do mesmo período em que a Bagergs se estabiliza na Região Metropolitana de Porto Alegre e se desenvolve.

O produto é considerado propício, pois traz uma rememoração de fatos importantes do estado alinhados à trajetória do único Porto Seco da Região Metropolitana de Porto Alegre, ou seja, aborda a oportunidade de perceber as contribuições da Bagergs para o estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito ao setor logístico. Ainda, o material é de fácil acesso, uma vez que está disponibilizado em plataforma digital e, a partir das premissas atendidas, pode alcançar um número maior de leitores ou mesmo curiosos com o tema, gerando mais conhecimento, interesse e divulgação do *e-book*, além de incentivar novas pesquisas e estudos que poderão surgir, criando-se novas ideias, conceitos, visões, entendimentos ou mesmo memórias.

O produto tem 100 páginas e foi imprescindível um investimento prévio em equipamentos fixos, como computador, *scanner* e máquina fotográfica, além do custo de mão de obra e deslocamento da autora à Bagergs, no município de Canoas, e ao Museu Banrisul, em Porto Alegre, bem como a aderência da plataforma “Canva”, para estruturação e montagem do *e-book*. O montante aproximado, considerando os custos fixos e variáveis, foi de R\$ 15.000,00.

Na sequência, podem ser observadas algumas fotos que apresentam o resultado final do produto.

---

<sup>8</sup> O *Portable Document Format* (PDF) serve para exibir e compartilhar documentos, independentemente de *software*, *hardware* ou sistema operacional. Mantido pela *International Organization of Standardization*, os documentos PDF podem conter *links*, áudio, vídeo, entre outros e são exibidos através do *software Acrobat Reader DC*. (ACROBAT, 2021)

Figura 1 - Capa inicial do e-book



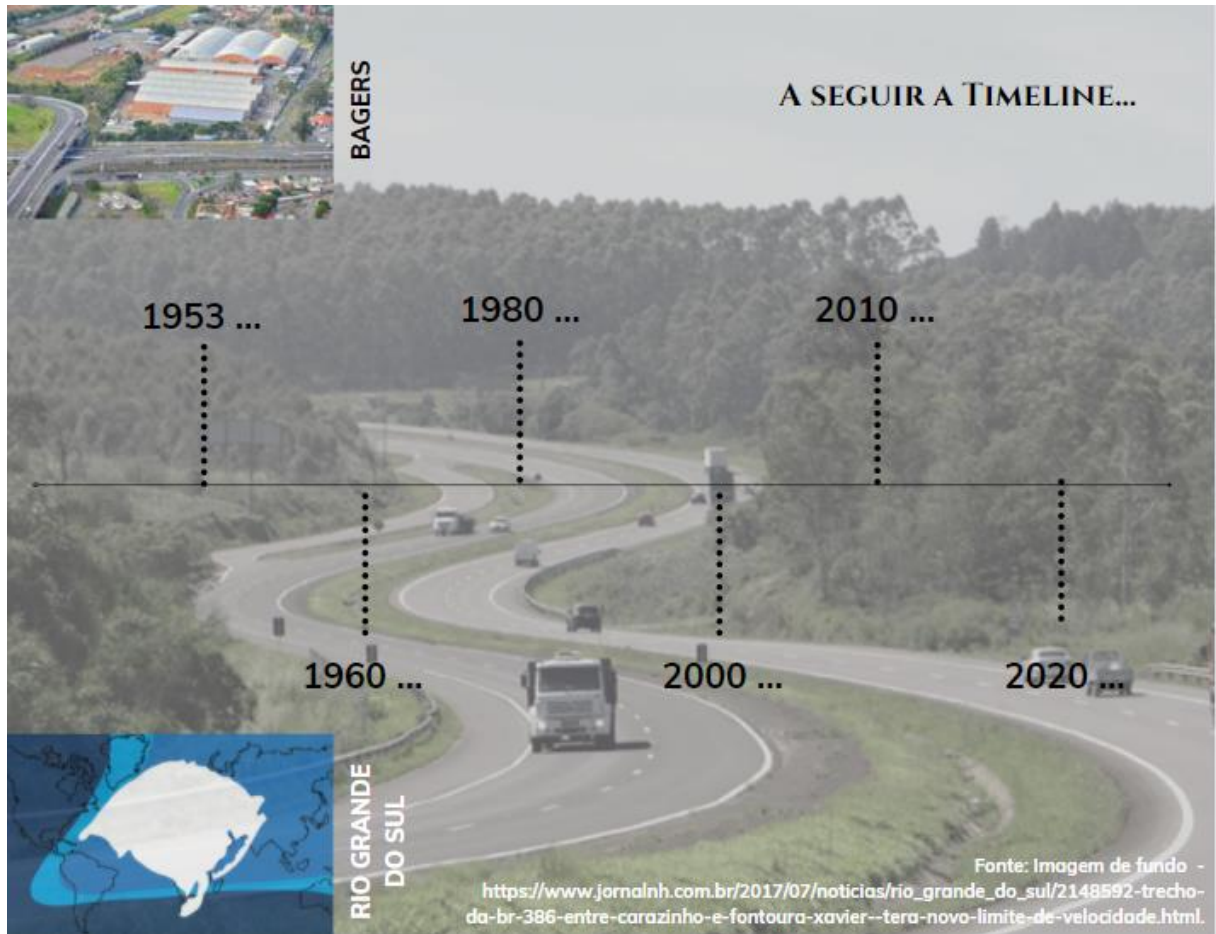
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 2 - Apresentação do e-book



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 3 - Linha do tempo do e-book



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Desta forma, o produto será um recorte da pesquisa, que visa desenvolver, academicamente, aspectos mais amplos teórico-críticos sobre a temática. Após a apresentação do produto aqui sugerido, observam-se os objetivos geral e específicos abaixo.

#### 1.4 Objetivos

Na sequência do trabalho apresentam-se os objetivos que auxiliam para responder o problema de pesquisa desta dissertação, ao qual corresponde a entender quais são as contribuições do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) para o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da memória empresarial.

#### *1.4.1 Objetivo geral*

Identificar as contribuições do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) para o desenvolvimento<sup>9</sup> econômico do estado do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da memória empresarial.

#### *1.4.2 Objetivos específicos*

- a) Relacionar os conceitos da memória social e empresarial com a trajetória da empresa;
- b) pontuar as diferentes fases da trajetória da empresa Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs);
- c) associar a trajetória da empresa aos distintos momentos econômicos do estado do Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XX.

Após a apresentação dos objetivos, evidencia-se a discussão sobre os temas de memória social e empresarial, bem como os marcos econômicos mais significativos do estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>9</sup> A discussão sobre desenvolvimento x crescimento do Rio Grande do Sul não é objeto de análise deste estudo.

## **2 ARQUITETANDO A MEMÓRIA SOCIAL, A MEMÓRIA EMPRESARIAL E O RIO GRANDE DO SUL**

A partir de Halbwachs foi possível aproximar-se do campo da memória coletiva ao qual, no início do século XX, teve este conceito incorporado aos estudos das relações sociais, corroborando para que, conforme Pollak (1992), a memória fosse constituída socialmente onde um grupo compartilha crenças em comum, criando uma identidade. Da mesma forma, a memória empresarial remete ao coletivo, uma vez que todos os indivíduos, bem como todas as organizações, têm e necessitam de um passado (HOBBSAWM, 1990).

Também se faça necessário compreender os marcos de destaque que constituíram a trajetória econômica do estado do Rio Grande do Sul a partir da segunda metade do século XX, onde muitos movimentos nacionais foram influenciados pelo processo de industrialização que afetaram diretamente o Rio Grande do Sul.

### **2.1 Memória social e empresarial**

A memória não é considerada homogênea em nenhuma área de conhecimento e é um assunto controverso no interior de cada disciplina. Ela contempla uma pluralidade de definições originadas de variadas perspectivas e discursos, às vezes similares e às vezes contraditórias (GONDAR, 2016).

Nesta pesquisa, aproxima-se do tema da memória por meio do campo da Memória Coletiva. Temática que, a partir do sociólogo francês Maurice Halbwachs, ganhou mais envergadura no início do século XX, que incorporou este estudo no campo das relações sociais, significando a esfera coletiva de memória. Halbwachs (2006) informa que a memória não seria apenas individual, mas acreditava que toda memória deveria ser pesquisada na sua forma mais abrangente, constituindo, assim, o que ele conceituou de “quadros sociais da memória”.

Segundo o autor, a memória individual não pode ser separada da memória coletiva, pois acredita que a sociedade está presente na memória e vice-versa. Desta forma, o indivíduo se lembra a partir do lugar social no qual esteve e se vincula a ele de alguma forma. Esse lugar de memória seria a construção do passado no presente, desconceituando a ideia de que a memória exprimiria somente uma recordação do

passado. Logo, a memória se construiria na relação entre o indivíduo e o que está fora dele, no campo externo.

Já Paul Ricoeur (2007) diz que não há diálogo sobre o passado e presente que seja neutro, pois estes exprimem um sistema de atribuições de valores. Logo, quando há um vínculo do conhecimento do passado com os anseios do presente, é possível uma reelaboração do mundo por meio de uma memória formalizada.

Outro autor que fala de memória é o sociólogo Michael Pollak (1992). Segundo Pollak (1992), a memória é um fato construído socialmente que envolve manter a coesão interna e defender as crenças que um grupo tem em comum. Neste sentido, Pollak (1992) vai além do que defende Halbwachs para acrescentar a ideia conflitante das memórias, pois, para o autor, a memória também cria uma identidade. Em Pollak (1992), a memória não seria enquadrada apenas pela aprovação afetiva proposta por Halbwachs, mas a memória também se constrói através das preocupações pessoais e políticas do presente, referindo, então, a um estágio de disputa e conflito, onde a negociação e a legitimidade estariam presentes.

Considerando a identidade, Candau (2021) complementa dizendo que esta pode ser entendida como um estado, uma representação ou um conceito. Porém, para o autor, quando a identidade é aplicada a um grupo, deve-se considerar, também, a individualidade de cada ser humano, visto que nenhum indivíduo é idêntico a outrem.

Esse sentimento pela construção da identidade está diretamente ligado à memória, tanto no campo coletivo como no campo empresarial e, a partir dessa compreensão, é possível conceituar a empresa Bagergs, uma vez que serão investigadas as memórias, principalmente coletivas, da empresa através dos seus documentos originais, onde contempla sua história e seus marcos importantes. Candau (2021) também questiona o conceito de memória coletiva, pois, para o autor, a “[...] a expressão “memória coletiva” é uma representação, uma forma de metamemória, quer dizer, um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo.” (CANDAU, 2014, p. 24).

Em complemento, a ideia de Pollak (1992) traz o entendimento de que a memória é um produto social: “a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).



Ainda, a memória pode ser percebida em um determinado espaço. Quanto ao conceito deste, Halbwachs (2006, p.143) diz que “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial”. Ou seja, o passado só pode ser recuperado se ele for conservado em um espaço particular onde estamos inseridos, sendo, este, o local por onde passamos, onde temos acesso ou mesmo aquele que circula em nossos pensamentos. Candau (2021) vai além da ideia espacial de Halbwachs para complementar que a identidade de um grupo pode ser ainda mais definida por coordenadas temporais, onde, por meio da memória, o indivíduo categoriza o mundo, tanto no espaço como no tempo, estruturando-o de forma que haja sentido.

Paralelamente, na Inglaterra, surgiu o conceito de patrimônio industrial entre os anos de 1950 e 1960, no século XX, sendo, esta, uma nova temática a ser estudada, revisitando o passado das atividades industriais, as memórias do trabalho, as técnicas e as tecnologias, não limitando-se apenas ao patrimônio material, mas considerando os aspectos sociais e culturais definidos a partir de uma sociedade industrial. Cordeiro (2011, p. 155) explica seu surgimento:

De fato, o interesse pelo estudo e salvaguarda do patrimônio industrial surgiu no Reino Unido durante a década de 50, coincidindo com aquilo que foi classificado como uma vaga de nostalgia pelas tradições industriais britânicas, agravada pelas destruições massivas provocadas pelos bombardeamentos durante a II Guerra Mundial, cujos alvos estratégicos eram muitas vezes as unidades industriais. As destruições resultantes dos bombardeamentos seguiram-se as demolições de instalações industriais obsoletas, resultantes da reconversão industrial e urbanística, num fenômeno que se prolongou até os primeiros anos da década de 60.

Para o autor, o conceito de patrimônio industrial abarca uma interdisciplinaridade de temas, como a arquitetura fabril, a documentação empresarial, os produtos industriais, a história oral, entre outros. Contudo, recentemente, este entendimento é reforçado em 2003, a partir da Carta de Nizhny Tagil (2003, p. 2), que compreende o conceito de patrimônio industrial como:

[...] os vestígios da cultura industrial que possuam valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transportes e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.

A descrição trazida nessa carta, em Nizhny Tagil, no dia 17 de julho de 2003, foi aprovada pelos delegados reunidos na Rússia, na Conferência 2003 do TICCIH - *The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage* (Comissão Internacional para a Conservação do Patrimônio Industrial) -, que é a organização mundial responsável pelo tema, sendo, também, definitivamente aprovada pela UNESCO. O objetivo dos delegados foi definir as estruturas utilizadas em atividades industriais e as demais manifestações, sejam elas tangíveis ou intangíveis, como patrimônio industrial, devido a sua importância de destaque, salientando que estes necessitam ser estudados, suas histórias revisitadas e suas finalidades exploradas, tornando-se memórias de conhecimento público.

Ainda, em 2018, este documento foi atualizado através da Carta de Sevilla, que realizou uma revisão crítica sobre patrimônio industrial, considerando as mudanças de paradigma ocorridas nas últimas décadas, reconhecendo os novos conhecimentos e estratégias no que diz respeito à manutenção, conservação e gestão do patrimônio industrial, destacando-se, entre outros pontos, o aspecto cultural e social, conforme trechos abaixo (CARTA DE SEVILLA, 2018, p. 11 e 12):

*El valor cultural de los testimonios materiales e inmateriales vinculados a las actividades productivas, [...] la creciente conciencia ciudadana por el mantenimiento y conservación del Patrimonio Industrial como parte esencial de la memoria colectiva. [...] La demanda expresada por colectivos ciudadanos para disponer de espacios donde poder expresar sus relaciones de memoria y sociabilidad.*

Como complemento, Ferreira (2009) diz que o patrimônio industrial vai além de um lugar de trabalho, mas se trata de um local de memória, sendo visto como vestígios de atividades que, por muita das vezes, deixaram de existir ou de ter importância. Ainda, Meneguello (2005, p. 131) compreende como “a dimensão das estruturas industriais a serem preservadas - verdadeiros elefantes brancos em meio às cidades; o olhar pouco condescendente da mídia e população para com esses lugares” que não têm o “glamour de um antigo teatro ou do casarão de um barão de café” -. Ou seja, a autora traz o sentido de que o patrimônio industrial ocupa um lugar urbano ao qual, por muitas das vezes, é visto como uma construção que atrapalha o fluir da região e que não é reconhecido como uma obra que deve ser preservada e admirada através da representação do seu passado nos dias presentes. Para Meneguello (2021, p. 92), “pensar sobre os espaços de trabalho implica em entender todas as

suas dimensões materiais e imateriais”, e quando há uma rememoração desse trabalho, “a memória edificada ou não, pode se transformar em patrimônio industrial” (MENEGUELLO, 2021, p. 93).

A Bagergs se enquadra nesses dois cenários: primeiro porque é um exemplo de uma espacialidade onde as lembranças podem reaparecer, pois não há grupo “que não tenha qualquer relação com um lugar, isto é, com uma parte do espaço” (HALBWACHS, 2006, p.143), bem como não há indivíduo sem unidade de experiência; onde está é evolutiva, mutável e diretamente relacionada à identidade (CANDAU, 2021).

Também dialoga com o conceito de patrimônio industrial, uma vez que foi um importante meio para beneficiar produtores em meados da década de 1950, dado que os produtos tinham como destino as indústrias as quais transformavam essas matérias primas em manufaturas e os armazéns da empresa foram fundamentais para permitir e completar esse circuito econômico. Todavia, seus armazéns não podem mais ser vistos no mesmo local, devido à mudança de endereço da empresa na década de 1980, influenciada, na época, pela construção da Trensurb (Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre), que inviabilizava o acesso de caminhões aos “Armazéns Gerais”, corroborando a fala de Meneguello (2005), quando se refere ao conceito de patrimônio industrial que assume, muitas das vezes, o papel de um lugar incômodo ao seu entorno.

No âmbito econômico, Halbwachs (2006) também aborda o contexto “espaço”, quando traz o conceito de memória econômica e comenta da abordagem sobre os preços e como eles podem ser influenciados pelas opiniões de um grupo, e não necessariamente pela qualidade de um determinado produto. Ou seja, o autor acredita que o que é considerável são os lugares onde se formam as opiniões sobre o valor das coisas e sobre a lembrança dos preços, servindo de “suporte à memória econômica”. (HALBWACHS, 2006, p.150). Desta forma, seria dentro do lugar escolhido pelo grupo que se torna possível lembrar os valores dos objetos, gerando, assim, a memória econômica desse grupo.

Para o autor, é através desses círculos de opiniões que se forma a memória econômica e que se estabilizam as relações dos preços mais recentes. Se há um distanciamento desse círculo, o presente também ficará mais distante, ou seja, se os compradores não participarem dos círculos comerciais, também não participarão da memória do grupo econômico.

Neste sentido, a Bagergs pode ser citada, uma vez que a constituição da empresa influenciou diretamente no preço de mercado das *commodities* agrícolas da época, pois, ao utilizar seus armazéns, o produtor não fazia uso da armazenagem portuária, o que gerava um custo menor para manter o produto estocado, impactando no preço final de venda. Em comparação com os valores do porto, a Bagergs era mais competitiva.

Ainda quanto ao espaço, a visão de Pollak (1989) está relacionada ao afetivo, ou seja, o lugar das lembranças não é atribuído meramente às datas de acontecimentos passados, mas tem muito mais a ver com as emoções captadas do que com apenas as capacidades cognitivas. Mesmo que seja impossível fixar todas as lembranças, essa reconstrução de si mesmo ajuda a definir o lugar social, individual e coletivamente, objetivando o enquadramento da memória.

Um tipo específico de coletivo são as organizações. Desta forma, quando se tem como objeto as empresas, pode-se complementar a análise de memória com o argumento de Hobsbawm (1990), quando diz que todos os seres humanos e todas as instituições possuem e precisam de um passado, porém nem sempre esse passado é revelado por meio da investigação histórica. Logo, quando se remete às empresas, a memória também está presente e pode ser investigada à luz do conceito de memória empresarial.

Como decorrência do ganho da importância neste tema, a história da memória empresarial teve seu surgimento nas décadas de 1980 e 1990, na Europa e nos Estados Unidos. A partir dessas localidades, historiadores, consultores e arquivistas deixaram de trabalhar apenas com a academia para prestar serviços diretos às empresas, utilizando de centros de documentação e memória como uma forma de consolidar o conhecimento dos empregados que faziam parte de uma determinada organização.

No Brasil, a memória de empresas começou a ser organizada com mais ênfase na segunda metade do século XX, pois foi no momento empresarial e industrial em que as empresas internacionais, que já faziam este trabalho no exterior, chegaram em maior número, resultando em uma forte influência, a partir da instalação de empresas europeias e americanas em território nacional. Este movimento se iniciou lentamente, após a 2ª Guerra Mundial, a partir da industrialização de base liderada pelo presidente Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954) tornando a prática mais frequente no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), que tinha, em seu Plano de Metas,

o “progresso” de 50 anos em cinco. Para isso, seu governo trabalhou e atraiu inúmeras empresas estrangeiras que já tinham como praxe o cuidado com a memória empresarial.

Sobre a memória empresarial, Worcman (2004) afirma que, sobretudo, essa memória seria o uso que uma empresa faz de sua história, e dependerá da forma de perceber e valorizar sua própria história que as empresas podem aproveitar, ou não, a oportunidade de utilizar essa ferramenta fundamental para adicionar mais valor à sua atividade. Para Worcman (2004, p. 23):

Trabalhar este tema não é apenas promover uma reconstrução do passado da organização, devendo ser visto como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros.

Ou seja, a história passa a ser um meio de comunicação da empresa onde as narrativas descrevem o que foi vivenciado em diferentes tempos e experiências, podendo transformar seus contos em conhecimento útil perante a sociedade.

Sobre as narrativas, de acordo com Mudrovcic (2009, p.104):

[...] essa representação narrativa do passado do grupo se refere a acontecimentos socialmente significativos e, ao mesmo tempo, possui uma dimensão fundamentalmente prática [...] a história deve ser compartilhada pelos membros do grupo de tal modo que cada um possa dizer “nós” vivemos este acontecimento, ainda que somente alguns – ou nenhum deles – o tenham experimentado diretamente.

Nesse sentido, Pollak (1989) concorda quando diz que as narrativas são construídas através de personagens históricos que mantêm suas memórias definindo as aproximações e diferenças entre os grupos.

Toda essa discussão permite entender que a memória empresarial – recorrentemente construída, enquadrada e disseminada – está presente no dia a dia das empresas e pode ser identificada nas várias expressões da memória coletiva. Como argumentam Feldman e Feldman (2006), a memória nas organizações são processos e práticas específicas construídas de forma coletiva, cultural e contextualizadas no tempo.

Pollak (1989) ainda corrobora trazendo a ideia dos guardiões da memória, ou seja, a verdade aliada às testemunhas da empresa, transformando-se em um quadro de referência por meio da identificação e do compartilhamento de significados, onde

em “uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória [...] que, ao definir o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais” (POLLAK, 1989, p. 3). Mas Pollak (1989, p. 12-13) diz que os relatos podem ser limitados pelo grupo ou pelo próprio indivíduo, com o intuito de garantir uma coerência e identidade:

[...] ao contarmos nossa vida, em geral, tentamos estabelecer uma certa coerência por meio de laços lógicos entre acontecimentos-chaves [...], e de uma continuidade, resultante da ordenação cronológica. Através desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros.

Em complemento, Worcman (2004) traz que a memória abriga aquilo que fica registrado em nós e que teve um significado importante nas nossas vidas por algum motivo. Logo, pode-se dizer que a memória é seletiva. A autora acredita que assim acontece nas empresas, ou seja, a empresa também seleciona o que foi importante durante sua trajetória e o guarda em sua memória.

Nesse viés, Barros (1999, p. 33) contribui quando aborda a discussão sobre cultura e afirma que esta é o “[...] ponto de onde se avista e se constitui a realidade; é condição para a construção da história e da memória de um povo e, portanto, formadora de sua identidade.” (BARROS, 1999, p. 32) e que “a cultura é sempre uma experiência seletiva.”

Outro autor que colabora com esse entendimento é Bauman (2012), quando diz que a cultura aceitável para determinada pessoa está ligada à identidade e esta é individual, ou seja, nem sempre a cultura é internalizada por critérios próprios em cada indivíduo, já que pode sofrer influências de acordo com as normas, as crenças e os valores de cada um. Para o autor, uma alternativa de definir a cultura é como se fosse “um conjunto único, total e indivisível de significados e instrumentos simbolizados, atribuível apenas à humanidade em seu todo.” (BAUMAN, 2012, p. 106). Logo, a cultura não se resume apenas às normas e costumes sistematizados de uma sociedade em questão, mas é algo consistente e aceitável aos seus membros. É o modelo mental de perceber, relatar e interpretar ou, como o autor menciona, é uma “[...] habilidade específica da mente humana de ser intencional, ativa e criativa” (BAUMAN, 2012, p. 105).

Hobsbawm (1990) na sua fala sobre “nacionalidade”, explica que alguns grupos se unem devido a semelhanças em fatores como a língua, a etnia, o território comum, a história comum e os traços culturais comuns, tornando as culturas preexistentes em “nações”. Em complemento, Bauman (2012) acredita que a cultura é tanto pré-social quanto socialmente gerada, alimentando-se e ajudando-se, uma à outra, para seu respectivo desenvolvimento.

Quanto a estes grupos formados nas empresas, Halbwachs (2006), assim como Worcman (2004), trazem a fala de grupos sociais quando preveem a valorização da história da organização como um patrimônio onde as narrativas da história são transferidas para os grupos sociais aos quais ela pertence, pois, dessa forma, segundo Worcman (2004), a empresa constrói sua identidade e reafirma sua permanência no mundo corporativo. Nesse sentido, a autora diz que a empresa precisa da sociedade, ou seja, isolada ela não sobrevive; ela se envolve com a comunidade e interage com o meio em que habita, fazendo parte da memória deste local, sendo, este, um bairro, uma cidade ou um país.

Ainda, para a Worcman (2004), é de suma importância pensar a narrativa da história das empresas envolvendo a participação das pessoas. Essa aproximação deve fazer parte da visão estratégica da organização, com o objetivo de expandir os seus limites para além da sua própria narrativa, abraçando novas formas de registros, talvez não percebidos por ela antes.

Nesse sentido, a autora compreende que as empresas não são compostas apenas de seu líder ou administrador, mas, sim, de pessoas nas suas mais variadas concepções e que essas pessoas fazem parte de diversos grupos sociais. Grupos, estes, também abordados por Halbwachs (2006). Ora, a história de uma empresa passa, também, a ser construída com a participação de clientes, fornecedores e outros grupos de relacionamento os quais participam da identidade do negócio, uma vez que, mesmo de maneira implícita, integram a forma como a organização rege suas regras, seus princípios, suas maneiras de trabalho e sua marca no mercado (WORCMAN, 2004).

Como bem traduz Nassar (2004), com a informação armazenada é possível manter a sabedoria e fortalecer o sentimento de pertencimento. Ainda, segundo Worcman (2004), quando uma empresa, através da sua visão estratégica, reproduz seus anos de trajetória e, de alguma forma, comemora ou mesmo desenvolve projetos

relacionados à memória, ela está tornando suas narrativas históricas explícitas, ou seja, tornando visível suas ideias de passado, presente e futuro.

É nesse sentido que, como sustenta Ricoeur (2007), tanto o excesso quanto a insuficiência de memória são representativos de alguma coisa. Entende-se, a partir daí, que há uma interação entre passado e presente, atribuindo relevância a uma função social do passado onde são levantadas, categorizadas e compiladas razões relacionadas ao que o presente necessita.

Logo, quando se fala da memória de uma empresa, também se fala das memórias daqueles que fazem parte dela, ou seja, há uma construção conjunta entre identidades individuais e identidades coletivas. A memória está sempre se adaptando nessa reconstrução de fatos.

## **2.2 Marcos econômicos do Rio Grande do Sul**

Nesta seção são destacados os principais marcos econômicos que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul em torno do ano de 1945 até os dias atuais, a fim de situar a presente pesquisa no tempo e nos acontecimentos históricos que foram de suma importância para a construção deste tema.

Porém, primeiramente é importante entender como a economia do Rio Grande do Sul foi influenciada por movimentos nacionais, onde a variante trazida pelo Estado Novo (1937-1945) procurou substituir a economia baseada em agroexportação para indústria, e cabia ao Rio Grande do Sul fornecer um produto barato à região Sudeste. Todavia, os produtos gaúchos, como um todo, enfrentavam problemas para colocação em mercado nacional, já que o arroz, por exemplo, tinha concorrentes mais bem localizados no centro do país (PESAVENTO, 2014).

Em meados dos anos de 1950, houve mudanças na economia nacional que trouxeram a industrialização ao Brasil, refletindo em um processo de modernização e integração do mercado nacional (GERTZ, 2007). Esse projeto nacional-desenvolvimentista definia o projeto de industrialização, que significava, também, a modernização da sociedade nacional, via reformas no sistema político-eleitoral, na administração do estado, na estrutura agrária, na educação e nas relações internacionais. A sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista decorreu de um acordo tácito entre os interesses rurais e o capital industrial (MOREIRA, 2017).



Ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek, o programa ficou mais conhecido como Plano de Metas e dividiu-se em metas distribuídas entre setores de energia, alimentação, indústria de base e educação, além da ampliação das redes de rodovias, que aconteceu em diversas cidades brasileiras (MOREIRA, 2017), incluindo o estado do Rio Grande do Sul, beneficiando os agricultores locais. A partir deste Plano de Metas foi promovida uma grande mudança no sistema produtivo, logo o país deixou de ser agrário para ser industrial (GERTZ, 2007).

Após esse entendimento, aborda-se, na sequência, os marcos econômicos do Rio Grande do Sul, iniciando-se pelo período da IV República ou a república liberal-democrática, que compreendeu o período entre 1946 e 1964 e caracterizou-se pelas administrações de Walter Jobim, 1947-1951, Ernesto Dornelles, 1951-1955, e Ildo Meneghetti, 1955-1959. Em todas essas condições foi possível verificar uma melhoria na infraestrutura do estado, destacando-se a área de energia elétrica e a construção de estradas (atuais BR-101 e BR-116: trecho Guaíba-Camaquã, estradas Porto Alegre - Bagé e Santa Maria - Uruguaiana) para escoamento da produção agrícola.

Também se destacou a presença de empresas estrangeiras no estado, neste período, para produtos como a moagem de trigo e arroz (*Bunge and Born* - origem americana presente nos Moinhos Rio-Grandense e Brasilarroz), a energia elétrica (*The Riograndense Light and Power Syndicate* e Cia de Energia Elétrica Rio-Grandense, subsidiária da *Electric Bond and Share* - americana) e o telefone (*International Telephone and Telegraph* - americana) (PESAVENTO, 2014).

No campo da energia, no ano de 1943, criou-se a Comissão Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que teve o objetivo de suprir as falhas de atendimento causadas pelas companhias estrangeiras (estadunidenses) as quais atuavam no estado, reduzindo a ação dessas empresas internamente e fortalecendo a capacidade geradora de Rio Grande (PESAVENTO, 2014), mas esta companhia só foi transformada em uma autarquia em 1952 (GERTZ, 2007). Além do prazo de concessão já ter acabado, a companhia estrangeira havia auferido lucros ilegais e superiores ao capital que foi investido, prestando um serviço deficiente, com constantes racionamentos (MÜLLER, 1998).

Em 1946 criou-se a União Rio-Grandense de Usinas Elétricas S/A e em 1954 foram construídas 16 usinas geradas a diesel-elétrico em cinco municípios. No ano seguinte, a CEEE possuía cerca de 127.353 consumidores. Em paralelo a este fato,

em 1944, o Plano Rodoviário Nacional (fundado em 1938) acelerou o desenvolvimento rodoviário do Rio Grande do Sul (GERTZ, 2007).

Entre 1947 e 1949, a estrutura portuária de Porto Alegre foi melhorada através da ampliação da extensão da cidade para o cais de Navegantes (GERTZ, 2007). Também em 1947 foi criado o Departamento Autônomo de Carvão Mineral, que possibilitou a extração em maior escala no estado, objetivando a obtenção de combustível para a Viação Férrea (PESAVENTO, 2014).

No governo Meneghetti, o DAER, criado em 1938, em conjunto com a Secretaria de Obras Públicas, construiu, em 1958, a ponte móvel sobre o rio Guaíba (PESAVENTO, 2014). Neste ano, no mês de agosto, a Revista do Globo dedicou parte de suas reportagens à expansão que acontecia em Porto Alegre e duas grandes obras foram destacadas: Avenida Beira-Rio e a Ponte do Guaíba. Nas páginas, conforme Anexo B (cedidas pelo Instituto de Cultura/Delfos - Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUCRS), é possível ler sobre o desenvolvimento urbano da capital gaúcha como o acréscimo das construções de prédios e visualizar trechos do início da Ponte sobre o rio Jacuí, muito utilizado, na época, para a travessia de barcaças de cargas, causando atrasos no tempo de trânsito das mercadorias e, conseqüentemente, prejuízos financeiros. A construção da Ponte auxiliaria neste cenário.

Na segunda metade da década de 1940 surgiu o trigo, uma cultura de inverno que, associada ao plantio da soja, a qual era uma cultura de verão, permitia duas colheitas na mesma terra. A política federal de estímulo à substituição das importações, que objetivava o abastecimento do mercado interno, incentivou o plantio do trigo. Porém, a partir do final da década de 1950, a política governamental foi alterada pelo processo de internacionalização da economia brasileira.

Na década de 1950, o trigo teve forte participação no setor, onde, em 1955, a lavoura empresarial atingiu quase 40% da produção primária. Entretanto, no fim da década de 1950, a crise do trigo se instalou, abrindo, rapidamente, possibilidades para a soja, chegando nos anos de 1968 a 1978, responsável por quase 70% das exportações do estado. A soja alavancou a estrutura primária gaúcha (DACANAL; GONZAGA, 1979).

Em 1959 o governo voltou a investir no trigo, através da importação da *commodity* e por meio da Instrução 204 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), antecessor ao atual Banco Central, que tornava mais baratos os dólares

usados na aquisição de trigo importado dos Estados Unidos, além de conceder isenção tarifária. Esse processo resultou na crise gaúcha da triticultura, onde o reflexo ainda está na grande volumetria de importações de trigo até os dias atuais (KÜHN, 2007).

Quanto ao sistema rodoviário ao longo da década de 1950, este continuou sendo impulsionado, pois toda a produção gaúcha contava principalmente com a navegação por cabotagem, que atendia a grande massa exportadora (DACANAL; GONZAGA, 1979). Aos poucos, esse esquema rodoviário foi suprimindo as necessidades de transporte da produção gaúcha.

O estado também foi um grande articulador das redes técnicas. À medida que se modernizava, econômica, política e socialmente, implantou e difundiu o sistema de telecomunicações, com o objetivo de unificar as redes e atender a demanda interna. (GERTZ, 2007). O Rio Grande do Sul enfrentava muitos problemas com a empresa estadunidense *International Telephone and Telegraph* (PESAVENTO, 2014), e, em 1953, o governo criou a Comissão e o Conselho Estadual de Comunicações, a fim de fiscalizar as ações da Companhia Telefônica (GERTZ, 2007).

Retomando o tema da infraestrutura do Rio Grande do Sul, um ponto a destacar é que a ampliação das redes de ferrovias, em primeira instância, e depois o desenvolvimento do sistema rodoviário no estado, foram fundamentais para o desenvolvimento, também, do comércio (GERTZ, 2007).

Se a história da ferrovia no Rio Grande do Sul caminhou a passos lentos, apresentando uma decadência tanto na estrutura técnica quanto administrativa, o sistema rodoviário foi privilegiado e teve grande participação nas transformações estruturais ocorridas no comércio, onde a tradicional figura do armazém passou a ser compreendida como uma estrutura de supermercado. Porém, o abastecimento de mercadorias e os preços elevados no mercado causaram problemas a serem enfrentados, levando a uma intervenção pública, em 1952. No ano seguinte, criou-se o primeiro armazém comercial com preços reduzidos (GERTZ, 2007).

Com o objetivo de estabilizar os preços de alimentos e artigos de consumo doméstico, o estado criou, em 1953, a Companhia Rio-Grandense Reguladora do Comércio, onde metade do seu capital pertencia ao estado e a outra metade a particulares e bancos gaúchos. Também em 1953 foi incorporado o supermercado Real, que comercializava alimentos e produtos domésticos. Já em 1960 havia 75 unidades de estabelecimentos. Durante toda a década de 1950 os supermercados se

disseminaram pelo estado, chegando à soma de instalação de mais de 303 unidades. Uma nova era do comércio se formou, onde organizações varejistas compravam e estocavam grandes quantidades de produtos e, a partir dos anos de 1950, em meio à crise econômica regional, houve uma transformação na economia gaúcha (GERTZ, 2007).

A crise no setor primário, que atingiu principalmente lavouras de trigo, arroz e soja, afetou a renda regional, assim como o mercado da indústria. A baixa produtividade na agropecuária também atingiu o desempenho industrial pelo encarecimento relativo das matérias primas, tornando difícil identificar as causas particulares da crise na indústria, a qual resultou em efeitos depressivos da própria economia regional (GERTZ, 2007). Nos anos de 1950, as mudanças na economia nacional determinaram alterações na estrutura do comércio do estado.

Em 1957 criou-se o Conselho Estadual de Economia, com o intuito de avaliar o estado perante outras localidades, como São Paulo e Rio de Janeiro, que já estavam passando pelo processo de industrialização. Porém, até 1961 houve muitos esforços intensivos da economia nacional para o processo de industrialização, e o estado do Rio Grande do Sul não tinha condições materiais, geográficas e políticas para erigir um polo industrial de vulto, nesse período, gerando riquezas mais direcionadas para agropecuária. Nos anos de 1957 e 1959, o Rio Grande do Sul ingressou num período de profunda crise, seguido dos anos de 1963 a 1966, onde o setor agropecuário carregava os demais setores. A partir da segunda metade da década de 1960, o setor agrícola regional assumiu o papel de exportador para o mercado internacional, gerando divisas de importação para a região centro-sul. Na década de 1960, a economia industrial gaúcha passou a ter concorrência com o centro-sul do Brasil (DACANAL; GONZAGA, 1979).

No ano de 1959, o então prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, assumiu o governo e continuou os trabalhos dos governos anteriores, construiu a Estrada da Produção (atual BR-386, cujo nome oficial levou o nome do governador), que liga o Planalto à Região Metropolitana, com o objetivo de fazer escoar para a capital os produtos da região do Alto Uruguai. Outras estradas também foram construídas (PESAVENTO, 2014), mas seu foco maior foi com respeito à distribuição da energia elétrica no estado e, em 1962, construiu a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) (PESAVENTO, 2014).

Em 1963 o Rio Grande do Sul ainda representava o produtor agrícola na economia nacional e tinha a indústria focada na produção de bens de consumo. A soja, cultivada desde 1940, ainda era destaque, mas, a partir dos anos de 1970, a produção mecanizada de soja para exportação foi incentivada pelo governo, que visou divisas para pagamento da dívida externa, o que superou a cultura do trigo em meados de 1970, possibilitando a industrialização de subprodutos como óleos e farelo para rações animais (KÜHN, 2007).

A economia nacional retomou seu crescimento acelerado a partir de 1968 e logo a economia gaúcha voltou a crescer, emergindo a lavoura capitalista da soja e do trigo. Tais mudanças trouxeram novos atores sociais, como os assalariados rurais e os produtores agrícolas cooperativados (GERTZ, 2007). De 1969 a 1973, a agricultura regional apresentou crescimento de 10%, em 1974 e 1975 o setor se estabilizou, mas, em 1978, cresceu menos de 10% (DACANAL; GONZAGA, 1979).

Após esse período se constituía a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), sob o apoio do modelo fordista de desenvolvimento (SOARES; FEDOZZI, 2016). Na década de 1970, a RMPA, com o respaldo do governo federal, recebeu grandes estruturas que a consolidaram como um campo de industrialização pesada (PESAVENTO, 2014), através da construção de duas importantes obras: a Refinaria de Petróleo de Canoas (atualmente, Alberto Pasqualini, 1968) e o Polo Petroquímico de Triunfo (início da década de 1980), que se somaram a Aços Finos Piratini, empresa estatal de produção de aço criada no governo Brizola e localizada em Charqueadas, hoje controlada pelo Grupo Gerdau.

Além disso, foram construídas a Companhia Siderúrgica Rio-Grandense (Sapucaia do Sul), o Polo Petroquímico (Triunfo), assim como diversas fábricas de tratores e maquinários agrícolas. O estado também promoveu o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e reorganizou os setores elétrico e de telefonia (CEEE, CRT) (GERTZ, 2007). A Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), hoje, configura-se como uma das mais importantes concentrações urbanas e industriais do Brasil (SOARES; FEDOZZI, 2016).

Ainda na década de 1970, e no que diz respeito ao comércio, os supermercados ganharam cada vez mais espaço. Em 1975 havia, em Porto Alegre, 82 estabelecimentos, e a agricultura passou a cumprir novas funções nacionais, como exportadora de soja e poupadora de divisas de arroz e trigo (GERTZ, 2007).

Em termos econômicos, a partir de 1974 houve dois movimentos importantes: o incentivo à agricultura, denominado, hoje, de agronegócio, onde, através da iniciativa do governo federal para obter recursos para o país, o Rio Grande do Sul passou a ser conhecido como o estado da soja, e o incentivo ao plantio para o mercado interno, sobretudo do trigo (PESAVENTO, 2014).

Avançando um pouco, já em 1995, no governo estadual de Antônio Britto, foi privatizada a Companhia Rio-Grandense de Telecomunicações (CRT) e parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Outras medidas adotadas foram fundir a Caixa Econômica Estadual com o Banrisul e conceder à iniciativa privada milhares de quilômetros de rodovias (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Ademais, o governo também promoveu uma renegociação da dívida do estado com o governo federal e buscou grandes investimentos através de uma política de incentivos fiscais, que resultou na vinda de duas montadoras de automóveis: a *General Motors* e a *Ford*. Porém, não conseguiu manter no Rio Grande do Sul muitas indústrias, em especial as do setor calçadista, atraídas por outros estados que ofereciam mais benefícios.

Já no governo de Olívio Dutra, entre 1989 e 1992, foi fundada a Universidade do estado do Rio Grande do Sul (UERGS), oferecendo Ensino Superior fora dos grandes centros e, logo depois da suspensão dos acordos com as indústrias automobilísticas em seu governo, a *Ford* acaba deixando o estado e se instalando na Bahia, permanecendo apenas a *General Motors* (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Em 2002, o governo de Germano Rigotto retomou o trabalho de Antônio Britto e foram promovidas medidas de modernização da administração pública e de facilitação para as micro e pequenas empresas. Em 2010, Tarso Genro assumiu e criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, apelidado de “Conselhão”, e, durante o governo de Sartori (2015 a 2019) houve a tentativa de privatizar a CEEE e a Sulgás (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

No ano de 2020, o atual governador, Eduardo Leite, ex-prefeito da cidade de Pelotas, buscou implantar medidas de reforma previdenciária e de alteração de planos de carreira de servidores públicos como forma de reduzir os gastos correntes e futuros. Ele ganhou autorização da Assembleia Legislativa para privatizações de

empresas estatais, como a CEEE, a Corsan e a Sulgás, sem necessidade de plebiscito, como previa anteriormente a Constituição Estadual.

O atual governador ainda enfrenta a pandemia global do Coronavírus. Assim como o Brasil, hoje o estado do Rio Grande do Sul passa por um processo de desindustrialização, resultado, esse, proveniente, entre outros fatores, da globalização e de escolhas errôneas dos vários governos passados. Muitas empresas já encerraram suas atividades pela competição de produtos mais baratos vindos de fora ou deixaram o estado em busca de maiores incentivos fiscais. Com isso, o Rio Grande do Sul se torna cada vez mais dependente da agricultura, em especial da monocultura da soja. Contudo, essa é uma atividade econômica bastante arriscada, já que depende de fatores climáticos que não podem ser controlados, pelas flutuações do mercado mundial do produto e pela variação na cotação do dólar (INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2020).

Como forma de fazer-se conhecer acerca do histórico produtivo de *commodities* agrícolas, em especial o milho, o trigo, a soja e o arroz no estado do Rio Grande do Sul, na sequência, apresenta-se a Tabela 1, que mostra as quantidades, em toneladas, e a variação desses itens, considerando os anos de 1947 a 2019:

Tabela 1 - Quantidades, em toneladas, e variação de milho, trigo, soja e arroz produzidos no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1947 a 2019

Ano	Milho	Variação	Trigo	Variação	Soja	Variação	Arroz	Variação
1947	1.071.183	0	259.065	0	7.991	0	566.611	0
1948	1.108.461	3	286.728	11	14.285	79	515.619	-9
1949	996.231	-7	287.726	11	24.881	211	547.762	-3
1950	1.057.817	-1	375.757	45	33.739	322	585.026	3
1951	1.284.584	20	310.756	20	60.807	661	615.162	9
1952	1.131.974	6	503.689	94	77.102	865	591.987	4
1953	1.222.141	14	579.863	124	86.881	987	741.008	31
1954	1.334.121	25	699.030	170	109.429	1.269	818.923	45
1955	1.322.491	23	901.834	248	99.353	1.143	794.456	40
1956	1.443.984	35	1.062.580	310	107.202	1.242	790.302	39
1957	1.476.351	38	614.200	137	108.920	1.263	724.229	28
1958	1.442.831	35	493.859	91	112.154	1.304	805.034	42
1959	1.547.391	44	539.919	108	135.754	1.599	754.106	33
1960	1.508.018	41	544.615	110	191.503	2.296	883.983	56
1961	1.703.118	59	407.121	57	248.430	3.009	933.305	65
1962	1.808.229	69	513.691	98	239.060	2.892	888.308	57
1963	1.939.532	81	274.611	6	275.362	3.346	834.626	47

1964	1.743.921	63	435.561	68	267.947	3.253	888.123	57
1965	2.206.340	106	424.079	64	459.040	5.644	1.188.534	110
1966	2.146.291	100	425.815	64	477.294	5.873	951.882	68
1967	2.322.987	117	519.188	100	580.866	7.169	1.027.591	81
1968	1.978.585	85	673.063	160	459.776	5.654	1.177.828	108
1969	2.244.404	110	1.089.412	321	744.120	9.212	1.235.896	118
1970	2.386.627	123	1.448.503	459	976.807	12.124	1.459.595	158
1971	2.401.876	124	1.537.081	493	1.385.803	17.242	1.287.974	127
1972	2.237.285	109	557.306	115	2.140.000	26.680	1.450.373	156
1973	2.100.000	96	1.535.887	493	2.872.060	35.841	1.433.872	153
1974	2.236.000	109	1.690.000	552	3.870.000	48.329	1.550.000	174
1975	2.367.322	121	1.234.300	376	4.688.521	58.573	1.803.657	218
1976	2.443.000	128	1.809.000	598	5.107.000	63.809	1.975.623	249
1977	2.680.000	150	689.700	166	5.678.000	70.955	2.105.000	272
1978	2.150.000	101	1.505.000	481	4.567.800	57.062	2.009.103	255
1979	1.853.600	73	987.964	281	3.629.926	45.325	1.675.000	196
1980	3.162.033	195	1.016.243	292	5.737.170	71.695	2.293.386	305
1981	3.808.793	256	1.072.914	314	6.088.344	76.090	2.455.360	333
1982	3.147.246	194	516.790	99	4.220.579	52.717	2.589.885	357
1983	3.174.771	196	797.422	208	5.268.869	65.835	2.220.497	292
1984	3.567.360	233	611.632	136	5.415.494	67.670	3.119.013	450
1985	3.558.591	232	1.001.958	287	5.711.929	71.380	3.207.046	466
1986	1.937.700	81	1.811.169	599	3.269.024	40.809	2.987.617	427
1987	3.873.498	262	1.783.449	588	4.995.218	62.411	3.561.828	529
1988	2.538.528	137	1.605.043	520	3.634.379	45.381	3.881.290	585
1989	3.583.753	235	1.461.726	464	6.296.331	78.693	3.968.877	600
1990	3.957.441	269	1.168.628	351	6.313.476	78.907	3.194.390	464
1991	2.046.555	91	682.684	164	2.220.502	27.688	3.809.459	572
1992	5.533.543	417	903.139	249	5.629.537	70.348	4.569.804	707
1993	4.605.268	330	917.325	254	6.067.494	75.829	4.965.210	776
1994	4.751.443	344	806.983	211	5.442.728	68.011	4.230.680	647
1995	5.935.667	454	334.525	29	5.847.985	73.082	5.038.109	789
1996	3.028.323	183	962.600	272	4.199.732	52.456	4.181.727	638
1997	4.097.903	283	603.823	133	4.753.812	59.390	4.083.492	621
1998	4.362.892	307	538.112	108	6.462.515	80.772	3.591.864	534
1999	3.212.735	200	725.940	180	4.467.110	55.802	5.630.077	894
2000	3.936.202	267	884.507	241	4.783.895	59.766	4.981.014	779
2001	6.134.207	473	1.075.897	315	6.951.830	86.896	5.256.301	828
2002	3.901.171	264	1.126.524	335	5.610.518	70.110	5.486.333	868
2003	5.426.124	407	2.395.557	825	9.579.297	119.776	4.697.151	729
2004	3.376.862	215	2.061.410	696	5.541.714	69.249	6.338.139	1.019
2005	1.485.040	39	1.389.731	436	2.444.540	30.491	6.103.289	977
2006	4.528.143	323	823.062	218	7.559.291	94.498	6.784.236	1.097
2007	5.969.118	457	1.723.007	565	9.929.005	124.152	6.340.136	1.019
2008	5.231.885	388	2.198.902	749	7.679.939	96.007	7.336.443	1.195



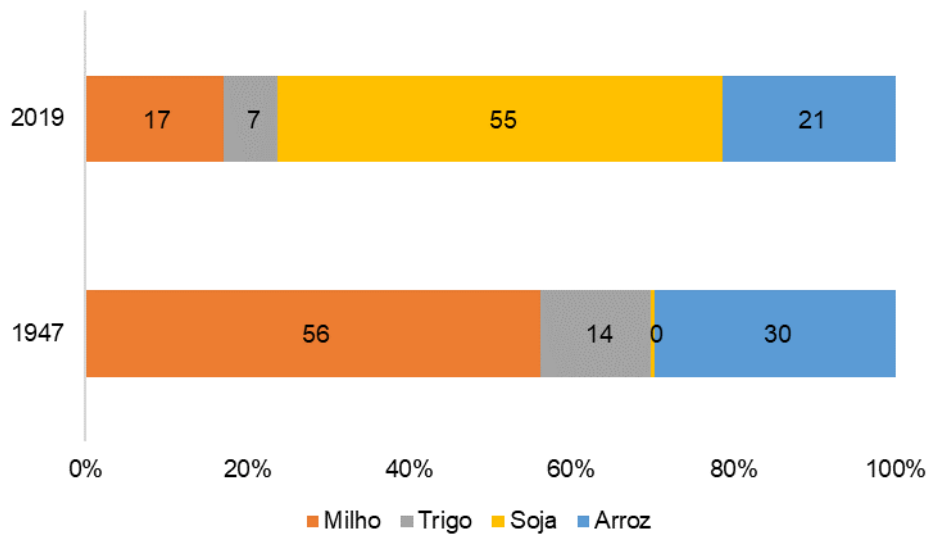
2009	4.186.862	291	1.912.138	638	8.025.322	100.330	7.977.888	1.308
2010	5.633.912	426	2.116.952	717	10.480.026	131.048	6.875.077	1.113
2011	5.772.422	439	2.744.936	960	11.717.548	146.534	8.940.432	1.478
2012	3.155.061	195	1.866.254	620	5.945.243	74.299	7.692.223	1.258
2013	5.419.780	406	3.351.150	1.194	12.756.577	159.537	8.099.357	1.329
2014	5.389.520	403	1.670.623	545	13.041.226	163.099	8.240.847	1.354
2015	5.563.555	419	1.391.829	437	15.700.264	196.374	8.679.489	1.432
2016	4.729.948	342	2.541.889	881	16.209.892	202.752	7.493.431	1.223
2017	6.058.900	466	1.192.918	360	18.744.186	234.466	8.733.110	1.441
2018	4.557.251	325	1.750.700	576	17.538.525	219.378	8.401.787	1.383
2019	5.735.186	435	2.287.720	783	18.498.119	231.387	7.172.101	1.166

Fonte: Elaborado pela autora a partir da Fundação de Economia e Estatística (1982) desde 1947 a 1969 e da Série Histórica da Emater/RS - Ascar desde 1970 a 2019.

Considerando os dados compilados acima, é possível notar o total produzido em toneladas anualmente no estado, bem como suas variações em comparação ao primeiro ano, 1947. Percebe-se que surgem algumas variações negativas, destacando-se os anos de 1949 e 1950 para o milho, que variou negativamente em comparação ao ano inicial, sendo menos sete e menos um, respectivamente, e os anos de 1948 e 1949 para o arroz, cujas variações foram de menos nove e menos três, também respectivamente. As variações, neste estudo, representam a comparação entre o ano subsequente e o ano de 1947, a nível de toneladas por produção.

Como complemento, a Figura 4 traz a proporção de milho, trigo, soja e arroz produzidos no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1947 até 2019.

Figura 4 – Proporção de milho, trigo, soja e arroz produzido no estado do Rio Grande do Sul nos anos de 1947 até 2019



Fonte: Elaborado pela autora a partir da Fundação de Economia e Estatística (1982) desde 1947 a 1969 e da Série Histórica da Emater/RS - Ascar desde 1970 a 2019.

No gráfico acima, percebe-se que, entre as *commodities* que mais eram produzidas no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1947, destacava-se o milho, que representava 56% da proporção produzida, seguido do arroz, com 30%, e o trigo, com 14%. Em comparação ao ano de 2019, a soja ganhou mais força, com 55% da produção, e, na sequência, observa-se novamente o arroz com 21%, seguido do milho, com 17%, e o trigo, com 7%.

O próximo capítulo trata de apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa e explana como este estudo foi construído.

### 3 METODOLOGIA

Para dar vida à pesquisa, que teve como objetivo identificar as contribuições da Bagergs para o desenvolvimento econômico do estado do Rio Grande do Sul, do ponto de vista da memória empresarial, foram realizadas algumas visitas à Bagergs, sendo, a primeira delas, no dia 26 de junho de 2019, conforme descreve a Ata apresentada no Apêndice A desta Dissertação, bem como ao Bannrisul, em 16 de junho de 2021, com o intuito de aproximação ao tema. Como forma de contribuição, ambas instituições disponibilizaram o *corpus documental* para este estudo.

Entre os documentos cedidos pela Bagergs estavam as Atas de Assembleia Geral, do Conselho de Administração e os Estatutos Sociais, todas em formato digital, e cobrem o período de 1946 até 2019. Destacou-se, aqui, as Atas de Assembleia Geral para uma análise mais profunda dos fatos históricos da empresa, uma vez que nestes documentos ficaram mais evidentes os episódios que constituíram o desenvolvimento da instituição no período estudado. Também foram fornecidas, em formato digital, fotos de alguns dos Presidentes, da estrutura e dos armazéns nos municípios de Canoas, Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão, todos no estado do Rio Grande do Sul.

De igual forma, considerou-se imagens da capital gaúcha na década de 1950, cedidas pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, reportagens da Revista do Globo disponibilizadas pelo Instituto de Cultura/Delfos – Espaço de Documentação e Memória Cultural da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul / PUCRS, notas do Diário de Notícias de Porto Alegre nos anos de 1954, 1959 e 1961, propiciadas pelo D.A Press Conteúdo, Brasília, reportagens da Folha de São Paulo nos anos de 1979 e 1983 e do Correio do Povo, em 2003, 2004, 2007, 2009 e 2010.

Salienta-se que as fotografias disponibilizadas dos acervos empresariais contemplam suas memórias, pois, conforme Candau (2021), a fotografia é uma arte de memória que representa o tempo passado, é o suporte de uma narrativa que deixa esse passado à disposição de um indivíduo ou grupo.

Assim, também se faz necessária a abordagem do tema fotografia para este estudo, pois esta evoca memórias. Como comenta Dubois (1993), a fotografia é um sistema diferente de representação e não pode ser comparada como uma pintura ou um desenho, mas muito se assemelha com ruínas ou vestígios de algo que esteve presente algum dia.

De acordo com Kossoy (2001), a imagem fotográfica remete um assunto, uma história, um percurso envolvido que deve ser refletido e compreendido, uma vez que a fotografia é um registro sistemático do real e que adquire sentido ou “símbolo” (DUBOIS, 1993). Fabris (2007) concorda com os autores quando diz que a fotografia se refere a uma realidade e que é um vestígio do que aconteceu, não podendo representar um olhar apenas estético.

Para Mauad (2005), do ponto de vista temporal, com a fotografia é possível rememorar o passado no presente, pois a imagem visual possui uma capacidade narrativa através do tempo, que direciona a referências culturais salientando acontecimentos, vivências, histórias e memórias. É uma fonte histórica, considerada como um produto cultural, mas não fala por si só, ou seja, é necessário que a imagem contextualize sua narrativa intencional.

Mauad (2005) ainda diz que a fotografia é uma fonte histórica e um testemunho válido, independentemente se o registro fotográfico foi realizado para descrever um fato ou um estilo de vida, ou seja, a fotografia “atesta a existência de uma realidade.” (MAUAD, 2005, p. 136). Assim como Aleida Assmann (2011), Mauad (2005) também acredita que a fotografia forma uma escrita textualizada em determinada época, com a ressalva de que esta acompanha um texto de caráter verbal ou não-verbal.

Logo, as fotografias são muito mais do que um mero aspecto ilustrativo: elas portam a marca do passado produzido e consumido, refletindo a memória presente que um dia existiu na vida daqueles que a guardaram como lembranças ou verdadeiras relíquias, fortalecendo o conceito de que “toda a imagem é histórica”. (MAUAD, 2005, p. 151) e, por isso, portadora de memória.

Para tanto, quanto à natureza deste estudo, sugeriu-se a pesquisa aplicada, onde o objetivo é a solução de problemas através de conhecimentos para uma aplicação prática, com base em verdades e interesses locais (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Com relação aos objetivos, salientou-se a pesquisa descritiva (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009) por intermédio da análise documental. A pesquisa descritiva visa descrever os fatos de uma realidade, direcionando o pesquisador para uma série de informações acerca do que se almeja investigar (TRIVIÑOS, 1987).

Sobre os procedimentos e como complemento, trabalhou-se em uma revisão bibliográfica, pois esta é “desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (GIL, 2012, p. 50). “A principal vantagem

da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2012, p. 50).

Em concordância, também se aderiu à pesquisa documental. Quanto a esta, Gil (2012, p. 45) diz que “a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda tratamento analítico”. De acordo com o autor, a pesquisa documental pode ser realizada via documentos “de primeira mão” (GIL, 2012, p. 46), sem restauração ainda, ou documentos arquivados em instituições privadas, entre outros. Uma das vantagens da pesquisa documental é que se pode considerar os documentos como “fonte rica e estável de dados” (GIL, 2002, p. 46), pois “[...] os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 46).

Como complemento, segundo Bardin (1977), a análise documental é um conjunto de elementos que visa representar, de forma diferente da original, determinado conteúdo de um documento. A informação tratada a partir dos documentos acumulados cria uma outra forma para esta informação, por meio de procedimentos de transformação que procura facilitar o acesso ao usuário para que o máximo de informações sejam compreendidas neste processo. A autora também diz que a análise documental transforma um documento bruto, ou seja, primário e ainda sem tratamento, em um documento secundário, sendo, este, uma representação do primeiro.

Por meio da pesquisa documental foi possível obter uma variedade de informações que serviram para investigar o estudo, sendo analisadas de acordo com a literatura revista e a proposta da pesquisa, através da análise de conteúdo.

Para Bardin (1977), a análise de conteúdo objetiva a manipulação de um conteúdo e expressão deste para determinar indicadores que vão apresentar uma outra realidade para além da mensagem primária. Logo, considerando o plano metodológico em uma análise qualitativa com esta, a análise de conteúdo significa a presença ou a ausência de um conjunto de características presentes na mensagem e que será levado em consideração.

Dessa forma, por meio do estudo dos documentos internos, buscou-se, de igual forma, construir uma bibliografia externa, que viabilizasse a história do Rio Grande do Sul articulada à memória da Bagerys e aos seus serviços logísticos constituídos entre 1953 e 2021.

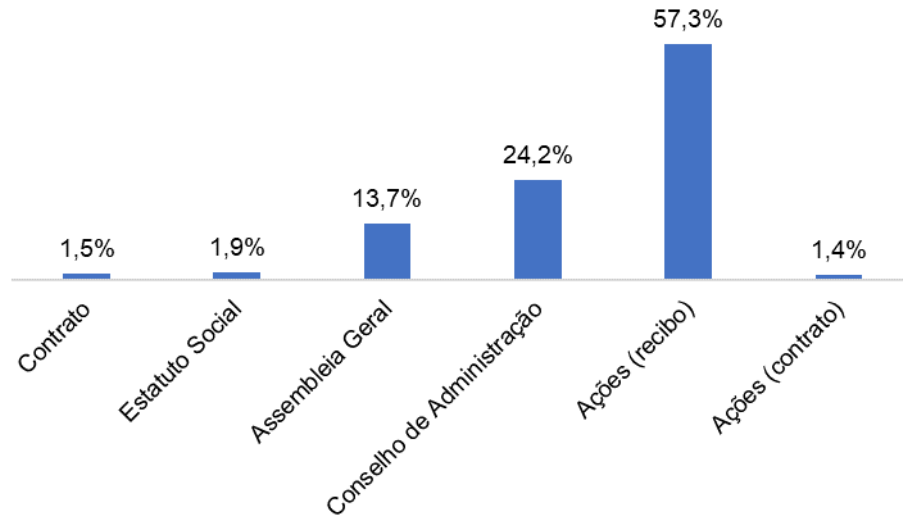
Como complemento, destaca-se, nesta pesquisa, a relação do *corpus documental* de maior volume cedido pela Bagergs para seu estudo e análise, conforme demonstra o Quadro 2, que apresenta a relação de documentos disponibilizados pela empresa, dos anos 1946 a 2019, seguido da representação gráfica da proporção, em percentuais, destes dados (Figura 5).

Quadro 2 - Relação de documentos disponibilizados pela Bagergs, dos anos 1946 a 2019

Documento	Descrição	Quantidade	Anos
Contrato	Compra e venda de terrenos e pavilhões	13	1946, 1948, 1952 e 1956
Estatuto Social	Regimento com regras e determinação de direitos e deveres	16	2001, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2019
Assembleia Geral	Reunião onde os acionistas têm direito a voto. Deliberação de assuntos importantes	115	1953, 1954, 1955, 1956, 1957, 1958, 1959, 1960, 1961, 1962, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973, 1974, 1975, 1976, 1977, 1978, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010
Conselho de Administração	Órgão responsável pela aprovação ou não do que foi sugerido nas Atas das Assembleias Gerais	203	1979, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999
Ações (Recibo)	Recibos	481	1981
Ações (Contrato)	Compra e venda	12	1946, 1948, 1952, 1956

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Figura 5 - Representação gráfica do volume, em percentual, dos documentos disponibilizados pela Bagergs, dos anos 1946 a 2019



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Analisando as duas ilustrações, percebe-se que os documentos que compõem o *corpus* da pesquisa se distribuem em ordem decrescente, com as Ações (Recibo): 481 (57,3%), os documentos do Conselho de Administração: 203 (24,2%), os da Assembleia Geral: 115 (13,7%), do Estatuto Social: 16 (1,9%), os Contratos: 13 (1,5%) e as Ações (Contrato): 12 (1,4%).

Quanto à plataforma utilizada para confeccionar o *e-book*, usou-se o site “Canva”, fundado por *Melanie Perkins, Cliff Obrecht e Cameron Adams*, em 2012, na Austrália, e que, através do *design* gráfico, permite a criação de conteúdos visuais integrando textos, imagens, modelos de *layout* e ilustrações. Há o pacote gratuito e o pago, onde o segundo possui um banco de dados mais robusto, com *templates*, apresentações e conteúdo em maior escala. Este último foi a opção utilizada para a confecção do *e-book*. A importação de fotografias através da plataforma é segura, uma vez que as imagens cedidas pelo site já possuem seus direitos autorais vigentes.

A seguir, o próximo capítulo trará o histórico e a trajetória da empresa Bagergs, objeto de estudo desta pesquisa.

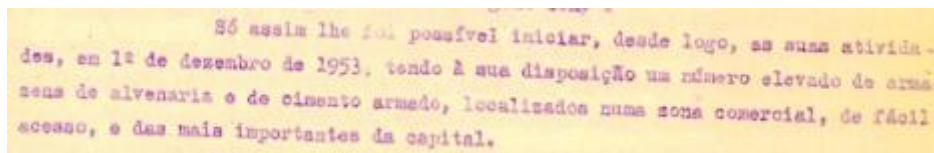
#### 4 O BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A. (BAGERGS)

O desenvolvimento do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs), ao longo dos anos, teve potencial participação nos serviços de depósito, guarda, beneficiamento e conservação de mercadorias ao atender, principalmente, empresas produtoras e agrícolas, na década de 1950. Assim, é possível relacionar o percurso da empresa e os principais fatos econômicos do estado a partir das memórias construídas no passado e revisitadas no presente, que entrelaçam a identidade e as lembranças coletivas de dentro da organização e para além dela.

Esta seção tem por objetivo contextualizar a trajetória da empresa Bagergs, desde a sua fundação, no ano de 1953, até o ano atual (2021). Para a rememoração dos fatos, foram utilizados documentos da própria empresa, conforme descrito nesta pesquisa, e do maior acionista hoje, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. - Banrisul, descrevendo, em ordem cronológica, a história e o desenvolvimento do Banrisul Armazéns Gerais S.A. - Bagergs.

O Banrisul Armazéns Gerais foi fundado em 12 de novembro de 1953, com a denominação de “Armazéns Gerais Sul-Riograndenses S.A.”, conhecida como “Armasul”, com o objetivo de estabelecer armazéns gerais para depósitos, guarda, beneficiamento e conservação de mercadorias, além de emissão de títulos especiais. Assim, as atividades empresariais da instituição tiveram início em 1º de dezembro de 1953, onde a sublocação de prédios, terreno e aparelhagens de uma das instituições acionistas, a Beira Rio Armazenagens S.A (Brasa), possibilitou o início imediato das operações, conforme trecho da primeira Ata de Assembleia:

Figura 6 – Data de início das operações da empresa



Fonte: Trecho da Ata de Assembleia Nº 1 de 28 de dezembro de 1953, página 5. Acervo Bagergs.

A Brasa sublocou um total de quatro prédios, que operaram como armazéns, e um terreno em zona comercial, de fácil acesso e que era considerada uma das mais importantes vias na cidade de Porto Alegre/RS. O local estratégico fazia divisa com o



Rio Guaíba e estava localizado na Avenida Voluntários da Pátria, aos fundos da Avenida Missões, em Porto Alegre/RS. As fotos abaixo se referem às vistas aéreas próximas à localidade. Imagens cedidas pelo Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo.

Figura 7 – Aterro na rua Voluntários da Pátria em 1955



Fonte: Imagem 1034F. Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/Créditos dos fotógrafos Léo Guerreiro e Pedro Flores.

Figura 8 – Fundos da rua Voluntários da Pátria em 1956



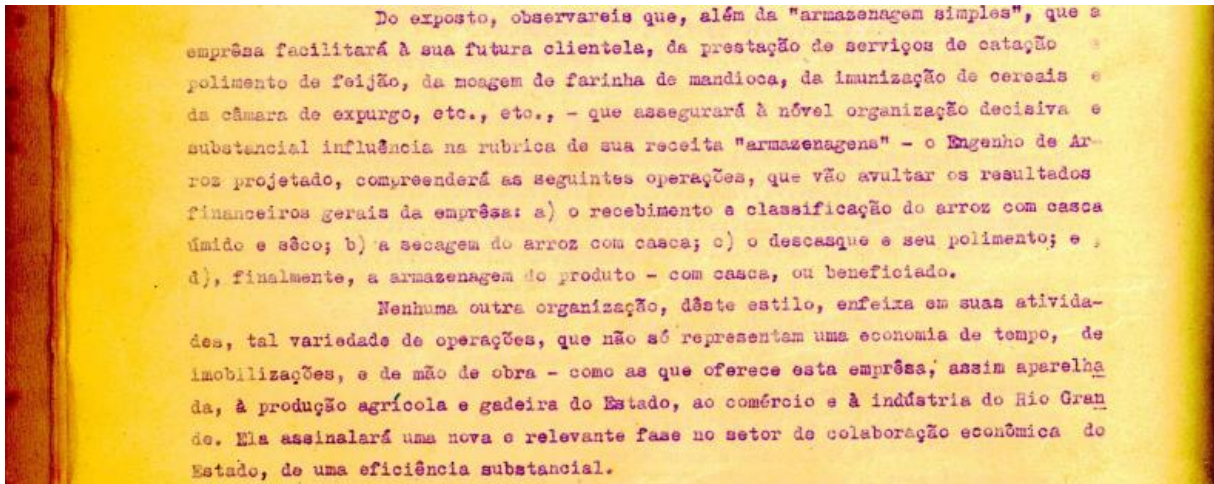
Fonte: Imagem 1203F. Acervo do Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo/Créditos dos fotógrafos Léo Guerreiro e Pedro Flores.

Dos armazéns cedidos pela Beira-Rio Armazenagens S.A. (Brasa), três deles foram sublocados, além de um terreno e um armazém locado diretamente da empresa, pois era próprio da Brasa, todos por um período de 4 anos e 6 meses. Também foram locadas aparelhagens e comprados móveis e utensílios deste acionista para o início das atividades.

A extensão total somava 8.590 m<sup>2</sup> de área descoberta e mais 4.000 m<sup>2</sup> de área coberta, o que possibilitava a armazenagem de 600.000 volumes de cargas. As operações ofertadas pela “Armasul” se estendiam ao recebimento e moagem de açúcar, engenho de arroz (alocado em um dos armazéns sublocados, mas também se estudava a possibilidade de construção de um prédio exclusivo para essa operação), descasque, esmaltação e secagem de arroz e cereais, polimento de feijão, moagem de farinha de mandioca, imunização de cereais e câmara de expurgo, além

de outras operações agrícolas e a armazenagem simples, conforme trecho da Ata de Assembleia a seguir:

Figura 9 – Descrição das atividades iniciais da empresa e da sua relevância para a economia do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Trecho da Ata de Assembleia Nº 1 de 28 de dezembro de 1953, página 10. Acervo Bagergs.

A primeira Assembleia com os acionistas da "Armasul" ocorreu na Associação Comercial de Porto Alegre, no Palácio do Comércio, lugar que se perpetuou nos anos seguintes. Já no primeiro encontro foi tratado o aumento do capital social da empresa e direcionado este ao Consórcio Brasileiro de Investimentos do estado como forma de garantias e solidez. A listagem dos vinte e nove primeiros acionistas da empresa, expostos na Ata nº 1, preenchida na primeira Assembleia, realizada dia 28 de dezembro de 1953, pode ser vista no quadro 3, abaixo, seguido da última página da Ata, onde constam as assinaturas (a qual não contemplou todos os acionistas):

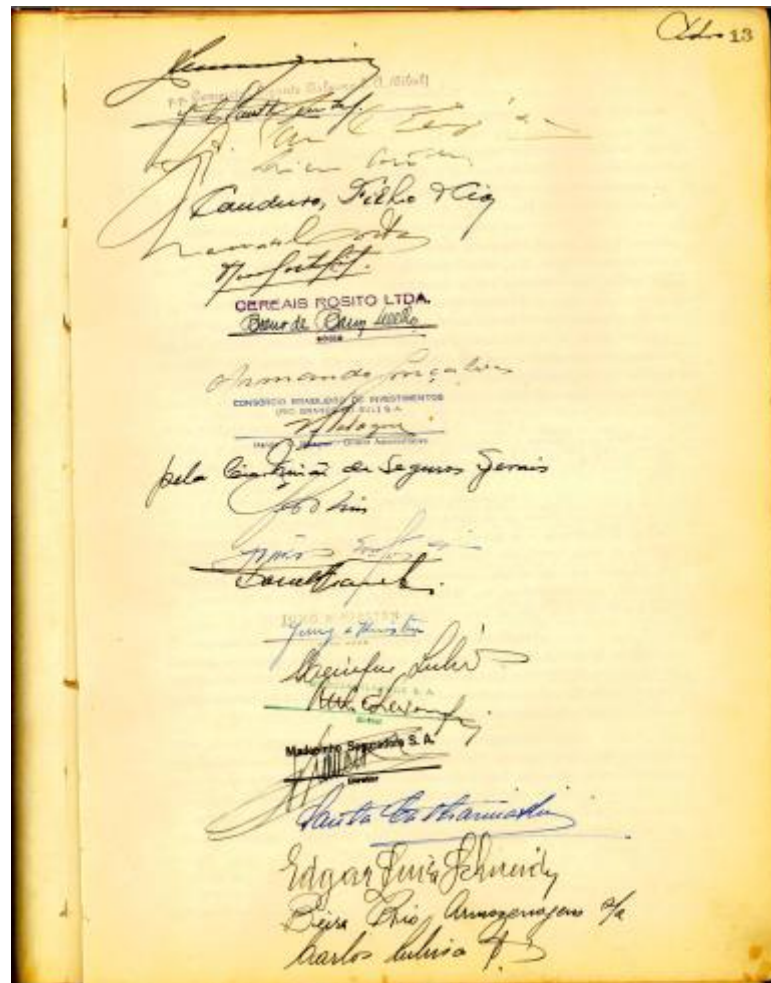
Quadro 3 - Listagem dos primeiros acionistas da Bagergs (Armasul) em 1953

<b>Nome</b>	<b>Natureza</b>
Figueiredo (Sul Rio-Grandense) S.A.	Jurídica
José Denovaro Jr.	Física
Cereais Rosito Ltda	Jurídica
Salvador Rosito	Física
Comercial Gigante Balzano S.A.	Jurídica
J.C. Sant'Anna	Jurídica
Cauduro, Filho & Cia	Jurídica
Dario O. Franke	Física
A. Paulo Feijó & Cia	Jurídica
Dillon Pertile	Física
Edgar Luiz Schneider	Física
Caleb Leal Marques	Física
Armando Gonçalves	Física
Henrique Lubisco	Física
Carlos Lubisco & Cia	Jurídica
Beira Rio Armazenagens S.A (Brasa)	Jurídica
Oscar Costa Leite	Física
Renato Costa - Dr.	Física
Consórcio Brasileiro de Investimentos (Rio Grande do Sul) S.A.	Jurídica
Harold Balaguer	Física
Cia União de Seguros Cereais	Jurídica
Carlos Freitas Rolim	Física
Mercantilarroz S.A.	Jurídica
Arthur E. Schaeffer	Física
Irmãos Santos & Cia	Jurídica
Jung & Kirsten	Jurídica
Madepinho Seguradora S.A.	Jurídica
Agilberto Franciosi	Física
Santa Catharina & Cia	Jurídica

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Livro de Atas das Assembleias Gerais da empresa de 1953.

Acervo Bagergs. 2021.

Figura 10 – Assinaturas originais dos primeiros acionistas da Bagergs (Armasul), em 1953



Fonte: Página 13 da Ata de Assembleia Nº 1 de 28 de dezembro de 1953. Acervo Bagergs.

O grupo de acionistas foi composto por pessoas físicas e jurídicas, sendo os primeiros Diretores os Srs José Denovaro Jr., representante da empresa L. Figueiredo (Sul-Riograndense) S.A., Henrique Lubisco, Arthur E. Schaeffer, Agilberto Franciosi, Oscar Costa Leite, como Diretor Comercial, e Renato Costa, como Diretor-Presidente. É importante, também, notar que a maioria dos acionistas que formaram a Bagergs (Armasul) eram produtores de Arroz.

Em 1954, na assembleia seguinte, foram abordadas novas propostas para a construção de armazéns pré-fabricados, bem como a aderência para adquirir outras máquinas em prol do beneficiamento da produção rural. Também um novo aumento do capital social da empresa foi determinado, favorecendo o Banco da Província do Rio Grande do Sul S.A.



No ano de 1955, a empresa ampliou suas atividades e preparou o terreno locado para receber futuros armazéns, o engenho de arroz e secadores de cereais. Além disso, suas publicações passaram a ser divulgadas através de matérias no Diário Oficial do Estado e no jornal Correio do Povo.

Em 1956 foram estipulados três novos cargos na empresa, os quais podiam ser ocupados por acionistas ou não, constituindo os cargos de Diretor Presidente, Diretor Técnico e Diretor Comercial. Assuntos como o balanço geral de lucros e perdas, remunerações e bonificações para diretoria e/ou funcionários destaques também estavam constantemente em pauta e se repetiram ao longo dos anos. Em 1958, a empresa teve a primeira Assembleia do ano cancelada pela ausência do corpo mínimo de acionistas.

No mesmo ano, na Assembleia seguinte, a empresa enfrentou uma crise financeira, onde o seu término foi discutido pelos acionistas daquele período. As possíveis razões da crise se dividiram em temas como o aumento do valor do aluguel dos armazéns, o prazo expirado do arrendamento do terreno, o aluguel do espaço exclusivo para o engenho de cereais, o prejuízo gerado com altos pagamentos para os acionistas, os acertos com funcionários desligados e pagamentos de contas em geral. Devido às questões ocorridas, o sistema bancário mostrou desinteresse em conceder ajuda financeira à empresa, o que a levou a trocar de sede, bem como a buscar armazéns que tivessem um valor menor de aluguel.

Após as revelações compartilhadas, decidiu-se pela permanência da empresa, baseando-se na promessa do Sr. Celso Silveira, Diretor Técnico e Comercial da época, que trabalhou para recuperar parte do capital perdido e para redistribuir, de forma orgânica, os dividendos da empresa. Sua justificativa foi que se conseguiria menos que 50% de retorno dos dividendos com a liquidação da “Armasul”, a qual ainda receberia este valor de forma parcelada. Ele também apontou erros nos cálculos das contas fiscais anteriores, o que reforçou que a empresa não estaria no estágio de total prejuízo.

Suas medidas foram sugerir a compra de prédios próprios (em média oito unidades), que passariam a receber um volume de 120.000 sacas de *commodities* agrícolas, diminuir a quantidade total de funcionários diretos e reduzir os custos fixos. Em 1959, a “Armasul” se mudou para Rua Comendador Azevedo, número 256, também na capital gaúcha.

Neste mesmo ano se intensificou o uso de títulos de garantia, conhecidos como *warrants*, que podiam ser vendidos ou negociados e que davam ao seu portador o poder de proprietário da mercadoria depositada nos armazéns gerais. Também ocorreram alterações no Estatuto Social, o que resultou na criação de novos cargos, como os de Presidente. Durante 1959 também foram realizadas fiscalizações e revisões nos dividendos, a fim de evitar novos prejuízos à empresa.

Em 16 de janeiro de 1961, a empresa aumentou seu capital social e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) adquiriu suas ações, passando, em 24 de fevereiro de 1961, a ser o acionista majoritário, possuidor de 75% das ações. Outra grande mudança ocorrida neste ano, em 6 de maio, foi a alteração do nome da instituição, passando a se chamar “Cia. de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul - CAGERGS”.

Como acionista, o Banco Banrisul direcionou parte das ações da empresa para investir em armazéns e silos, com a justificativa de estes serem ideais do estado, além de sugerir a substituição dos antigos Diretores por apresentarem opiniões que não eram do conhecimento do governo e que poderiam causar diferenças no comando da agora então “Cagergs”.

Também neste ano, abriu-se a possibilidade de criar novas filiais a nível nacional, bem como estrangeiras. As atividades da “Cagergs” continuavam voltadas para a armazenagem de mercadorias, descasque, imunização e embalamento de cereais, polimento e classificação de arroz, entre outras atividades agrícolas.

Em 1970, cem por cento das ações da empresa se tornara nominativas e, em 1972, as ações do Banrisul já representavam 80,967% do total. Também neste ano, as ações passaram a ter valor de 1,00 cruzeiro, e a “Cagergs” manifestou o interesse em operar como “Entrepasto Aduaneiro”, a fim de dinamizar a comercialização de produtos nacionais e internacionais.

No ano de 1973, deu-se início às alterações necessárias para que a empresa passasse a operar como Entrepasto Aduaneiro e o ano se concluiu com o Banrisul tendo 96,46% das ações em seu capital.

Em 1974, a “Cagergs” teve o consoante Ato Declaratório nº 7, de 18/03/1974, aprovado pelo Ministério da Fazenda, recebendo a autorização para atuar como Entrepasto Aduaneiro. A nova atividade foi mencionada na Ata de Assembleia de 6 de março de 1974, conforme Anexo C desta Dissertação.

Ainda neste ano, o mandato da diretoria da empresa foi alterado para quatro anos. No ano seguinte, a instituição alterou novamente seu endereço para a Rua Padre Diogo Feijó, número 479, ainda na cidade de Porto Alegre, e o Banrisul teve uma queda na participação das ações, fechando o ano com 70,727%. Porém, em 1977 esse número superou os 80%.

No ano de 1977, através do Ato Declaratório nº 28, de 26 de setembro de 1977, a empresa obteve autorização para instalar um Depósito Alfandegado Público – DAP. No ano de 1978, a “Cagergs” passa a ter permissão para atuar como Depósito Alfandegado Público e, em 1982, altera o endereço da sua sede, passando a atuar no município de Canoas, na Avenida Getúlio Vargas, número 8201, onde se encontra até os dias atuais (2021). Além da transferência da sede da empresa, é neste ano, em 29 de abril, que seu nome novamente é alterado, passando a se chamar "Banrisul - Armazéns Gerais S.A. - BAGERGS", mantendo a natureza jurídica como sociedade anônima.

Em 1983 surge a proposta de venda do antigo prédio (armazém), na Rua Padre Diogo Feijó, número 479, no bairro Navegantes, em Porto Alegre, sob a justificativa das obras da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb), pois não seria mais viável ter o imóvel ali, devido às dificuldades de acesso dos caminhões de cargas. A saída foi vender os móveis, aprovar a venda do prédio e realocar os funcionários administrativos para a nova estrutura, em Canoas.

Nos anos seguintes, as ações no Banco Banrisul continuaram oscilando: de 88,34%, em 1984, para pouco mais de 80%, em 1988. Em 6 de março de 1989, através do Ato Declaratório nº 20, a empresa obteve permissão para operar no Regime de Depósito Alfandegado.

Em 16 de outubro de 1991, pelo Ato Declaratório nº. 18, a Bagergs obteve permissão da Secretaria da Fazenda para instalação e administração, a título precário, das Estações Aduaneiras de Fronteiras em Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão, no estado do Rio Grande do Sul, nos termos do contrato celebrado em 30 de setembro de 1991. Também neste ano obteve autorização para operar regimes especiais no Porto de Rio Grande, porém, hoje, a autorização encontra-se revogada.

Em 1993, a Secretaria da Receita Federal promoveu concorrência, através do Edital SRF/10ª – RF nº. 01/93, para instalar e administrar a Estação Aduaneira de Fronteira: EAF/Uruguaiana, que havia sido liquidada pelo Poder Executivo do estado em 8 de fevereiro de 1990, conforme mostra o Anexo D desta Dissertação e que



objetivava a contratação de serviços técnicos especializados relacionados com armazenagem e movimentação de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Em 14 de setembro deste ano, a Bagergs, em plena fase de expansão, venceu essa licitação, mantendo a administração e assinando um contrato, em 14 de setembro de 1993, de prestação de serviços pelo prazo de cinco anos.

Devido a essa aquisição, a Bagergs incorporou um Diretor Operacional, visando atender a nova demanda, com a principal função de operacionalizar os Terminais Rodoviários Alfandegados de Fronteira, pelo mandato de dois anos.

Em 1996, a empresa passa a ter seu capital aberto e suas ações são postas na Bolsa de Valores. Surge alteração na nomenclatura do cargo de diretor para Diretor Superintendente. No ano de 1998, o Banrisul possuía mais de 90% das ações da Bagergs. Neste mesmo ano foram renovadas, por mais cinco anos, todas as concessões para operação dos regimes especiais concedidos pela Receita Federal, na EADI – Canoas (AD nº. 60 de 22/05/1998) e nas EAF's Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão. A seguir, algumas imagens das três últimas localidades, cedidas pelo acervo da empresa:

Figura 11 – Armazéns Gerais de Uruguaiana em 1996



Fonte: Acervo Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Figura 12 – Armazéns Gerais de Livramento em 1996



Fonte: Acervo Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Figura 13 – Armazéns Gerais de Jaguarão em 1993



Fonte: Acervo Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Em 14 de maio de 2001, através do Ato Declaratório Executivo SRF nº.16, a Bagergs foi autorizada a operar o regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro

na importação e exportação na Estação Aduaneira de Fronteira de Uruguaiana/RS. A referida Estação Aduaneira de Fronteira – EAF, passou a denominar-se Estação Aduaneira de Interior – EADI. No final do ano, em 28 de dezembro de 2001, adquiriu as ações da Fundação Banrisul de Seguridade Social, passando a ser o acionista detentor de 99,48% das ações.

Em 14 de março de 2003, por força da Concorrência nº.03/2002 SRF10ª – RF, encerraram-se as concessões em Jaguarão e Santana do Livramento e, em 24 de setembro de 2003, por força da Concorrência nº. 03/2002 SRF10ª – RF, encerrou-se a concessão em Uruguaiana.

Em 2004 é feito o arrendamento da área atual da empresa para locação de órgãos como a Receita Federal, Ministério da Agricultura, Anvisa e escritórios comerciais. Neste mesmo ano, a Banrisul Armazéns Gerais S. A., é permissionária da União, por intermédio da Superintendência Regional da Receita Federal da 10ª Região Fiscal, para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Porto Seco, conforme Contrato SRRF10 – Nº. 06/2004, celebrado em 24 de setembro de 2004, pelo prazo de 25 anos, renováveis por mais 10 anos.

No ano de 2013, os investimentos em ativo imobilizado somaram R\$ 3,9 milhões. Desse total, 42% foram direcionados para obras de ampliação do pátio e armazenagem, 36% para aquisição de máquinas e equipamentos, 17% para instalações e o restante aplicados em benfeitorias, móveis/utensílios e na aquisição de equipamentos de informática.

No ano seguinte, em 2014, a empresa colocou em produção o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos, com o objetivo de aumentar o faturamento. Também foi implantado o Sistema de Gestão de Armazéns - WMS, ferramenta para o gerenciamento de estoque e o transporte de cargas a curta distância. Neste ano, as ações no Banrisul chegaram a 99,5% do total e suas demonstrações financeiras foram publicadas no Diário Oficial da Indústria e Comércio e no Jornal do Comércio, ambos órgãos do estado, cumprindo as exigências das informações solicitadas pela Lei nº 6.404/76.

Até o momento desta pesquisa, a diretoria da Bagergs é composta pelo Diretor Presidente, Sr. João Simioni, pelo Diretor Comercial, Sr. Zilmino Jacedir Tartari e pela Diretora Administrativa e Financeira, a Sra. Silvana Dalmás. As fontes de receitas decorrem das prestações de serviço de armazenagem das mercadorias a serem desembaraçadas e dos aluguéis oriundos de arrendamento operacional. A instituição

efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais.

Suas atuais atividades correspondem a atender o ramo de armazéns gerais, na locação de espaços, no armazenamento, digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED e como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão com a Receita Federal, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação.

Os processos principais do seu negócio são a recepção de mercadorias, carga, descarga e armazenamento. Como processos de apoio estão a filmagem (proteção de cargas), unitização/desunitização de cargas, fumigação de mercadorias, pesagem de mercadorias, serviço de consulta web para lotes de mercadorias armazenadas na modalidade de entreposto aduaneiro, pagamento *online*, logística com veículos próprios ou de terceiros e despachos.

Quanto aos principais equipamentos, instalações e tecnologias utilizadas pela instituição, pode-se citar o pórtico para movimentação de contêineres (capacidade de levante 36t), área com controle térmico (climatização e desumidificação), pátio para contêineres (tomadas para contêineres refrigerados), balança eletrônica rodoviária (80t), áreas específicas para produtos químicos e alimentícios, *racks* metálicos (capacidade de 1,5t cada) para verticalização e organização de espaço para armazenagem, empilhadeiras e aparelho de raio X (*scanner*). Abaixo, seguem algumas imagens da Bagergs de 1998 e de 2020, todas no município de Canoas:

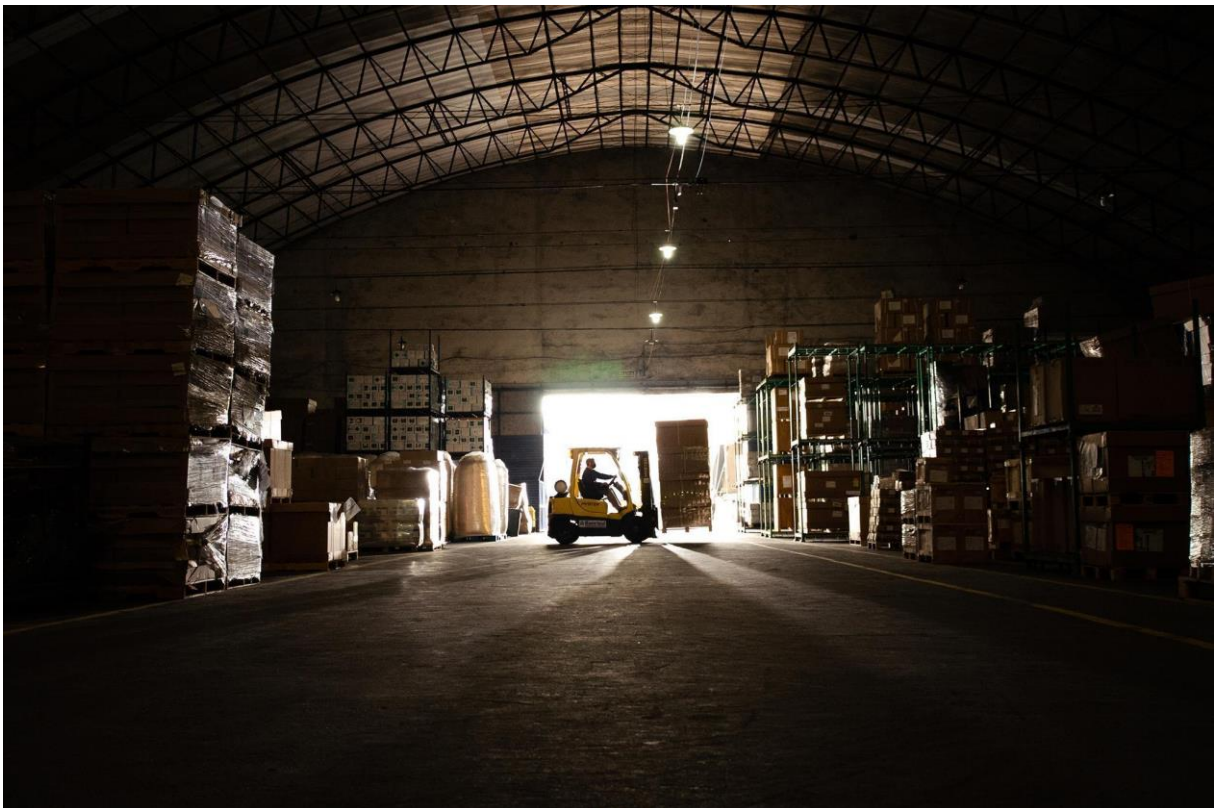


Figura 14 – Entrada da Bagergs, em 1998



Fonte: Acervo Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Figura 15 – Interior de um dos Armazéns da Bagergs, em 2020



Fonte: Acervo Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Figura 16 – Interior de um dos Armazéns da Bagergs, em 2020



Fonte: Acervo Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Figura 17 – Vista aérea da Bagergs, em 2020



Fonte: Acervo Barrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Como forma de dialogar com essa pesquisa, apresenta-se, na sequência, os nomes e períodos de mandatos dos Diretores-Presidentes da Bagergs, desde sua fundação, em 1953, ao ano de 2023, totalizando 26 membros e 70 anos de mandatos, sendo esses dados parte de um arquivo cedido pela empresa.

Para fins de um melhor entendimento entre os períodos de mandato de cada Diretor-Presidente, o Quadro 4 traz a comparação entre esses e os Governadores do estado do Rio Grande do Sul, considerando o espaço de tempo de 1953 a 2021:



Quadro 4 – Comparativo entre os Governadores do estado do Rio Grande do Sul e os respectivos Diretores-Presidentes da Bagergs no período de 1953 a 2021

<b>Governadores e Mandatos:</b>	<b>Diretores-Presidentes da Bagergs e Mandatos:</b>
Ernesto Dorneles (1951 - 1955)	Renato Costa (1953 - 1961)
Ildo Meneghetti (1955 - 1959)	
Leonel Brizola (1959 - 1963)	Raphael Martínez Risco (1961 - 1963)
	Eugenio Roberto Enet (1963)
Ildo Meneghetti (1963 - 1967)	Alceu Ribas e Marcelo Feijó (09.1963 - 1967)
Walter Peracchi Barcellos (1967 - 1971)	Levino Luiz Baptista Corezola e João Francisco de Oliveira (1967 - 1969)
Euclides Triches (1971 - 1975)	Levino Luiz Baptista Corezola e Amaury Crivela Costa (1969 - 1972)
	Glodomiro Martins e Marco Antônio Valença Calvi (1972 - 1975)
	Tarmian Netto da Silva e Levino Luiz Baptista Corezola (1975)
Synval Guazzelli (1975 - 1979)	José Vital Bossler e Armando Renan D'ávila Duarte (1975 - 1979)
Amaral de Souza (1979 - 1983)	Alfredo Arthur Miranda de Oliveira e Willy Santurio Ramos (1979 - 1981)
	Willy Santurio Ramos (1981 - 1983)
Jair Soares (1983 - 1987)	Francisco Barbosa de Queiróz Junior (1983 - 1987)
Pedro Simon (1987 - 1991)	Lídio Buchaim (1987 - 1991)
Alceu Collares (1991 - 1995)	Américo Copetti (1991 - 1995)
Antônio Britto (1995 - 1999)	Fernando César Villela Rodrigues (1995 - 1999)
Olívio Dutra (1999 - 2003)	Paulo Trapp (1999 - 2003)
Germano Rigotto (2003 - 2007)	Luiz Fernando Souto Severo (2003 - 2007)
Yeda Crusius (2007 - 2011)	Vicente Joaquim Bogo (2007 - 2011)
Tarso Genro (2011 - 2015)	Francisco Biazus (2011 – 04.2014)
	Yuri Santanna dos Santos (05.2014 - 2015)
José Ivo Sartori (2015 - 2019)	João Simioni (2015 - 2019)
Eduardo Leite (2019 - atualidade/2021)	Mario Bernd Neto (2019 – 04.2021)
	João Simioni (03.05.2021 - 2023)

Fonte: Adaptado pela autora.<sup>10</sup>

Em 1963, ocorreu a alteração no Estatuto Social, onde a Diretoria passou a ser composta por dois Diretores. A partir de 1981, a indicação da Presidência surge, retomando o modelo anterior. Ainda, analisando o quadro acima, percebe-se que os períodos de mandatos dos Diretores-Presidentes da Bagergs muito se assemelham




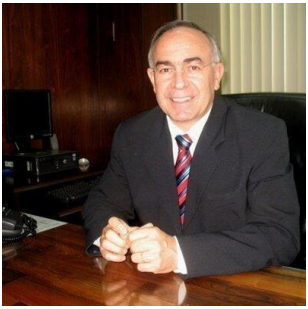
<sup>10</sup>Quadro adaptado do artigo “O uso de fotografias na produção da memória empresarial” aprovado e em fase de publicação no IV Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos – História, Democracia e Educação em Tempos de Crise. Simpósio Temático 05 – Imagens e História: fontes, acervos e novas abordagens. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.



aos anos de posse dos governadores do estado, apresentando raras discrepâncias entre as datas.

Na sequência, o Quadro 5 traz algumas das fotos disponibilizadas do acervo da Bagergs, apresentando sete Diretores-Presidentes da empresa, de 1999 a 2023. A empresa relatou que não possui, em seus arquivos, fotos dos Diretores-Presidentes dos anos anteriores.

Quadro 5 – Dados das imagens dos Diretores-Presidentes da Bagergs no período de 1999 a 2023

Diretor-Presidente	Foto	Natureza do espaço	Local
Paulo Trapp (de 1999 a 2003)		Não identificado	Não identificado
Luiz Fernando Souto Severo (de 2003 a 2007)		Bagergs	Gabinete de trabalho
		Não identificado	Não identificado
Vicente Joaquim Bogo (de 2007 a 2011)		Bagergs	Gabinete de trabalho

Francisco Biazus (de 2011 a 2014)		Não identificado	Externo
Yuri Santanna dos Santos (de 2014 a 2015)		Não identificado	Não identificado
		Bagergs	Sala de visitas
João Simioni (de 2015 a 2019) e (2021 a 2023)		Bagergs	Sala de reunião
Mario Bernd Neto (de 2019 a 2021)		Não identificado	Não identificado

Fonte: Adaptado pela autora<sup>11</sup>

<sup>11</sup> Quadro adaptado do artigo “O uso de fotografias na produção da memória empresarial” aprovado e em fase de publicação no IV Colóquio Discente de Estudos Históricos Latino-Americanos – História, Democracia e Educação em Tempos de Crise. Simpósio Temático 05 – Imagens e História: fontes, acervos e novas abordagens. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2021.

Com base no apresentado acima, cada Diretor-Presidente ocupou seu mandato pelo prazo de quatro anos, com exceção do Diretor-Presidente Yuri Santanna dos Santos, que teve seu mandato compreendido de 2014 a 2015, e do Diretor-Presidente João Simioni, que retornou ao cargo em 3 de maio de 2021, para seu segundo mandato. Nota-se que todos os Diretores-Presidentes representados nessas fotos são do gênero masculino, não havendo Diretores-Presidentes do gênero feminino até o presente momento.

Quanto à natureza do espaço (se nas dependências da Bagergs ou não) e o local (lugar exato onde foi realizada a fotografia), percebe-se que algumas imagens foram realizadas na empresa, outra em um ambiente externo, sem ficar evidente a relação direta com a Bagergs, e as demais com cenários os quais não são passíveis de identificação. Dasquelas onde foi utilizada a estrutura da Bagergs, alguns “papéis de fundo” surgem, como o gabinete de trabalho, a sala de visitas e a sala de reuniões.

Ainda, no fim desta Dissertação, através dos Anexos E, F e G, é possível visualizar três reportagens do Diário de Notícias de Porto Alegre: Em 1954, quando o Consórcio Brasileiro de Investimentos (Rio Grande do Sul) S.A. anunciou o aumento de capital dos Armazéns Gerais e apresentou a Diretoria, o Conselho Fiscal, o Conselho Técnico e os Acionistas daquele período, em 1959, quando fortalece a entrada de L. Figueiredo aos Armazéns Gerais, e em 1961, quando o impresso comunicou o controle do Armazéns Gerais pelo sócio majoritário Banrisul. As reportagens foram disponibilizadas pelo D.A Press Conteúdo, Brasília.

Na sequência, são apresentados os resultados levantados para esta pesquisa a partir da análise do *corpus documental*, fornecido pelas empresas Bagergs e Banrisul, bem como das fontes secundárias consideradas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A economia do Rio Grande do Sul foi fortemente influenciada pelo Estado Novo, onde era responsabilidade do estado gaúcho fornecer produtos de baixo valor agregado como alimentos agrícolas à região Sudeste, que se desenvolvia industrialmente. Porém, o estado enfrentava problemas estruturais de transporte para o centro do país.

Com a industrialização nacional, na década de 1950, apoiada pelo projeto nacional-desenvolvimentista entre os interesses rurais e industriais, o estado, assim como outras regiões do Brasil, foi beneficiado com melhorias nas rodovias, o que favoreceu os agricultores locais. Além disso, melhorias no porto de Porto Alegre, entre 1947 e 1949, e a criação da ponte Guaíba, em 1958, também auxiliaram na questão estrutural do Rio Grande do Sul.

Paralelamente, ao longo da década de 1950, o sistema rodoviário gaúcho foi se estruturando e suprimindo a necessidade agrícola, visto que o principal meio de transporte para a produção era através do transporte marítimo, via cabotagem, ou seja, embarques de porto a porto dentro do território nacional.

Sobre o cultivo de grãos, na segunda metade da década de 1940 surgiu o trigo, e, em meados de 1950, o estado se recriou como celeiro agrícola do país, onde a produção do trigo aumentou muito, atingindo quase 40% da produção, mas, no final da década e com sua crise, a soja se sobressaiu, chegando a ser responsável por quase 70% das exportações gaúchas. O aumento da oferta de produtos agrícolas pelo estado causou uma tensão entre os produtores, tanto por não terem locais suficientes e de baixo custo para armazenarem suas cargas, como para arcar com os altos custos do porto. Esse fato confirmou que o estado não acompanhava o ritmo dos produtores. Hoje, essas memórias podem ser revisitadas, pois reforça-se o que Halbwachs diz: “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 2006, p.143), ou seja, esse espaço particular da história foi conservado e pode ser acessado, identificando um grupo, representado nesta análise pelo estado em comparação ao país, considerando, também, suas coordenadas temporais (CANDAU, 2021).

A partir do contexto ao qual o Rio Grande do Sul se encontrava, surge, em 1953, o “Armazéns Gerais Sul-Riograndenses S.A.”, ou apenas “Armasul”, que visava, através de armazéns gerais, ser um meio para depositar e conservar mercadorias.

Além disso, a empresa objetivava o recebimento e moagem de açúcar, engenho de arroz, descasque, esmaltação e secagem de arroz e cereais, polimento de feijão, moagem de farinha de mandioca, imunização de cereais e câmara de expurgo, bem como outras operações agrícolas.

As atividades da empresa iniciaram em 1º de dezembro, com o total de 29 acionistas fundadores, entre pessoas físicas (14) e pessoas jurídicas (15), oriundos de agricultores cooperativados que, através dessa associação, inicialmente privada, buscavam uma solução rápida para o escoamento de suas safras, a fim de atender o mercado aquecido da época, remetendo à fala de Worcman (2004), quando relaciona os grupos sociais à valorização da história organizacional como um patrimônio, onde a identidade empresarial é firmada na sociedade.

Ainda, o coletivo das organizações também possui um passado, que nem sempre é revelado ou está à disposição. Por isso é importante entender essas memórias, pois, conforme Worcman (2004), a história é um meio de comunicação da empresa para a sociedade, descrevendo seus marcos ao longo do tempo.

Nesse sentido, pode-se dizer que a “Armasul” foi constituída para atender uma demanda crescente da industrialização brasileira, onde o estado do Rio Grande do Sul reafirmou o seu papel como fornecedor de bens de consumo coloniais ofertados pelo mercado agrícola rio-grandense. Sua justificativa aparece no Relatório da Administração correspondente ao ano de 1953, do Bannrisul, conforme demonstra o Anexo H desta Dissertação, onde se cogitava oferecer, ao público, títulos relativos ao capital dos Armazéns Gerais em Porto Alegre, empresa que, segundo o Banco, ocuparia “lugar de relevo entre as grandes iniciativas que visam a expansão da economia gaúcha” (RELATÓRIO DO BANCO DO R. G. DO SUL, 1953-1956).

Dessa forma, a instituição caracterizou-se como uma empresa de logística, atendendo um circuito produtivo da época, indo, este, ao encontro do conceito de patrimônio industrial, que está atrelado ao valor histórico visível em entrepostos e armazéns, conforme relata a Carta de Nizhny Tagil (2003), e ao valor cultural material e imaterial trazidos pela Carta de Sevilla (2018) como parte essencial da memória coletiva, tendo como função tornar essas memórias acessíveis ao público. Igualmente, reforça-se a ideia de que a Bagergs também se enquadra como espaço de lembranças, ambas aproximações apontadas anteriormente, na página 33 dessa Dissertação.

Os primeiros prédios sublocados pela acionista Beira Rio Armazenagens S.A – Brasa –, para inaugurar a empresa, ficavam localizados em zona comercial, de fácil acesso e que era considerada uma das mais importantes vias na cidade de Porto Alegre/RS. O local estratégico fazia divisa com o Rio Guaíba e estava localizado na Avenida Voluntários da Pátria, aos fundos da Avenida Missões, em Porto Alegre/RS. A extensão total somava 8.590 m<sup>2</sup> de área descoberta e mais 4.000 m<sup>2</sup> de área coberta, possibilitando a armazenagem de 600.000 volumes de mercadorias.

O objetivo era auxiliar os produtores agrícolas do estado no desafogamento do montante de mercadorias que necessitavam ser armazenadas em depósitos de terceiros, principalmente por estarem sem espaço físico próprio ou por procurarem custos menores dos exigidos para deixar as mercadorias armazenadas em terminais de cargas no porto de Porto Alegre, onde as taxas portuárias, em zona primária, são sempre mais elevadas, independente da região.

A armazenagem simples ofertada pela “Armasul”, na época, possibilitava o depósito das mercadorias suprindo uma necessidade do mercado, que enfrentava o aumento nas exportações refletido pelo vulto das safras agrícolas e o beneficiamento da produção cerealista do estado. De certa forma, os preços atribuídos no mercado aos grãos das safras não sofreu influência apenas do estado, mas também a partir da formação da “Armasul”, uma vez que a composição da empresa possibilitava aos produtores estipular preços menores às suas safras, pois os custos portuários não compunham o preço final de venda do produto, já que os grãos eram alocados nos armazéns gerais, onde a diária de armazenagem simples é mais barata do que a diária de uma armazenagem alfandegada em área portuária. Quanto a este aspecto, reforça-se o exposto na página 34 desta Dissertação, onde Halbwachs (2006) conceitua a memória econômica.

A prestação de serviços da empresa ia ao encontro das forças produtoras do Rio Grande do Sul, desde o comércio à indústria. Observações colhidas no interior do estado, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, que faziam parte desse setor, apoiaram a constituição da empresa, a qual a construção de futuros armazéns, nos anos seguintes, e a aderência de maquinários também direcionaram para o beneficiamento da produção rural do território rio-grandense, além de facilitar no transporte rodoviário, pois os armazéns permitiam que as mercadorias ficassem mais próximas das saídas do Rio Grande do Sul para o Sudeste, principalmente, tanto por via marítima como terrestre. Isso fortalece o que Worcman (2004) aborda quando diz que a história de

uma empresa é construída com a participação de outrem, consolidando sua marca no mercado.

No ano de 1958, apenas cinco anos após sua inauguração, a empresa passa por uma crise financeira que ameaçou sua extinção, devido aos altos aluguéis dos armazéns, o término do prazo para arrendamento do terreno, o aluguel do local onde ficava o engenho de cereais, pagamentos elevados aos acionistas, custos com desligamento de pessoal, entre outros. Com a falta de apoio bancário para sanar as dívidas, a instituição trocou de sede e reduziu sua estrutura. Logo, a extinção não ocorreu. Segundo a Diretoria da época, sairia mais caro liquidar a empresa, já que o retorno dos dividendos corresponderia a menos que 50% do total, sendo recebido apenas a longo prazo. Um conflito entre as contas fiscais também foi levantado e, posteriormente, esclarecido.

Após esse episódio, a empresa decidiu comprar prédios próprios, sendo o total de oito, recebendo um volume de 120.000 sacas de *commodities* agrícolas, mudando-se para a Rua Comendador Azevedo, também em Porto Alegre. A instituição intensificou o uso de títulos de garantia, a fim de render ao proprietário do título o poder sob a mercadoria depositada no armazém. Em 1959, a preocupação era fortalecer a fiscalização das contas da empresa para que ela não entrasse em prejuízo novamente.

Em 1961, quando o Banrisul já era considerado o sócio majoritário na sociedade, este tomou parte das ações para investir em armazéns e silos em prol do estado, visando o papel de suporte básico para a comercialização regional. Com a justificativa de cumprir os interesses estaduais, o Banrisul substituiu os Diretores da empresa com a argumentação de que os antigos membros poderiam ter opiniões que não eram do conhecimento do governo e que talvez causasse confrontos no comando da instituição, conforme trecho da página 86 da Ata de Assembleia em 1961 (Anexo I):

[...] votara pela destituição dos atuais membros da Diretoria e respectivos suplentes, usando apenas as ações de que ele Banco do Estado era titular, ou seja de 10.916 ações, com abstenção da utilização das ações de cujos acionistas era ele Banco do Estado procurador constituído, conforme instrumento de mandato em poder da Sociedade, isso porque ele Banco do Estado não conhecia o pensamento de seus representantes no tocante à matéria que acabava de ser deliberada e votada; b) – que votara pela destituição dos atuais Diretores, apenas em razão das novas diretrizes que desejava ver adotadas na Sociedade [...].

Nesse período, o esforço foi para manter a empresa em atividade, pois o setor agrícola continuou se desenvolvendo e, na segunda metade da década de 1960, atingiu o mercado internacional, exportando suas *commodities*. Nessa mesma época, o estado se tornou concorrente do centro-sul do país.

A economia nacional também retomou seu crescimento acelerado a partir de 1968, acompanhando o crescimento da economia gaúcha, que emergia a lavoura da soja e do trigo. Logo, os produtores agrícolas cooperativados se fortaleceram como atores sociais. De 1969 a 1978, a agricultura regional cresceu uma média de 10%, se estabilizando.

Paralelo a isso, na década de 1970, constituiu-se a Região Metropolitana de Porto Alegre, que passou a ser considerada uma das mais importantes concentrações urbanas e industriais nacionais, se transformando em um campo de industrialização pesada, conforme menciona Pesavento (2014).

Ainda nessa década, em 1974, ocorreram os incentivos à agricultura, em destaque a soja e o trigo, levando o Rio Grande do Sul a ser conhecido, principalmente, como o estado da soja. Neste mesmo ano, a empresa, agora chamada de “Cagergs”, começou a operar como Entrepósito Aduaneiro, visando mercadorias destinadas, também, ao comércio internacional, passando, em 1977, a ter a autorização para atuar como Depósito Alfandegado Público – DAP. No ano de 1979, a Folha de São Paulo publicou uma nota em seu jornal, salientando a importância da empresa e sua função como Entrepósito Aduaneiro, sua possibilidade de custo mais baixo em comparação ao porto, bem como as vantagens da operação e confirmando que eram poucas as empresas que atuavam com esse permissionamento naquele período. A comunicação dizia que “O regime de entreposto aduaneiro oferece inúmeras vantagens ao importador, segundo o diretor da Companhia de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul (CAGERGS) [...]” e que:

A grande vantagem é que os tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, são suspensos por um prazo de até 3 anos, permitindo que a empresa importadora tenha tempo para procurar um comprador e só retirar o produto depois de fechado o negócio (FOLHA DE SÃO PAULO, 1979, p. 22).

A publicação também mencionou que “Só é necessário pagar a armazenagem do entreposto, que é menos que as tarifas cobradas pelos portos.”, conforme



demonstra o Anexo J desta Dissertação. Ainda, o Anexo K complementa uma terceira empresa no ramo. Nota também publicada pela Folha de São Paulo.

Em 1983, no dia 10 de novembro, a empresa novamente foi mencionada em uma outra nota publicada também pela Folha de São Paulo, onde é referida a importância do processo de certificação em depósito aduaneiro (Anexo L). O trecho dizia que “Um dos aspectos importantes nas transações de mercadorias destinadas à exportação é o processo de emissão do certificado de depósito aduaneiro.”, bem como relatou os objetivos de tal certificação:

[...] (a) Cuidar para que o seu embarque se concretize; (b) Manter escrituração adequada de modo a comprovar, a qualquer tempo, a sua efetiva exportação; (c) Responder solidariamente pelo pagamento dos impostos e pelo ressarcimento de benefícios fruídos pelo depositante com relação àquelas cuja exportação não for comprovada (FOLHA DE SÃO PAULO, 1983, p. 28).

Também comunicou sobre a “Cagergs” fazer parte, desde outubro de 1982, da diretoria da Associação Brasileira das Empresas Permissionárias de Regimes Aduaneiros: “Em outubro passado, foi eleita a nova diretoria da Associação Brasileira das Empresas Permissionárias de Regimes Aduaneiros, obedecendo a seguinte composição: [...] Companhia de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul (Cagergs) [...]” cujo objetivo, assim como as demais empresas nomeadas, era:

[...] 1. Representar a classe das empresas legalmente autorizadas a funcionar como permissionárias de Regimes Aduaneiros Especiais; 2. Zelar pelo instituto jurídico dos Regimes Aduaneiros Especiais; 3. Divulgar junto às classes empresariais as vantagens e benefícios proporcionados pelos Regimes Aduaneiros Especiais; 4. Prestar assistência às associadas nos assuntos relativos a operações de comércio exterior (FOLHA DE SÃO PAULO, 1983, p. 28).

No ano anterior, em 1982, a instituição mudou-se para o município de Canoas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, alterando novamente sua razão social para “Banrisul - Armazéns Gerais S.A. - Bagergs”. Em 1991, também operou em municípios como Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão, administrando as Estações Aduaneiras de Fronteiras, as quais hoje não faz mais parte. Outro marco importante é que, em 1996, a empresa passou a ter seu capital aberto e suas ações na Bolsa de Valores.

Na época em que a Bagergs exercia seu papel na fronteira, algumas notícias, entre os anos de 2003 e 2004, foram divulgadas pelo jornal Correio do Povo sobre a atuação da empresa. O meio de comunicação acompanhou o permissionamento da Bagergs para atuar nas regiões mencionadas, bem como sua saída. Os recortes dos jornais da época comprovaram estes fatos, pois afirmaram a suspensão do contrato da empresa no porto seco de Uruguaiana (Anexo M), seguido da perda dos entrepostos em Livramento e Jaguarão, ao passo que também reforçou a aduana de Uruguaiana – hoje segunda maior da América Latina – como estratégica para a empresa, já que rendia 60% da receita da Bagergs, na época (Anexo N), e notificando, um dia depois, da também perda deste porto seco (Anexo O). Na publicação de 3 de outubro de 2003 deste último anexo, foi informado que:

“[...] Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), Samuel Nebenzahl, classificou de “inacreditável” a situação do Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana. Com o controle administrativo disputado por duas empresas, a Bagergs e a Eadi Sul, o local teve os portões fechados [...]” (CORREIO DO POVO, 2003, p. 10).

Bem como, tudo deveria ser preservado, por questões de segurança e “[...] principalmente por se tratar de patrimônio da União [...]”. A ABTI estimou um prejuízo de 170 mil dólares/dia, devido à volumetria de 1.000 caminhões parados no local. O acúmulo foi gerado devido à indefinição inicial de qual das empresas passaria ou continuaria no controle administrativo do porto seco.

Ainda, foram publicadas notas, em novembro de 2003 e em janeiro de 2004, sobre a decisão de investigação da empresa pelo Tribunal de Contas do Estado a respeito da perda da concessão dos três portos secos: “[...] a concessão passou a uma empresa da iniciativa privada. A estimativa é de que o faturamento do entreposto de Uruguaiana este ano iria a R\$ 6 milhões. O tribunal quer saber o que ocorreu na gestão passada e quem pagará o prejuízo.” (Anexo P). O órgão decidiu por (Anexo Q):

O Tribunal de Contas do Estado realizou auditoria querendo verificar por que a Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs) teve proposta desclassificada na licitação de 2002 para gerenciar as estações aduaneiras de Uruguaiana, Livramento e Jaguarão, que representavam mais de 50% do faturamento da empresa (CORREIO DO POVO, 2004, p. 4).

Chegando à conclusão de que “Foram evidenciadas falhas nos procedimentos [...]” (ainda no Anexo Q). Devido a essas falhas, a perda das concessões para atuar nas fronteiras impactou a Bagergs tanto à nível de imagem empresarial perante o mercado como na redução significativa nos resultados dos lucros obtidos no período. Após as investigações apuradas e encerradas, a empresa não concorreu à nova licitação para operar nessas regiões, sendo, estas, administradas hoje pela empresa Multilog Logística Sul S/A.

No ano de 2001, através das ações da Fundação Banrisul de Seguridade Social, o Banco se tornou o acionista detentor de 99,48% das ações. Em 2004, a empresa alocou sua área para outros órgãos, como a Receita Federal, o Ministério da Agricultura, a Anvisa e escritórios comerciais. Neste mesmo ano, foi permissionária da União para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias, tornando-se o único Porto Seco da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), podendo atender mercadorias voltadas ao comércio exterior.

Em 2007, o ex-vice-governador do estado, Vicente Bogo, assumiu o cargo de Presidente da empresa, reforçando o interesse em ampliar os resultados da Bagergs, conforme publicação do Correio do Povo (Anexo R): “Pretendo dar continuidade ao que estava sendo realizado e, ainda, consolidar e ampliar os resultados que produzirão benefícios à sociedade riograndense [...]”. Neste ano, a empresa possuía a maior área para armazenagem alfandegada do estado. Em 2009, outra nota do mesmo meio de comunicação apresentou o resultado do lucro líquido da empresa no ano de 2008, de R\$ 2,1 milhões, e intensificou a atuação na atividade alfandegada, incluindo operações de grande porte, como a plataforma P-53, da Petrobrás (Anexo S).

Em 2010, uma nova nota publicada, também no Correio do Povo (Anexo T), anunciou a compra de mais um terreno para ampliação das operações: “A área, de três hectares, está localizada ao lado da sede da instituição, em Canoas. Inicialmente o local será utilizado para armazenagem de contêineres, segundo informou o diretor-presidente da empresa, Vicente Bogo.”

Em 2014, a Bagergs colocou em produção o GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos. Neste período, as ações no Banrisul chegaram a 99,5%. Hoje, a empresa também trabalha com embalagem, fumigação e pesagem de cargas, desembaraço aduaneiro, além de transporte rodoviário próprio e de terceiros.

A série de alterações elencadas acima que ocorreram ao longo dos últimos anos e que alteraram o foco inicial da Bagergs de auxiliar o desafogamento agrícola na década de 1950 foi bem influenciada pela perda de interesse do estado em seu negócio. Atualmente a empresa não tem mais função direta para o Rio Grande do Sul, o que a levou a ser, de certa forma, esquecida por este, tornando-se uma empresa privada e totalmente dependente do Grupo Financeiro Bannrisul, lembrando a fala de Ricoeur (2007), quando diz que a insuficiência de memória também representa alguma coisa.

Através da sociedade entre empresários, produtores e agricultores que constituíram a Bagergs, pode-se dizer que a empresa assumiu uma função de “guarda-chuva”, na época, onde objetivava suprir as necessidades estatais através das suas atividades de armazenagem simples, engenho de arroz e cereais, entre outras funções primordiais, abrangendo os atores sociais envolvidos nesse circuito produtivo. Contudo, essas atividades deixaram de ter relevância para o estado e para os acionistas fundadores, transformando-se apenas em memórias, visto que as atividades iniciais que a constituíram foram declinadas ao longo do tempo. Desta forma, aproxima-se da fala de Pollak (1992,) quando diz que a memória é um produto social, ou seja, “[...] um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201).

Nos dias de hoje, percebe-se que os objetivos econômicos da empresa passaram por uma adaptação ao longo dos anos, onde as atividades principais e iniciais, em grande parte, foram reestruturadas de forma a atender outras demandas do mercado, como o entreposto aduaneiro, a armazenagem alfandegada, o transporte rodoviário e a administração de arquivos e documentos, entre outras funções, visando, agora, um público-alvo distinto, como empresas privadas atuantes no comércio exterior e não mais o estado propriamente dito.

De qualquer forma, sabe-se que o Rio Grande do Sul ainda é um estado agrícola, caracterizado pela trajetória histórica de grupos imigrantes europeus, pela expansão da exportação da soja, pelo cultivo do milho e da cana-de-açúcar produzidos em larga escala e pela modernização agrícola. Relacionado a esta particularidade, a partir de 2016, muitas instituições deixaram o estado devido ao ingresso de produtos importados mais baratos que vieram de fora do país ou pela falta de incentivos fiscais governamentais, que prejudicaram a sobrevivência ou o desenvolvimento lucrativo de indústrias em solo gaúcho, como foi o caso da

montadora *Ford*, que, primeiramente, substituiu o Rio Grande do Sul pelo estado da Bahia, e depois deixou o país definitivamente neste ano (2021). Ainda em 2020, a empresa Mercado Livre, cujo intuito era criar um centro de distribuição em Gravataí/RS, abandonou o projeto, indo para o estado de Santa Catarina, depois de ter rompido as negociações com o governo gaúcho, devido a “trâmites operacionais de ordem fiscal”.

Todos esses fatores corroboram para tornar o Rio Grande do Sul ainda muito dependente da agricultura, especialmente da soja, já que o grão teve safra recorde em 2021, amenizando a perda de municípios, principalmente no interior do estado, que foram diretamente impactados pela pandemia do Covid-19 e pela estiagem do ano anterior.

Logo, se justifica entender a história da Bagergs e os marcos econômicos gaúchos que a acompanharam ao longo dos anos para compreender as relações de um passado que ainda tem sua memória refletida no presente, seja pelo contexto regional, seja pelo contexto empresarial, uma vez que a empresa precisa da sociedade, pois isolada não sobrevive (WORCMAN, 2004).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa é resultado de uma demanda empresarial e, sobretudo, acadêmica. Empresarial porque a instituição objeto de estudo desta análise carece de um meio sistematizado, unificado e de fácil acesso, que possibilite a consulta e a divulgação da sua trajetória histórica para a sociedade onde está inserida. E acadêmica porque a partir das investigações realizadas foi possível contextualizar a empresa e para além dela, dialogando com os principais marcos econômicos do Rio Grande do Sul e com as fontes históricas secundárias que complementaram ou contestaram fatos importantes, trazendo em evidência e buscando responder o problema de pesquisa que foi identificar as contribuições do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs) para o estado a partir da segunda metade do século XX. Porém é importante ressaltar que, da mesma forma, ainda foi possível observar o impacto do estado na empresa ao longo dos anos.

Através da presente Dissertação, elaborou-se um produto técnico em formato de livro digital, *e-book*, que objetivou tramar as principais memórias da empresa com as memórias econômicas do estado, fazendo uso de textos explicativos, fotografias e reportagens a fim de elucidar a pesquisa.

Inicialmente, preocupou-se em analisar de que forma a Bagergs contribuiu para a economia do Rio Grande do Sul e, para isso, se explorou as Atas de Assembleia Geral de 1953 a 2019. Apesar do *corpus documental* disponibilizado pela empresa ter sido extremamente denso, buscou-se, nas fontes secundárias e imagéticas, argumentos que pudessem dialogar com o que as fontes primárias apresentaram. Neste sentido, aplicou-se o que Candau (2021) fala a respeito da metamemória, trazendo uma representação da própria memória e produzindo memória através desta.

Foi importante notar que a trajetória econômica do estado correspondeu a aflições políticas tanto a nível de preocupação em estruturar o sistema rodoviário para garantir agilidade e espaço nas regiões atendidas como para encontrar uma solução rápida para armazenagem de cargas que pudesse trazer competitividade aos produtores de trigo e soja, inicialmente, sendo esta uma etapa temporal extremamente importante, que deu o pontapé inicial para a constituição do Banrisul Armazéns Gerais S.A. (Bagergs).

Oportunamente, quando a empresa surge, em 1953, o estado, através de produtores agrícolas, banco, seguradoras e empresas privadas, visualizam na Bagergs a possibilidade de resolver três grandes problemas: ter um espaço amplo para armazenar suas cargas enquanto suas próprias estruturas físicas não as comportavam mais, reduzir o valor do frete rodoviário (planta-porto), já que os armazéns da empresa ficavam mais próximos das saídas do estado para a região Sudeste e reduzir os custos portuários de suas mercadorias, uma vez que a armazenagem das cargas dentro do porto por um período maior até a saída do próximo embarque não seria mais necessária.

Nesse sentido, foi importante perceber como a economia do Rio Grande do Sul se constituiu, principalmente pelo processo de industrialização, articulado ao Brasil, onde o estado teve um papel essencial na distribuição de produtos de base. Como apontou Gertz (2007), a industrialização do país e o processo de modernização ocorreu em meados dos anos de 1950, promovendo uma grande mudança no sistema produtivo e direcionando o Brasil a ser um país industrial.

No Rio Grande do Sul, o avanço econômico mencionado foi acompanhado pela reestruturação logística de rodovias, o êxodo rural e sua conseqüente urbanização. A migração campo-cidade e o aumento populacional nos centros urbanos demandaram novos serviços e maior consumo (principalmente de produtos manufaturados).

Entre os anos de 1940 e 1950, com a expansão das cidades gaúchas, houve várias transformações, como a ampliação da extensão da cidade para o cais de Navegantes, melhorando o suporte portuário de Porto Alegre, a construção da Ponte do rio Guaíba e a estruturação do sistema rodoviário, uma vez que a produção gaúcha dependia apenas da navegação por cabotagem (DACANAL; GONZAGA, 1979). Além da construção de estradas, entre elas a Estrada da Produção, construída por Leonel Brizola, que visou auxiliar o trecho entre o Planalto e a Região Metropolitana para o escoamento da produção agrícola (PESAVENTO, 2014), a capital gaúcha cresceu, se modernizou e se verticalizou através da construção de numerosos prédios, chegando a ser comparada com os grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro.

A expansão que aconteceu em Porto Alegre, produto do avanço econômico do Rio Grande do Sul, foi ao compasso do crescimento das indústrias, fortalecendo o aparelho logístico do estado, que necessitou acompanhar essa industrialização da época. Especificamente quanto à produção e escoamento de grãos, a logística teve papel fundamental, auxiliando produtores agrícolas na cadeia de suprimentos até o

consumidor, transitando entre empresas intermediárias e indústrias antes da conclusão e disponibilidade do produto final no mercado.

Assim, destacou-se, nesse estudo, a importância da Bagergs para o desenvolvimento do estado durante esse período de transformação da economia gaúcha, uma vez que ela representava uma empresa intermediária que recebia as safras de produtores e, por meio do sistema logístico, possibilitava a industrialização final destes bens. Ressalta-se, também, a relevância do aparelho logístico para a constituição e permanência da Bagergs no mercado, sendo que sua ausência impediria as atividades econômicas da empresa, que dependia da logística para receber e enviar as *commodities* de dentro do estado e para além dele. Paralelamente, com as políticas econômicas implementadas durante o Estado Novo, foi possível que o Rio Grande do Sul desenvolvesse o sistema industrial e logístico, permitindo a entrada de empresas intermediárias, que auxiliaram nesse processo, como foi o caso da própria Bagergs.

Diante de tudo isso, percebeu-se que as atividades da empresa atreladas ao circuito econômico e produtivo do estado integram o que hoje se conceitualiza como patrimônio industrial, onde a importância e a contribuição dessas empresas intermediárias para a sociedade necessitam ser lembradas e divulgadas, de forma a conservar sua identidade social, evitando que suas memórias sejam apagadas. Memórias, essas, que formam parte dos mundos do trabalho, referindo-se ao legado produtivo, ou seja, representam o patrimônio industrial do estado. Como bem aborda a Carta de Sevilla, de 2018, a manutenção e a conservação do patrimônio industrial são partes essenciais da memória coletiva. Além disso, Meneguello (2021, p. 93) concorda quando traz que “a memória edificada ou não, pode se transformar em patrimônio industrial”, ou seja, o patrimônio não pode ser tratado como algo morto, mas que está em processo e que deve ser devolvido à sociedade valorizando sua herança memorial.

Este estudo também reforçou que o próprio Banco Banrisul entendia a empresa como uma das grandes iniciativas que impactariam, positivamente, na expansão da economia gaúcha, possibilitando maior fluidez ao setor. Mostrou que a primeira grande mudança ocorreu quando este se tornou o sócio majoritário, em 1961, ressignificando as diretrizes da empresa, renovando as cadeiras da alta Direção e aproximando a instituição do governo estadual, como evidenciou a Ata de Assembleia de 1961. Percebeu-se, então, que esse fato influenciou a identidade da Bagergs e que



a preocupação do Banco foi desenhá-la para servir ao estado. Neste sentido, é importante salientar que a entrada da Bagergs ao Grupo Financeiro Banrisul foi fundamental para que a empresa se mantivesse ativa no mercado ao longo dos anos. Observou-se que, se a empresa não fosse incorporada ao Grupo Banrisul, talvez não alcançasse o porte em que se encontra hoje.

Quanto às fontes secundárias apresentadas nesse estudo, muitas das vezes estas foram ao encontro do que as Atas de Assembleia mostraram ao longo dos anos, fortalecendo a importância da empresa, principalmente quando ela expandiu seus serviços para os municípios de Canoas, Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão, mas também mostrou, em 2003 e 2004, mais precisamente, quando a empresa perdeu os licenciamentos permissionários para atuar nas fronteiras, fatos, estes, que, de certa forma, se silenciaram nas Atas.

Houve o registro, via Ata de Assembleia, da saída da Bagergs nas três localidades (Uruguaiana, Santana do Livramento e Jaguarão), porém não ocorreu o aprofundamento do tema, não deixando claro os impactos negativos e os motivos que a levou a tais feitos. Contudo, o jornal Correio do Povo publicou na mídia algumas notas que transpareceram o momento crítico vivenciado na época. O impresso comunicou sobre a insatisfação e a investigação do Tribunal de Contas do Estado com relação à perda das concessões, causando uma imagem negativa da empresa perante a sociedade. Apesar disso, novos agentes fortaleceram a atual identidade da empresa, a exemplo de órgãos fiscais e outras organizações presentes no seu complexo estrutural, no município de Canoas, desde 2004.

Notou-se, também, um distanciamento dos interesses do estado em relação à Bagergs. Mesmo quando o ex-vice-governador, Vicente Bogo, assumiu o cargo de Diretor-Presidente da empresa, em 2007, o cenário não mudou, ou seja, a Bagergs continuou “invisível” para o estado e totalmente dependente do Grupo Financeiro Banrisul, lembrando a fala de Ricoeur (2007), quando diz que a insuficiência de memória também representa alguma coisa e de Candau (2021), quando nos remete ao conceito de esquecimento, ao qual os membros de uma sociedade podem escolher o que esquecer.

Em suma, essa pesquisa certamente identificou as contribuições da empresa para o estado a partir da sua constituição na década de 1950, mas, sobretudo, tornou público o fato de que a Bagergs de hoje em quase nada se parece com a Armasul de 1953, embora ambas estejam, ainda, dentro do mesmo setor logístico. A relação das

memórias coletiva e empresarial da primeira (Bagergs) se reescrevem em comparação às da segunda (Armasul), percebendo-se uma ruptura temporal, influenciada por ações exercidas pelo grupo (CANDAU, 2021), notando-se, agora, uma outra instituição, com diferentes conceitos e objetivos, mas de também importância e relevância para a sociedade, uma vez que incorpora, atualmente, o papel do único porto seco da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Por fim, essa investigação se vincula ao Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais porque revisitou importantes memórias coletiva e empresarial da Bagergs, ora fortalecidas por uma necessidade do estado como um todo, ora enfraquecidas pelo esquecimento deste mesmo. Desta forma, a pesquisa se debruçou, principalmente, nos conceitos de memória social, memória empresarial e patrimônio industrial, contribuindo para o entendimento da trajetória dos serviços logísticos no Rio Grande do Sul a partir do olhar deste e da empresa, possibilitando, ainda, novas abordagens e temáticas de estudo a partir da pesquisa estruturada nesta Dissertação.

## REFERÊNCIAS

- ACROBAT. Adobe. **O que é PDF?** Disponível em: <https://www.adobe.com/br/acrobat/about-adobe-pdf.html>. Acesso em: 19 set. 2021.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2010.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas/SP: Unicamp, 2011.
- BAGERGS. **Apresentação Institucional.** Disponível em: <http://www.bagergs.com.br/bmj/link/sitev2/Default.asp?Modulo=Institucional&Page=ApresentacaoInstitucional>. Acesso em: 1 jun. 2019.
- BANCO DO R. G. DO SUL. **Relatório da Administração.** Porto Alegre: Livraria Selbach, 1953-1956.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROS, José Márcio. Cultura, memória e identidade. **Cadernos De História**, Belo Horizonte, v. 4, n. 5, p. 31-36, dez. 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2021.
- CANVA. Disponível em: <https://www.canva.com/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CENTRO DE ESTUDIOS ANDALUCES. **Presentación de la Carta de Sevilla de Patrimonio Industrial**, 2018. Disponível em: <https://www.centrodeestudiosandaluces.es/noticias/presentacion-de-la-carta-de-sevilla-de-patrimonio-industrial>. Acesso em: 14 out. 2021.
- CONTEÚDO JURÍDICO. **Warrant e Conhecimento de Depósito:** dois títulos de crédito irmãos e bem sugestivos. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/28401/warrant-e-conhecimento-de-deposito-dois-titulos-de-credito-irmaos-e-bem-sugestivos>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- CORDEIRO, José Manuel Morais Lopes. Desindustrialização e Salvaguarda do Patrimônio Industrial: Problema ou Oportunidade? **Oculum Ensaio**, nº 13, Jan/jun 2011.
- CORREIO DO POVO. **Acervo digital.** Disponível em: <https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>. Acesso em: 21 out. 2021

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

DORNIER, Philippe-Pierre *et al.* **Logística e operações globais: textos e casos**. São Paulo: Atlas, 2000.

DUBOIS, Philippe. **O Ato fotográfico e outros ensaios**. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

EMATER/RS - ASCAR. **Série Histórica**. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/servicos/serie-historica.php#.YUy9GbKjIV>. Acesso em: 23 set. 2021.

FABRIS, Annateresa. Capítulo: discutindo a imagem fotográfica. **Domínios da imagem**, Londrina, v. i, n. 1, p. 39, nov. 2007.

FELDMAN, Regina M.; FELDMAN, Steven P. What Links the Chain: An Essay on Organizational Remembering as Practice. **Organization.**, v. 13, n. 6, p. 861-887, 2006.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Revista Museologia & Patrimônio**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/File/43/23>. Acesso em: 28 set. 2021.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo Folha**. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/busca.do?keyword=cagergs&periododesc=&por=Por+Dia&startDate=&endDate=&days=&month=&year=&jornais=>. Acesso em: 21 out. 2021.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 anos de economia gaúcha: a agricultura do Rio Grande do Sul**. 2. ed. Porto Alegre, 1982.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1968.

GAÚCHAZH. **SC atende solicitação do Mercado Livre e deve ficar com centro de distribuição que viria para Gravataí**. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2020/06/sc-atende-solicitacao-do-mercado-livre-e-deve-ficar-com-centro-de-distribuicao-que-iria-para-gravatai-ckbtvmv6f00ih01621cl9d69k.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

GAÚCHAZH. **Da terra para o asfalto: safra recorde de soja vai irrigar economia no interior do RS**. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/campo-e-lavoura/noticia/2021/04/da-terra-para-o-asfalto-safra-recorde-de-soja-vai-irrigar-economia-no-interior-do-rs-cknad5e89002c01987kvmmmtm.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

GAÚCHAZH. **Ford aceita pagar R\$ 216 milhões ao RS e encerra briga judicial de 16 anos**. 2016. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2016/11/ford-aceita-pagar-r-216-milhoes-ao-rs-e-encerra-briga-judicial-de-16-anos-8468075.html>. Acesso em: 15 out. 2021.

GERTZ, René. **República: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>. Acesso em: 29 maio 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JUSBRAZIL. [Modelo] **Ata de assembleia geral de constituição de associação**. Disponível em: <https://jusbrasilmodelos.jusbrasil.com.br/modelos-pecas/783007516/modelo-ata-de-assembleia-geral-de-constituicao-de-associao#:~:text=A%20ata%20de%20assembleia%20geral,a%20cria%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20associa%C3%A7%C3%A3o.&text=Reunir%20a%20Assembl%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,e%20local%20indicados%20no%20edital>. Acesso em: 18 nov. 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. 3. ed. ampl. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

LOPEZ, J. M. C., & GAMA, M. **Comércio exterior competitivo**. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras. 2010.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. jan.-jun. 2005.

MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL. **Relação dos Termos de Posse - Governadores (ordem cronológica)**. Disponível em: <http://www2.al.rs.gov.br/memorial/PesquisasHist%C3%B3ricas/TermosdePossedosGovernadores/tabid/3588/Default.aspx>. Acesso em: 19 set. 2021.

MENEGUELLO, Cristina; ROMERO, Eduardo. OKSMAN, Silvio. **Patrimônio industrial na atualidade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. Disponível em:

[https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/documentos/livro\\_4.pdf](https://ticcihbrasil.com.br/wp-content/documentos/livro_4.pdf). Acesso em: 14 out. 2021.

MENEGUELLO, Cristina; RUBINO, Silvana B. Preservação do patrimônio industrial no Brasil. **Oculum Ensaios**, v. 1, p. 125-132, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/3517/351732195010.pdf>. Acesso em: 29 set. 2021.

MODELO SIMPLES. **Modelo de Ata da Reunião do Conselho de Administração**. Disponível em: <https://www.modelosimples.com.br/modelo-de-ata-da-reuniao-do-conselho-de-administracao.html>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

MUDROVICIC, Maria Inés. Por que Clio retornou a Mnemosine? *In*: AZEVEDO, Cecilia *et al.* (org.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, p. 101-116.

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Grande Sul, 1998.

NASSAR, Paulo *et al.* **Memória de Empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

PESAVENTO, Sandra. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2 n.3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v.5 n.10, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIO GRANDE DO SUL, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do. História do Rio Grande do Sul - **Turma 2020B**. Curso de Extensão. 60 horas. Concluído em 20 set 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 9.047, de 8 de fevereiro de 1990**. Autoriza o Poder Executivo a proceder à liquidação da Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros de Uruguaiana S.A. - AGEUSA. Disponível em: [http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid\\_Tipo=TEXTO&Hid\\_TodasNormas=1773&hTexto=&Hid\\_IDNorma=18198](http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=1773&hTexto=&Hid_IDNorma=18198). Acesso em: 25 jun. 2021.

ROCHA, P. C. A. **Logística & Aduana**. 4. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2013.

SAJ ADV. **Direito Empresarial**: a diferença entre contrato social e estatuto social. Disponível em: <https://blog.sajadv.com.br/diferenca-contrato-social-estatuto-social/#:~:text=O%20estatuto%20social%2C%20por%20exemplo,sociedades%20simples%2C%20por%20exemplo>). Acesso em: 18 nov. 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. **The Theory of Economic Development**. Oxford: Oxford University Press, 1961.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Manual de Entrepósito Aduaneiro**. Disponível em: [https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/entreposto-aduaneiro](https://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira/manuais/entrepосто-aduaneiro). Acesso em: 24 jun. 2021.

SILVA, Francisco S. Barbosa da. O livro de mesa como dispositivo de reconhecimento sociocultural. **Revista FAMECOS**: mídia, cultura e tecnologia [em linha], v. 22, n. 3, p.198-214, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550202011>. Acesso em: 30 maio 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues; FEDOZZI, Luciano Joel. Porto Alegre e sua região metropolitana no contexto das contradições da metropolização brasileira contemporânea. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, nº 42, p. 162-197, mai/ago 2016.

TICCIH Brasil. **Cartas Patrimoniais**: Carta de Nizhny Tagil. 2003. Disponível em: <https://ticcihbrasil.com.br/cartas/carta-de-nizhny-tagil-sobre-o-patrimonio-industrial/>. Acesso em: 28 set. 2021.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. *In*: NASSAR, Paulo (org.). **Memória de empresa**: história e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações. São Paulo: Aberje, 2004. p. 23-30.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: Edições Sesc SP, 2006.

## ANEXO A - Carta de apresentação da pesquisa



Credenciamento: Portaria N° 597, de 05/05/2017 - DOU de 08/05/2017

### CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ao  
BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S/A

A/C Sr. Zilmirino Jacedir Tartari  
Diretor Superintendente

Na condição de Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais desta Universidade La Salle (Unilasalle), indico Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves (aluna especial) do curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Memória Social e Bens Culturais da Universidade La Salle, com projeto de pesquisa intitulado “**Memorial Bagergs**”, e solicito autorização de acesso PARA QUE POSSA REALIZAR A PESQUISA, com vistas à elaboração de seu projeto de DISSERTAÇÃO.

Para qualquer esclarecimento que se faça necessário sobre a visita e o trabalho a ser desenvolvido, peço a gentileza de entrar em contato com o professor Moisés Waismann, tutor da acadêmica, pelo telefone (51) 3476-8687 ou através da Secretaria do Programa no telefone (51) 3476-8717.

Atenciosamente,

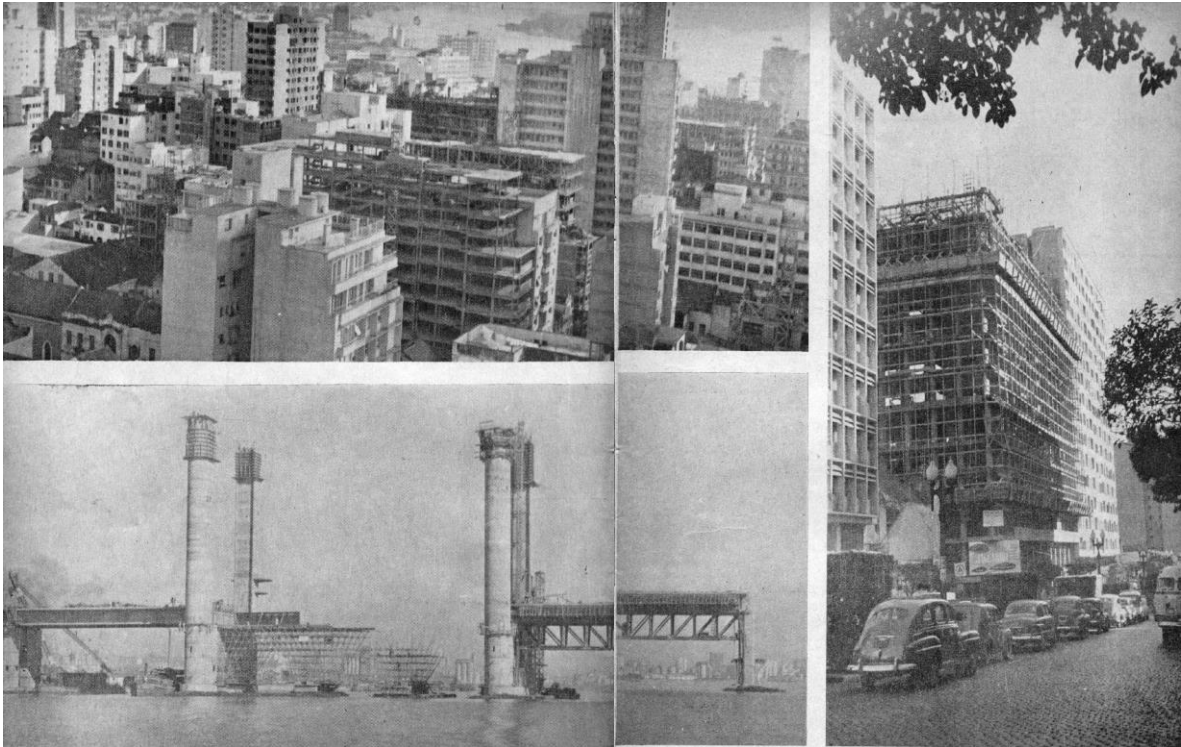
Canoas, 29 de maio de 2019.

Cleusa Maria Gomes Graebin  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em  
Memória Social e Bens Culturais

Acadêmica Claudiâni Guimarães Vargas Gonçalves  
Rua Profª Sílvia Sieben Meotti, 84  
Canoas / RS  
CEP 92420-236







Em cima, um aspecto da quantidade de edificações no centro da cidade. Abaixo, o trecho da ponte que contará com o vão móvel. Ali subirá pelos pilares

São muitos os edifícios que crescem, mas pouco o conforto para a população.

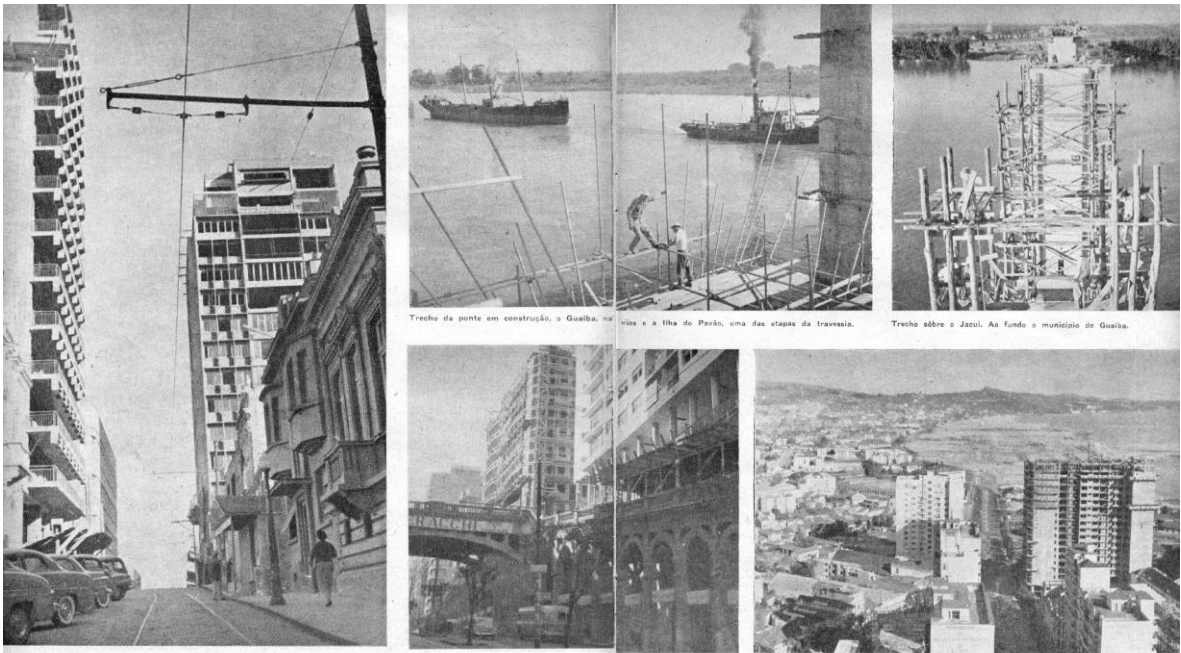
## Pôrto Alegre, 1958 - recorde brasileiro de construções

12

**P**ôrto Alegre, cidade situada às margens do rio Guaíba, é capital do Estado que há se constituiu uma república independente, no século passado, durante a Revolução Farroupilha. Sua população, que tem crescido consideravelmente, já ultrapassou meio milhão de habitantes. Dados estatísticos nos dão mostras de que Pôrto Alegre tem aspectos singulares ante outras capitais brasileiras. Dos seus moradores com mais de dez anos, o exclusivo, de do sexo feminino, 14,9% dedi-

cam-se a atividades econômicas, 13,7% a atividades escolares e domésticas não remuneradas e apenas 12,6% se encontram inativos. Ao mesmo tempo o índice de alfabetização é dos mais elevados no país: 74,7%.  
Tais outros aspectos fazem de Pôrto Alegre atualmente, uma cidade com características, inusitadas dentro do Brasil.  
1.º — O índice de construções civis é impressionante.

13



A cidade em três etapas: casa antiga, edifício em obras e um concluído.

Sobre o viaduto, os maiores blocos das ruas

As edificações da cidade

O atêrro da Avenida Beira-Rio, está área formará um novo bairro na cidade.

## O rio Guaíba dará à capital 320 hectares de terra

14

nação, fazendo com que sua zona central mude de feição quase que semanalmente. Chegam a ser construídos dez prédios por dia.  
2.º — A urbanização da Avenida Beira-Rio, com o atêrro do Guaíba dignificará a área central de Pôrto Alegre com a criação do Bairro Apertado.  
3.º — A travessia a Ilha do Guaíba, é uma das maiores obras no gênero, da América do Sul e resultará numa enorme economia para todo o Estado.

Vamos separadamente apreciar cada um desses aspectos.

### AS CONSTRUÇÕES

Uma verdadeira febre de construções se apodera de Pôrto Alegre nos últimos anos, e os "cangas" construtores tem tido seu campo de ação principalmente na área

15



para os melhores coquetéis -

# CINZANO

BRANCO SECO



DRY

VERMOUTH CINZANO CO.



o incomparável

# GIN GILBEY

Quem tem CINZANO em casa, recebe melhor os amigos!

Recuse imitações... não se deixe confundir... exija Vermute CINZANO

100 ANOS DE TRADIÇÃO!

# CINZANO

16

PORTO ALEGRE... cont.

central, que recebe diariamente uma quantidade enorme de edifícios. Essa fase começou de 1888 aos dias atuais, num crescimento impressionante até atingir a dez prédios diários. Em 1907 a Diretoria de Edificações do Município aprovou projetos para 1.668 prédios de alvenaria e 1.852 de madeira abrangendo uma área de 700.000 m<sup>2</sup> e 82.000 m<sup>2</sup> respectivamente. Este surto edificatório cria inúmeros problemas urbanísticos, porque o centro da metrópole tem sido tomado de assalto, sem que hajam leis reguladoras para construções. Mas isso já é assunto para outra reportagem... Em números relativos, Porto Alegre supera São Paulo, a cidade que não pode parar — ao índice de construções, e vai se justando com Rio de Janeiro e a própria São Paulo, como cidades gigantes em edificações, com blocos quase que uns de concreto e ferro.

AVENIDA BEIRA-RIO

Porto Alegre não se contentou em crescer só para o céu. A antiga ideia da urbanização da Avenida Beira-Rio, agora em pleno andamento, fará com que a cidade cresça uma área de 2.180.488 m<sup>2</sup> tomada do rio Guaíba. Neste espaço, 127 hectares, será criado futuramente o Bairro Açorianos, que propiciará o descongestionamento do centro de Porto Alegre, pois irá quase duplicar esta área. Serão reservados na Avenida Beira-Rio espaços para armazéns, campos de esporte, estabelecimentos assistenciais, escolas, serviços públicos, fora a área para edificações particulares, em sistema de lotamentos.

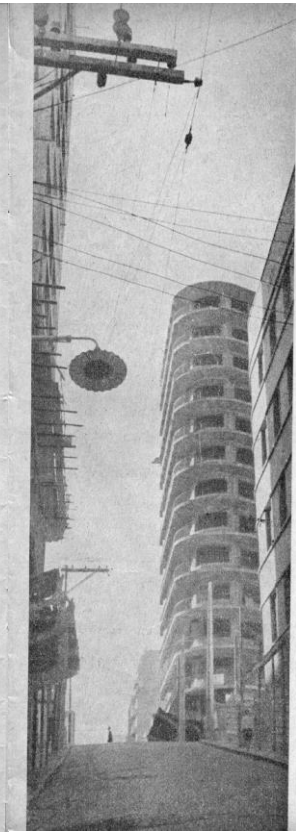
A TRAVESSIA A SECO DO GUAÍBA

Uma obra grandiosa vai contornar a dificuldade que a natureza criou para o Rio Grande do Sul. A obra é uma série de pontes e viadutos que fará a ligação a seco de Porto Alegre com a parte sul do Estado. A dificuldade é uma barreira fluvial entre o norte e o sul, pois as águas que banham a cidade são o grande obstáculo que biparte a geografia do Estado, impedindo o seu desenvolvimento das atividades produtivas. A travessia, enquanto a ponte não está concluída, vai sendo feita pelas barcas do DAREL, que partem de Vila Assunção à vizinha cidade de Guaíba. Fazem-na cinco barcos, e transportam uma média diária de 800 veículos e mais de 1.000 pessoas. Este precário serviço ocasiona muitos vícios através de dias para as cargas, o que é sinônimo de prejuízos incalculáveis.

A obra, atualmente em estado subutilizado e em vésperas de conclusão, garantirá a continuidade e a interligação das rodovias federais BR2 (Aguaripe-Pelotas-Porto Alegre-Caxias-Curitiba-São Paulo), BR7 (Uruguaiana-Porto Alegre) e BR99 (Porto Alegre-Caxias-Tórcos-Curitiba). A travessia, como já dissemos, será feita por uma série de pontes e viadutos, partindo o eixo da Rua Sereno (Porto Alegre) até o município de Guaíba, estando compreendido um trecho rodoviário e outro urbano. No primeiro haverá uma ponte e um viaduto sobre o rio Jacu, uma ponte sobre o canal Furtado Grande, uma ponte sobre o Saco do Alemão e uma ponte sobre o rio Guaíba, com um viaduto para permitir a passagem de navios de grande calado. Conseqüentemente, chama-se a isso tudo de Travessia a Seco do Guaíba. Já no trecho urbano será construída a Avenida Eliseu, paralela ao novo Cam. que partirá da altura da Rua Condeúdo (Porto Alegre) e irá ao início da ponte, onde um tivo de estradas dará acesso à travessia.

CONCLUINDO

Um aspecto interessante dessas obras convém ser salientado. O Rio Grande do Sul está em vésperas de eleições, e as duas correntes que disputam a sucessão estadual estão atualmente nas governos estaduais e municipal. A Avenida Beira-Rio tem sido bandeira de luta da força política que está no governo do município e a ponte, a mesma coisa do governo estadual. O ritmo das obras aumenta à medida que mais se aproximam as eleições, (querem ambas as forças mostrar maior ação até o pleito). A ponte, está mesmo sendo prometida para entrega ao tráfego no dia 20 de setembro deste ano. Em suma, com isso que já é o Estado, que vê duas grandes obras serem aceleradas como bem merecem. Quanto à construção, o aumento vertiginoso nada tem de inflacionária política, mas é simplesmente a ação de capital particular, pois com a devaluação constante do cruzeiro, o negócio mais rentável e seguro ainda continua sendo o imobiliário.



É na cozinha que se prova o valor do

# aluminio Panex



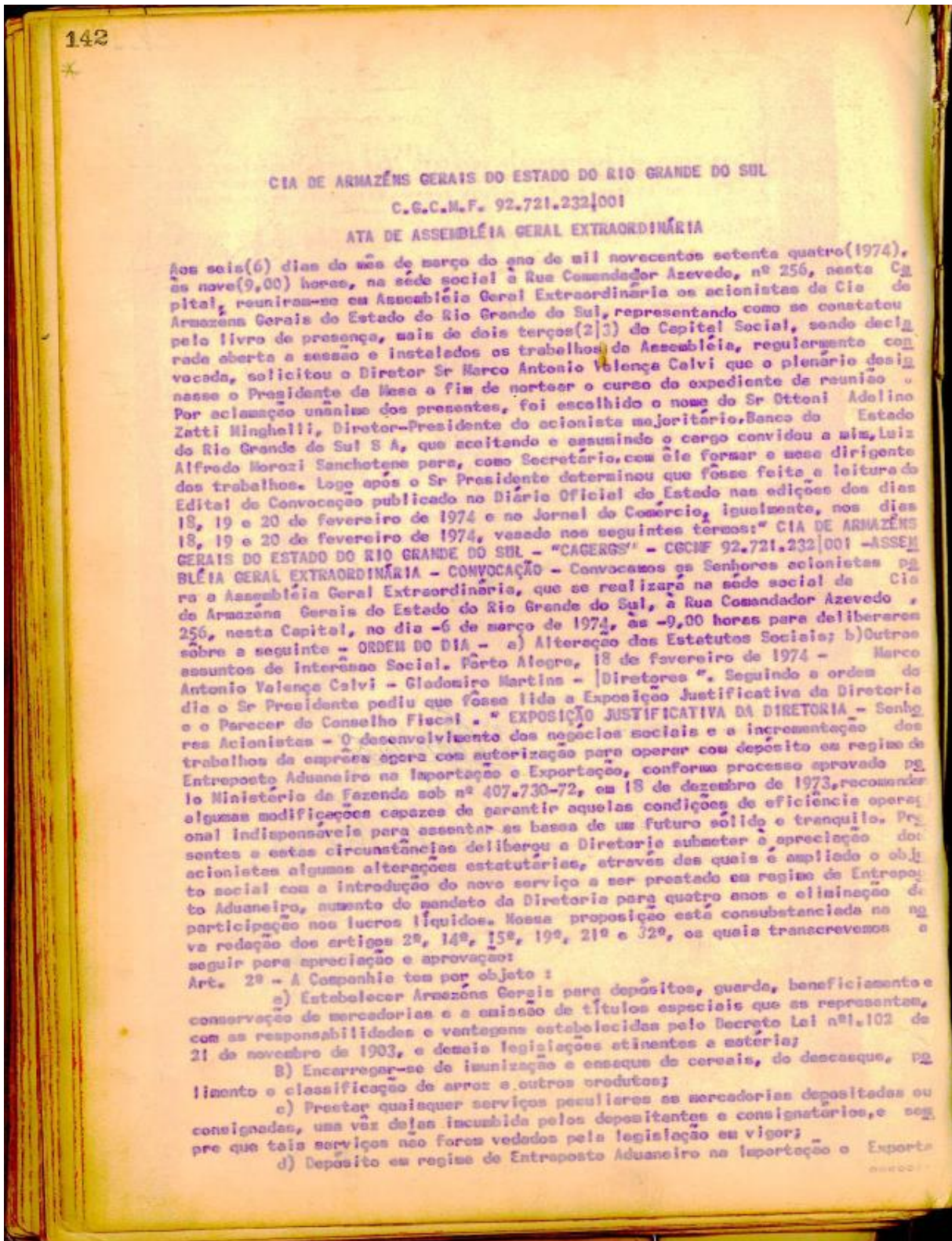
Praticos, resistentes, indelévels... os metais PANEX, sempre como novos!

As donas de casa de todo o Brasil preferem PANEX!

Panex - o 1º nome em alumínio!

17

**ANEXO C - Declaração da nova atividade para atuar como entreposto  
aduaneiro, conforme descreve as páginas 142 e 143 da Ata de Assembleia de 6  
de março de 1974**





\*\*\*\*\*

ção, compreendendo até último, inclusive, o Fôlego Aduaneiro Extraordinário de Exportação.

Art. 14º - A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de dois (2) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos por Assembleia Geral, em mandato de quatro (4) anos, podendo ser reeleitos.

Art. 15º - Os Diretores serão substituídos por suplentes em número de três (3) eleitos pela Assembleia Geral, pelo prazo de quatro (4) anos;

Parágrafo único: Em caso de vago do cargo de Diretor, a Diretoria designará o suplente, para o respectivo provimento até a Assembleia, que se seguir, quando, então, se elegerá o novo Diretor, para completar o tempo do mandato do substituído.

Art. 19º - Nos casos de ausência ou impedimentos temporários de um dos Diretores o outro acumulará as funções.

Art. 21º - Cada membro da Diretoria perceberá a remuneração que for fixada na Assembleia Geral.

Art. 32º - Levantado o balanço da acção, com as prescrições legais e feitas as necessárias amortizações, do lucro líquido deduzido:

- a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal;
- b) A soma necessária para o pagamento de um dividendo mínimo de 6% (seis por cento) sobre o Capital realizado;
- c) 5 e 10% (cinco e dez por cento), à critério da Diretoria para o Fundo de Reserva Especial.

Parágrafo primeiro: O saldo que ficar, depois das deduções será posto à disposição da Assembleia Geral, para a destinação julgada conveniente, conforme o proposto pela Diretoria. Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1974 Marco Antonio Valença Galvi - Glodomiro Martins - Diretores " - " PARECER DO CONSELHO FISCAL - Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cia. de Armas Gerais do Estado do Rio Grande do Sul, examinamos a Exposição Justificativa da Diretoria propondo a alteração dos Estatutos Sociais, chegamos a conclusão após apreciação os vários motivos determinantes que o nosso parecer é recomendar a sua aprovação pelos acionistas. Porto Alegre, 18 de fevereiro de 1974 - Dr Marcelo Marques Negalhões - Dr Clóvis Raimundo Bastos Piccoli - Dr Luiz Magrinelli. " - Terminada a leitura disse o Sr Presidente que o assunto estava em livre debate pelo plenário. Como ninguém se manifestou colocou logo a seguir em votação as alterações estatutárias na forma proposta pela Diretoria. Se aprovada a Proposição, a redação dos Artigos 2º, 14º, 15º, 19º, 21º e 32º, passariam a ser os constantes da Proposta Justificativa já anteriormente conhecida e transcrita. Posta em votação a matéria verificou-se ter sido aprovada por unanimidade. A seguir o Sr Presidente informou que o 2º item da Ordem do Dia referia-se a assunto de interesse geral e deixava a iniciativa dos acionistas presentes a apresentação de qualquer tema, como ninguém se manifestasse o Sr Presidente deu por encerrada a sessão mandando que

\*\*\*\*\*

\*\*\*\*\*











ANEXO G - Página do Diário de Notícias de Porto Alegre, número 296, em 1961, quando o impresso comunicou uma nota sobre o controle do Armazéns Gerais pelo sócio majoritário: Banrisul

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

1961 ANO XXXVI PORTO ALEGRE, SÁBADO, 25 DE FEVEREIRO DE 1961 Nº 296

BR-37 E FERROVIA CAÍ-P. FUNDO NESTE GOVERNO

Corte de 25 por cento no orçamento do Ministério da Viação — Plano de Obras para este ano prevê três grupos de obras: prioridade 1, 2 e 3 — Três bilhões serão empregados este ano no RGS — Clóvis Pestana estará, hoje, em Pelotas para debater os problemas da "Boizada Sul-rio-grandense"



Clóvis Pestana, hoje em Pelotas, debaterá os problemas da "Boizada Sul-rio-grandense".

Uma comissão de cinco membros do Conselho de Administração do Ministério da Viação, sob a presidência de Clóvis Pestana, ministro da Viação, reuniu-se hoje em Pelotas para debater os problemas da "Boizada Sul-rio-grandense".

As obras previstas no plano de obras para este ano serão divididas em três grupos de prioridade: 1, 2 e 3. O grupo 1, de maior importância, compreende as obras de manutenção e conservação das linhas ferroviárias.

JÂNIO ORDENA REVER A POLÍTICA BRASIL-ÁFRICA

Grupo de trabalho preparará a representação diplomática nos novos estados africanos — Exame global das relações entre o nosso país e a Alemanha Ocidental — Recomendações ao Hamarati



Cartão de humor preparado para o encontro com Jânio em Caracas.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — A política brasileira na África vai ser revista em todos os seus aspectos, e um grupo de trabalho será constituído para preparar a representação diplomática do Brasil em novos Estados africanos recentemente surgidos.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O presidente Jânio Quadros decidiu hoje revisar a política brasileira em relação à Alemanha Ocidental.

Festivamente coroadada a Rainha da Festa da Uva

Detalhes do programa oficial do presidente Jânio Quadros — Jantar a JQ será íntimo — Instruções para a imprensa — Associados recebem homenagem — Transmissão da TV

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — Helvete Lulu, 18 anos, foi coroada hoje Rainha da Festa da Uva de 1961, na noite de ontem, no salão de festas do Hotel Itália.

CANJÃO DO SUL, 24 (Notícias) — A Prefeitura Municipal de Canjão do Sul, no Rio Grande do Sul, realizou hoje o tradicional concurso de beleza infantil.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O governador Leonel Brizola anunciou hoje que não se candidatará à reeleição em 1962.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O presidente Jânio Quadros recebeu hoje em seu gabinete o ministro da Educação, Carlos de Campos.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O governador Leonel Brizola anunciou hoje que não se candidatará à reeleição em 1962.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O presidente Jânio Quadros recebeu hoje em seu gabinete o ministro da Educação, Carlos de Campos.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O governador Leonel Brizola anunciou hoje que não se candidatará à reeleição em 1962.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O presidente Jânio Quadros recebeu hoje em seu gabinete o ministro da Educação, Carlos de Campos.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O governador Leonel Brizola anunciou hoje que não se candidatará à reeleição em 1962.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O presidente Jânio Quadros recebeu hoje em seu gabinete o ministro da Educação, Carlos de Campos.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O governador Leonel Brizola anunciou hoje que não se candidatará à reeleição em 1962.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O presidente Jânio Quadros recebeu hoje em seu gabinete o ministro da Educação, Carlos de Campos.

BRASÍLIA, 24 (Notícias) — O governador Leonel Brizola anunciou hoje que não se candidatará à reeleição em 1962.

Letras do Tesouro resgatadas foram incineradas: 1,8 bilhão

EDICAO DE NOJE 16 Páginas 2 CADERNOS CR\$ 5,00

ANUNCIOS ECONOMICOS

2 turnos: Comissão tenta demover JQ

## ANEXO H - Relatório da diretoria Bannrisul correspondente ao ano de 1953



- 8 -

dados gravosos, como algodão, madeiras, etc. O valor das exportações, segundo até novembro de 1953 ultrapassou o de 1952, que foi de 26,1 bilhões de cruzeiros. Houve forte queda nas importações, que, até outubro, totalizaram 20,143 bilhões de cruzeiros, contra 32,862 bilhões em igual período de 1952. Verificou-se, portanto, na balança comercial, em igual período de 1953, um saldo positivo de 3,217 bilhões, até outubro. O valor médio da tonelada exportada foi de Cr\$ 7.126,00, contra Cr\$ 6.287,00, em 52.

No tocante aos subsídios pagos aos exportadores, em confronto com os ágio arrecadados pelo Tesouro, comenta a "Comunidade Econômica" (dezembro de 53): "Tomando-se por base os ágio recebidos na Balça do Rio (novembro 53) cerca de 681 milhões de cruzeiros, podemos estimar a arrecadação global em cerca de 1,5 bilhões. Confrontando-se esta cifra com os subsídios pagos, perto de 1,2 bilhões, em novembro, resulta o saldo de aproximadamente 200 milhões de cruzeiros. Em outubro o déficit atingiu a 200 milhões."

Alguns observadores fazem previsões otimistas, com relação aos próximos meses: não se parece que a normalização dos mercados comerciais, aliada ao aumento das exportações, facultará ao Governar obter, nos meses, maior quantidade de divisas, o que permitirá apreciável aumento nas importações e, possivelmente, provocará razoável redução no valor dos ágio.

A nova economia está, ainda, na fase de adaptação às novas condições da política cambial implantada pelo Ministro Aranha. E' cedo, portanto, para dizer se todos os seus altos objetivos serão atingidos. Não devemos, porém, subestimar a convergência do trabalho a realizar e as dificuldades que precisam ser enfrentadas e vencidas. O plano é de grande profundidade e extensão, visando, precipuamente, um substancial aumento da produção, a fim de que, sem prejuízo do abastecimento do mercado interno, possamos obter, na balança comercial, saldos tão apreciáveis que nos possibilitem adquirir, no exterior, a enorme massa de equipamento e mercadorias imprescindível ao progresso do País.

A primeira etapa da nova política cambial, que a imprensa hatizou de revolucionária, foi rapidamente vencida. Quanto à segunda, destinada a transformar o atual panorama econômico, exigirá prolongado e vigoroso esforço de todos os brasileiros.

**RIO GRANDE DO SUL**

Os fatores negativos, de caráter nacional, já referidos, como as grandes dificuldades para realizar importações do exterior e a inflação monetária, refletiram-se, mais uma vez, na economia do Estado, tornando menos acelerado o ritmo de sua expansão.

Não houve, entretanto, retrocessos nem, mesmo, estagnações em qualquer dos setores de nossa variada produção rural e industrial. As safras dos principais produtos agrícolas foram abundantes, superando, na maioria dos casos, em quantidade e valor, as dos anos anteriores.

Os negócios da pecuária correram normalmente, não obstante continuem a sua rentabilidade, no tocante à criação e invenção de gado vacum, muito inferior à obtida na agricultura.

Segundo dados fornecidos pelo Instituto de Carnes, as matanças de gado bovino, para charque, frio e conservas, em 1953, atingiram 581.280 cabeças, contra 438.110, em 1952.

Quanto ao movimento da indústria, devemos dizer que foi satisfatório, não se verificando, como noutros pontos do País, diminuição

- 9 -

de horas de trabalho em virtude da falta de energia e matérias primas estrangeiras.

Conseguimos exportar, no 2.º semestre, não só em virtude das novas cotações cambiais como também da maior firmeza dos mercados de consumo, vitórias esboçadas de produtos até então chamados "gravosos", cuja retenção foi motivo de sérias preocupações. Merece destacar a venda, na sua totalidade, das 12.500 toneladas de lã, pertencentes ao Banco do Brasil, da safra de 1951, cujo destino foi o seguinte: 6.500 toneladas para o exterior e 6.000 toneladas para a indústria nacional.

Devemos consignar, também, a melhoria verificada na exportação das madeiras de pinho para o exterior, inexpressivas no 1.º semestre, e que atingiu quase 150 milhões de pés quadrados, no valor de, aproximadamente, 380 milhões de cruzeiros.

Assim, enfrentando e vencendo, dentro do possível, as dificuldades que se lhe antepuseram, a economia gaúcha deu, em 1953, mais uma prova de sua reconhecida vitalidade.

A ação dinâmica da iniciativa privada, sempre na vanguarda dos empreendimentos que visam fortalecer os vários setores da nossa economia, fez-se sentir tanto no campo como nas cidades. Merece menção especial o sucesso alcançado pelos organizadores da frota rio-grandense, que já colocaram ao serviço da nossa economia quatro navios, sendo dois em a capacidade de 800 toneladas, cada um, e dois, de fabricação sueca, com motores Diesel, cuja capacidade é de 3.500 toneladas, cada um. Acha-se em construção mais uma unidade do mesmo tipo, também adquirida na Suécia. Por outro lado, obteve completo sucesso o lançamento à subscrição pública de ações representativas do capital para a formação de novas empresas, ou ampliação das existentes, todas de alta finalidade econômico-social, tais como frigoríficos, fábricas, hotéis, cinemas, etc. Somente um consórcio de investimentos conseguiu colocar, em certo prazo, cerca de 120 milhões de cruzeiros, ultrapassando, o interesse demonstrado pelos subscritores de ações, as expectativas mais otimistas. Consta-se, lá, de oferecer um público título relativo ao capital dos "Comandos Agrícolas e Serviços de Irrigação" e dos "Armazéns Gerais", em Porto Alegre, empresas estas que, estamos certos, ocuparão lugar de relevo entre as grandes iniciativas que visam a expansão da economia gaúcha.

Devemos assinalar, dando-lhe justificado realce, a excelente situação das finanças públicas estaduais, refletindo, simultaneamente, o poder econômico do Rio Grande do Sul e a austeridade do Poder Público. A execução orçamentária vem apresentando, desde 1951, saldos apreciáveis, liquidando o Tesouro do Estado os seus compromissos com rigorosa pontualidade.

As cifras a seguir indicadas confirmam nossas afirmações:

	Receita	Despesa	Saldo
1949.....	1.681.125.108,00	1.984.895.812,00	- 303.770.704,00
1950.....	1.734.103.021,00	1.941.132.964,00	- 207.029.943,00
1951.....	2.529.755.253,00	2.413.209.816,00	+ 116.545.437,00
1952.....	2.930.809.683,00	2.716.500.000,00	+ 223.309.683,00
1953(*).....	3.176.000.000,00	3.156.000.000,00	+ 20.000.000,00

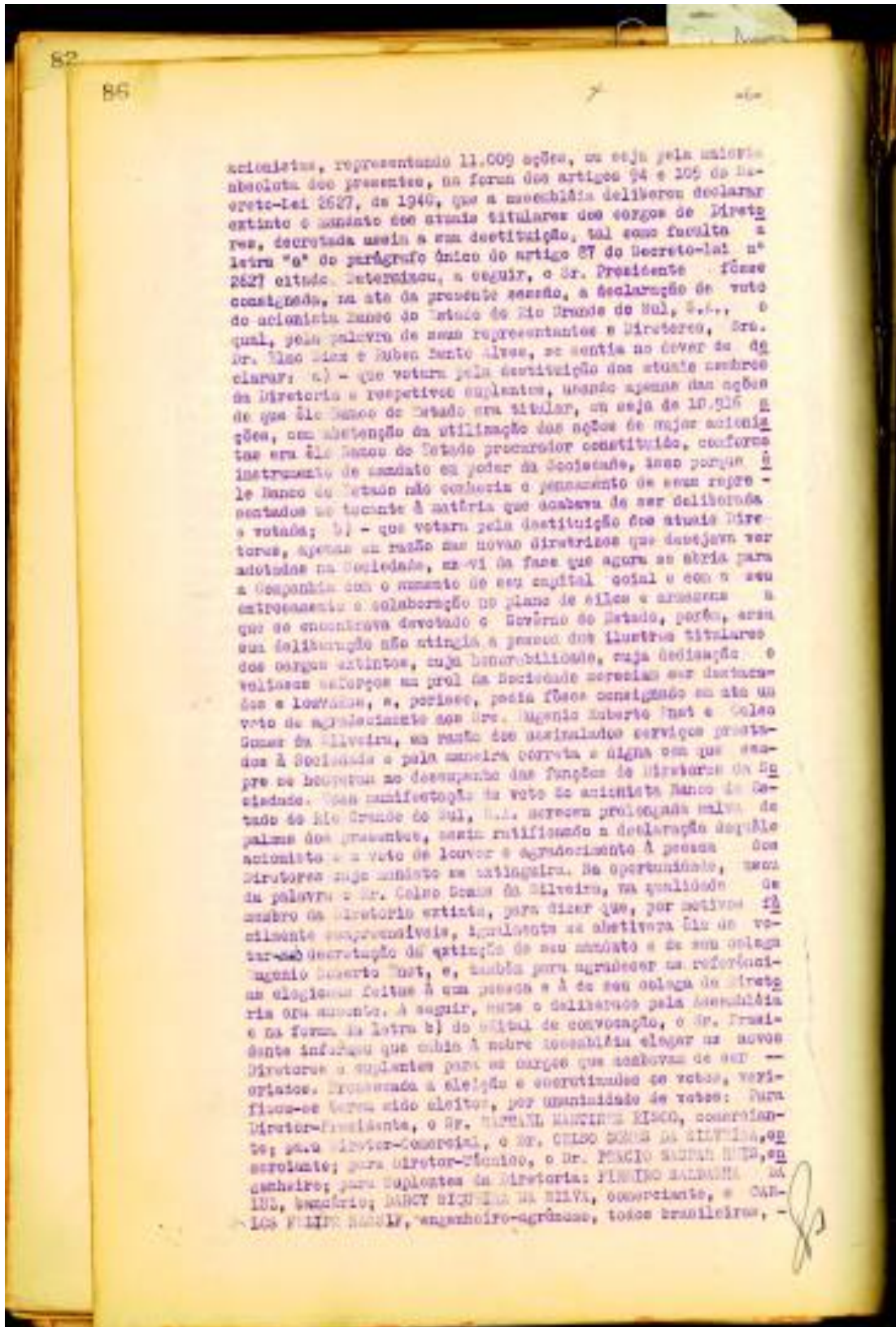
(\*) Dado sujeito à restituição.

Notável tem sido o esforço dos responsáveis pela vida econômica do Rio Grande, no sentido de introduzir nas atividades agro-pecuárias os modernos métodos da ciência e da técnica, visando um substancial aumento da produtividade.





ANEXO I – Diretores da empresa substituídos pelo Bannisul, conforme Ata de Assembleia de 6 de maio de 1961, página 86



ANEXO J – As vantagens do entreposto aduaneiro “Cagergs”. Publicação realizada pela Folha de São Paulo, em 13 de junho de 1979, seção transportes, página 22

## As vantagens do entreposto aduaneiro

O regime de entreposto aduaneiro oferece inúmeras vantagens ao importador, segundo o diretor da Companhia de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul (Cagergs) Willi Santúrio Ramos. “A mercadoria, disse, só é desembarcada após ser nacionalizada, isto é, depois de pagas todas as taxas. Em Santos não se paga nada, o mesmo ocorrendo no entreposto aduaneiro do Rio Grande do Sul que adota o mesmo sistema. A grande vantagem é que os tributos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, são suspensos por um prazo de até 3 anos, permitindo que a empresa importadora tenha tempo para procurar o comprador e só retirar o produto depois de fechado o negócio.”

Além disso, não é necessário retirar todo o lote, sendo permitido reter uma parte da remessa no entreposto aduaneiro, que é um território livre, segundo o diretor da Cagergs. Só é necessário pagar a armazenagem do entreposto, que é menos que as tarifas cobradas pelos portos.

A Cagergs e a Empresa de Armazéns Gerais de São Bernardo do Campo são as duas únicas companhias brasileiras que detêm o regime de Depósito Alfandegado Público, onde a mercadoria pode ficar depositada por um prazo máximo de 105 dias.

ANEXO K – Retificação da reportagem anterior (ANEXO J), revisando o número de empresas atuantes como entreposto aduaneiro. Publicação realizada pela Folha de São Paulo, em 17 de junho de 1979, seção opinião, página 3

### Entreposto aduaneiro

A propósito da reportagem "As vantagens do entreposto aduaneiro":

"Na edição da "Folha" de 13/6, deparamos com o artigo mencionado, com cujo conteúdo não concordamos.

"Referimo-nos ao parágrafo: "A Cagergs e a Empresa de Armazéns Gerais de São Bernardo do Campo são as duas únicas companhias brasileiras que detêm o regime de Depósito Alfandegado Público, onde a mercadoria pode ficar depositada por um prazo máximo de 105 dias."

"As duas empresas mencionadas não são as únicas empresas brasileiras permissionárias para o regime de "DAP".

"Outras empresas também são permissionárias do Entreposto Aduaneiro (EA) e Depósito Alfandegado Público (DAP), dentre elas Transportes Fink S/A, empresa brasileira que vem operando no setor desde 1978 na cidade do Rio de Janeiro (em 1978 foram entrepostados 1958 volumes com 656.452 quilos no valor de Cr\$ 371.285.418,28), cujas operações estão sendo iniciadas também em São Paulo.

"Contamos sempre com a divulgação prestada por V. Sas, no setor de navegação marítima, pois somente desta forma os importadores poderão ter conhecimento do Entreposto Aduaneiro e DAP."

Sr. Carlos Penkatis, gerente da filial da Transportes Fink (Capital, SP).



ANEXO L – Reportagem sobre empresas permissionárias de regimes aduaneiros. Publicação realizada pela Folha de São Paulo, em 10 de novembro de 1983, seção transportes, página 28

## Empresas Permissionárias de Regimes Aduaneiros (Abepra)

**GERALDO BEZERRA DE MOURA**

Um dos aspectos importantes nas transações de mercadorias destinadas à exportação é o processo de emissão do certificado de depósito aduaneiro. Recentemente o Serviço Público Federal, através de Portaria MF, instituiu o regime de depósito aduaneiro certificado, em DAP, de mercadorias destinadas à exportação. O texto do documento diz o seguinte: "Poderá ser emitido por permissionário de Depósito Alfandegado Público — DAP — relativamente a mercadorias nele recebidas em depósito, para exportação, o Certificado de Depósito Aduaneiro de Mercadoria Destinada à Exportação — Cerex. O Cerex somente será emitido após ter sido processado por completo, no próprio DAP, o despacho de exportação das mercadorias respectivas, que deverá ser feito, necessariamente, com base em Guia de Exportação. Tem-se por consumada, com a emissão do Cerex, para efeitos fiscais, a exportação de mercadorias por ele cobertas. É facultado às partes (exportador/importador) utilizarem o Cerex como instrumento de tradição da mercadoria para fins de liquidação da operação cambial respectiva. São obrigações do permissionário de DAP, com relação às mercadorias recebidas em depósito nos termos da presente Portaria: (a) Cuidar para que o seu embarque se concretize; (b) Manter escrituração adequada de modo a comprovar, a qualquer tempo, a sua efetiva exportação; (c) Responder solidariamente pelo pagamento dos impostos e pelo ressarcimento de benefícios fruídos pelo depositante com relação àquelas cuja exportação não for comprovada. Será sumariamente cassada a permissão para operar Depósitos Alfandegados Públicos a empresa que der causa ou concorrer para o desvio de mercadorias cobertas por Cerex ou por sua ação ou omissão que resulte frustrar os objetivos do regime de depósito ora instituído. A Secretaria da Receita Federal cumprirá: (a) Aprovar o modelo e as especificações do Cerex, assim como dispor sobre o número de vias e sua destinação; (b) Selecionar, se for o caso, os DAP que poderão operar nos termos da presente Portaria; (c) Baixar as normas completamente que julgar convenientes.

Ernane Galvêas. Ministro da Fazenda."

Em outubro passado, foi eleita a nova diretoria da Associação Brasileira das Empresas Permissionárias de Regimes Aduaneiros, obedecendo a seguinte composição: presidente, Gabriel Antônio Pinheiro da Cruz, Armazéns Gerais Colúmbia S/A (São Paulo); diretor-secretário, Roberto Papp, Armazéns Gerais e Entrepósitos São Bernardo do Campo S/A (Agesbec); diretor-tesoureiro, Thomas Klien, Transportes Fink S/A (Rio de Janeiro); diretor técnico, Cássio Marques, Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados (São Paulo); diretor regional, Vagner Rossi, Armazéns Gerais e Entrepósitos São Bernardo do Campo S/A (Agesbec). Conselho Fiscal, membros efetivos: Magnus Monteiro Terra, Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados (São Paulo); Marco Aurélio Pace, Transportes Pink S/A (Rio de Janeiro); Suplentes: Jorge Baptista de Castro, Armazéns Gerais Colúmbia S/A (São Paulo); Leopoldo Aizemberg Noronha, Companhia Brasileira de Entrepósitos e Comércio (Rio) Cobec; Luiz Gonzaga Ferreira, Companhia Nacional de Armazéns Gerais Alfandegados (São Paulo). Associados: Cragea — Companhia Regional de Armazéns Gerais e Entrepósitos Aduaneiros (Suzano); Banrisul Armazéns Gerais S/A (Rio Grande do Sul); Companhia de Armazéns Gerais do Estado do Rio Grande do Sul (Cagergs); Entrepósito Aduaneiro do Paraná S/A.

A Associação Brasileira das Empresas Permissionárias de Regimes Aduaneiros (Abepra), de acordo com seus estatutos, tem por finalidades: 1. Representar a classe das empresas legalmente autorizadas a funcionar como permissionárias de Regimes Aduaneiros Especiais; 2. Zelar pelo instituto jurídico dos Regimes Aduaneiros Especiais; 3. Divulgar junto às classes empresariais as vantagens e benefícios proporcionados pelos Regimes Aduaneiros Especiais; 4. Prestar assistência às associadas nos assuntos relativos a operações de comércio exterior.

GERALDO BEZERRA DE MOURA — Advogado especializado em Direito de Navegação e Transporte

**ANEXO M – Reportagem sobre a suspensão do contrato da Bagergs no Porto Seco de Uruguaiana. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 25 de setembro de 2003, seção economia, página 16**

### *Suspensão contrato da Bagergs no Porto Seco*

O desembargador federal Valdemar Capeletti, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, suspendeu ontem a liminar que determinava a manutenção do contrato feito com a empresa Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs) para concessão de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias na estação aduaneira (Porto Seco) de Uruguaiana. No dia 24 de setembro, a Bagergs ingressou com mandado de segurança na Justiça Federal de Porto Alegre objetivando a prorrogação do seu contrato, que acabava naquele dia.

A juíza plantonista, Daniela Tocchetto Cavalheiro, concedeu a liminar, considerando que a empresa poderia sofrer danos de difícil reparação frente à extinção do contrato pactuado. A Eadi Sul Terminal de Cargas recorreu ao TRF. A empresa vencera a concorrência pública para a nova concessionária para prestação daqueles serviços públicos, inclusive na aduaneira de Uruguaiana. Na decisão, Capeletti baseou-se no artigo 26 da lei 10.684/2003, que passou a vigorar depois da celebração do contrato de concessão com a Eadi Sul.



**ANEXO N – Reportagem sobre a saída da Bagergs em Livramento e Jaguarão e a permanência em Uruguiana. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 2 de outubro de 2003, seção economia, página 13**

## Bagergs salva armazém aduaneiro

**Empresa do Bannrisul perde entrepostos de Livramento e Jaguarão e consegue manter o de Uruguiana**

A Bannrisul Armazéns Gerais (Bagergs), empresa do grupo Bannrisul, negocia junto à Secretaria da Receita Federal a solução de um problema social e, ao mesmo tempo, de mercado: a manutenção do seu contrato de arrendamento da Estação Aduaneira de Uruguiana. A estação é responsável por 60% da receita da Bagergs e mantém 130 empregos diretos e indiretos, agora ameaçados devido ao risco de perda do contrato para a empresa Eadisul, vencedora da licitação iniciada no dia 31 de outubro de 2002.

No final da tarde de ontem, o Bannrisul e a Bagergs obtiveram um ponto a favor. Uma sentença liminar da Justiça garantiu a prorrogação do contrato de Uruguiana. Mas a história começou na licitação, quando a Bagergs apresentou propostas técnicas de renovação dos seus contratos aduaneiros nos entrepostos de Uruguiana, Livramento e Jaguarão por mais 10 anos. Falhas técnicas de documentação, segundo diretores do Bannrisul, fizeram a empresa perder a renovação de todos esses contratos junto à União. Mas a edição, em 10 de maio de 2003, da lei nº 10.684 autorizou a continuidade dos contratos por uma década. Os entrepostos de Livramento e Jaguarão, porém, foram perdidos, pois a renovação dos seus contratos havia expirado antes da lei, em março. Só o entreposto de Uruguiana, cujo contrato venceu nesta última quarta-feira, ficou preservado.



MIGUEL CASTANINI / CP MEMÓRIA

Aduana de Uruguiana é estratégica para interesses da Bagergs

As 10h de ontem, quando as direções do Bannrisul e da Bagergs foram assinar a renovação do contrato de Uruguiana, na superintendência da Receita Federal, em Porto Alegre, veio a surpresa. Um segundo parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – o primeiro foi pronunciado a favor da Bagergs – manifestou-se a favor da empresa Eadisul, contrariando as determinações da lei nº 10.684. A liminar reverteu a situação. Nessa disputa jurídica, a Eadisul ingressou em juízo por duas vezes tentando anular o direito de prorrogação da Bagergs, mas teve a sua pretensão indeferida pela Justiça.

**ANEXO O – Reportagem sobre o fechamento do Porto Seco de Uruguaiana.  
Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 3 de outubro de 2003, seção  
economia, página 10**

# Fechado Porto Seco de Uruguaiana

**Disputado pela Bagergs e Eadi Sul, o local se tornou caótico, com mais de mil caminhões parados**

O secretário-executivo da Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (ABTI), Samuel Nebenzahl, classificou de “inacreditável” a situação do Porto Seco Rodoviário de Uruguaiana. Com o controle administrativo disputado por duas empresas, a Bagergs e a Eadi Sul, o local teve os portões fechados na noite de quarta-feira.

Segundo o delegado da Receita Federal, Josemar Dalsochio, o fechamento considerou as recentes decisões judiciais e foi efetuado de forma a manter a normalidade do Porto. Tudo deve ser preservado, inclusive a segurança, principalmente por se tratar de patrimônio da União. Dalsochio disse ainda que na quarta foram liberados 544 caminhões, restando, no momento, 490 nos pátios, além de 45 veículos na praia da Ponte Internacional e oito no acesso ao Porto Seco, situação que deverá ser normalizada em breve.



*Porto Seco enfrenta situação inacreditável, segundo ABTI*

A equipe da Receita trabalha normalmente enquanto não há a transferência formal de administração, ou a manutenção da atual administrado-

ra, a Banrisul Armazéns Gerais. A assessoria do Banrisul em Porto Alegre informou que aguardará por decisão judicial para se manifestar.

A ABTI estima que o prejuízo com os 1.000 caminhões parados – 490 nos pátios, 53 entre a praia da Ponte e o acesso ao Porto, 200 em Paso de Los Libres aguardando para fazer a travessia e pelo menos 300 em postos de gasolina, garagens de empresas e pátios privados – chega a 170 mil dólares/dia. Nebenzahl disse que os empresários do setor estão estupefatos com os acontecimentos, lembrando que o Porto Seco de Uruguaiana é o maior da América Latina. Cobrando uma atitude da Receita Federal e, por consequência, do Ministério da Fazenda, ele salientou que não são operadores, transportadores, despachantes ou quaisquer dos agentes privados do comércio exterior que deverão agir para solucionar a questão.

**ANEXO P – Reportagem sobre a decisão de investigação do Tribunal de Contas do Estado sobre a perda da concessão do Porto Seco de Uruguaiana. Publicação realizada pelo correio do povo, em 26 de novembro de 2003, seção opinião, página 4**

---

## **PANORAMA POLÍTICO** / Armando Burd

---

### **Quer saber por quê**

*O Tribunal de Contas do Estado decidiu ontem investigar o que motivou a perda da concessão do contrato de arrendamento da Estação Aduaneira de Uruguaiana pela Barrisul Armazéns Gerais (Bagergs). A iniciativa coube ao Ministério Público Especial com base em notícia publicada no **Correio do Povo** a 25 de setembro deste ano. A licitação começou a 31 de outubro de 2002 e o resultado surpreendeu a atual diretoria, que tentou todos os recursos administrativos e jurídicos sem obter êxito. Com isso, a concessão passou a uma empresa da iniciativa privada. A estimativa é de que o faturamento do entreposto de Uruguaiana este ano iria a R\$ 6 milhões. O tribunal quer saber o que ocorreu na gestão passada e quem pagará o prejuízo.*

**ANEXO Q – Reportagem sobre a decisão de investigação do Tribunal de Contas do Estado sobre as perdas das concessões dos Portos Secos de Uruguaiana, Livramento e Jaguarão. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 20 de janeiro de 2004, seção opinião, página 4**

**Falhas** — O Tribunal de Contas do Estado realizou auditoria querendo verificar por que a Banrisul Armazéns Gerais S/A (Bagergs) teve proposta desclassificada na licitação de 2002 para gerenciar as estações aduaneiras de Uruguaiana, Livramento e Jaguarão, que representavam mais de 50% do faturamento da empresa. Foram evidenciadas falhas nos procedimentos e os responsáveis receberão intimação para prestar esclarecimentos.

**ANEXO R – Ex-vice-governador do estado do Rio Grande do Sul, Vicente Bogo, assume diretoria da Bagergs e menciona intenções durante seu mandato.**

**Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 3 de abril de 2007, seção economia, página 13**

## *Bogo assume diretoria da Bagergs*

A nova diretoria da Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs) tomou posse ontem, na sede da empresa, situada em Canoas. Foram empossados Vicente Bogo, como diretor-presidente, e Carlos Eduardo Lopes da Silva, no cargo de diretor-superintendente. Na oportunidade, o presidente do Banrisul, Fernando Lemos, agradeceu aos colaboradores, conselheiros e funcionários pelo desempenho nesses quatro anos. "É com orgulho que recebemos o ex-governador do Estado, Vicente Bogo, que tem longa ficha de serviços prestados à comunidade gaúcha", destacou Lemos.

O novo presidente da Bagergs considera o cargo um desafio. "Pretendo dar continuidade ao que estava sendo realizado e, ainda, consolidar e ampliar os resultados que produzirão benefícios à sociedade riograndense", ressaltou. A Bagergs tem 53 anos e possui a maior área para armazenamento alfandegado do Estado. Funciona como permissionária da Receita Federal para administrar o Porto Seco da região Metropolitana.



**ANEXO S – Reportagem sobre a ampliação da Bagergs no serviço alfandegado. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 19 de março de 2009, seção economia, página 10**

## Bagergs ampliará serviço alfandegado

LANE PEIFFER / DIVULGAÇÃO/CP



■ Com lucro líquido de R\$ 2,1 milhões em 2008, 173,2% maior que no ano anterior, a **Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs)** agregou o resultado financeiro ao operacional, para aumentar sua capitalização e permitir a distribuição de lucro real, explica o diretor-presidente, **Vicente Bogo**. Segundo ele, a otimização dos serviços prosseguirá este ano, com intensificação da atividade alfandegada, inclusive em operações especiais, como a P-53.

**ANEXO T – Reportagem sobre a ampliação de operações da Bagergs em Canoas. Publicação realizada pelo Correio do Povo, em 1º de abril de 2010, seção economia, página 6**

## **Banrisul Armazéns amplia as operações**

A Banrisul Armazéns Gerais (Bagergs) anunciou ontem a compra de um terreno para ampliar os negócios da empresa. A área, de três hectares, está localizada ao lado da sede da instituição, em Canoas. Inicialmente o local será utilizado para armazenagem de contêineres, segundo informou o diretor-presidente da empresa, Vicente Bogo.

O local registra, atualmente, 2 mil processos mensais de armazenagem de mercadorias destinadas à exportação e importação. A movimentação é de cerca de 40 milhões de dólares ao mês.

## APÊNDICE A - Ata de reunião gerada a partir da primeira visita à Bagergs

### ATA

#### REUNIÃO / ENTREVISTA À BAGERGS

**DIA:** 26/06/2019

**HORÁRIO:** Das 14h às 15h

**LOCAL:** Bagergs Canoas

**TEMA:** Entender a história e materiais físicos que a Bagergs já possui

**PARTICIPANTES:**

Pela Universidade Lasalle: Prof. Moisés, Acadêmica Claudiâni

Pela Bagergs: Sr. Zilmino (Diretor-Presidente), Sra Vera (Assessora)

**ASSUNTOS ABORDADOS:**

- Foram apresentadas as Atas do Conselho Administrativo, Conselho Fiscal e Conselho de Diretores desde 1953;
- Foram entregues materiais com a breve história da Bagergs, a certidão simplificada e a listagem de todos os acionistas ativos;
- Foram discutidos assuntos relacionados à Bagergs e seus serviços desde sua fundação;
- Contou-se que a fundação da Bagergs foi em Porto Alegre (possível primeiro endereço a ser confirmado: Rua Padre Diego Feijó, 479);
- Contou-se que a Bagergs começou apenas com o serviço de armazenagem e que a compra do CD em Canoas foi estratégico para o início das operações de Logística desde que o Banrisul tornou-se sócio majoritário;
- Confirmou-se que o Banrisul hoje detém 99,48% das ações;
- Confirmou-se que a Bagergs sempre foi uma empresa do tipo "sociedade anônima";
- Confirmou-se que hoje a Bagergs tem 84 colaboradores diretos e vários terceiros (não se especificou a quantidade);
- Sr. Zilmino disse que os principais fatores que influenciam os negócios da Bagergs hoje são os fatores econômicos e a taxa de câmbio;
- Soube-se que as Atas da Diretoria ocorrem uma vez ao ano, tendo o prazo máximo para abordagem no dia 30 de Abril de cada período;
- Salientou-se que todos os Livros Atas físicos estão armazenados na Secretaria da instituição;
- Foi sugerida pela Sra. Vera a verificação de documentos complementares na CVM;
- Sugeriu-se que o Livro Ata principal de estudo e abordagem será o do Conselho de Diretores;
- Sugeriu-se pelo Prof. Moisés a verificação de quais Presidentes a Bagergs teve desde 1953 até hoje, e que ainda estão vivos;
- Foi ofertado pela Universidade o envio de uma carta modelo à Bagergs para aprovação da confecção de um produto, podendo este ser um Livro Memorial.
- Foi definido que a Sra. Vera vai disponibilizar e enviar o Estatuto, os Livros Atas digitalizados e que se comprometeu em assinar a carta de solicitação de confecção de um produto acadêmico, podendo este ser um Livro;
- Foi demandado à acadêmica a confecção desta ata, o estudo e aprofundamento sobre "memória empresarial" e "desenvolvimento econômico" através da plataforma Scielo.



## APÊNDICE B - Aprovação da Bagergs quanto à pesquisa intitulada “Memorial Bagergs”, em 2019

15/06/2019

Gmail - Re: .Re: Pesquisa Bagergs - Mestrado Unilasalle



Claudiâni Vargas &lt;claudiani.vargas@gmail.com&gt;

### Re: .Re: Pesquisa Bagergs - Mestrado Unilasalle

3 mensagens

**Zilmino Jacedir Tartari** <zilmino\_tartari@bagergs.com.br> 31 de maio de 2019 10:22  
 Para: Claudiâni Vargas <claudiani.vargas@gmail.com>  
 Cc: Mauricio Ferreira <mauricio\_ferreira@bagergs.com.br>, Joao Simioni <joao\_simioni@bagergs.com.br>, Vera Bergental <vera\_bergental@bagergs.com.br>, Bruna de Castilhos Barros <bruna\_barros@bagergs.com.br>

Prezada Claudiâni,

Recebemos com satisfação, a Carta de Apresentação em questão e nos colocamos à disposição para colaborar com a pesquisa necessária ao tema do projeto "Memorial Bagergs", conforme proposto.

Atenciosamente,

Zilmino Jacedir Tartari  
 Diretor Superintendente  
 Banrisul Armazéns Gerais S.A.  
 (51) 3425.7000 - Ramal 7008

[zilmino\\_tartari@bagergs.com.br](mailto:zilmino_tartari@bagergs.com.br) <[https://correio10.banrisul:444/owa/zilmino\\_tartari@bagergs.com.br/redirect.aspx?REF=V8NNPS-TnAUbedUGGwXanI2\\_u3R--\\_k5iMS1nmLm-t7RvTSMsHTCAFodHRwczovL2NvcnJlaW8xMC5iYW5yaXN1bDo0NDQvb3dhL3JlZGlyLmFzcHg\\_UkVGPVNxZnM2WTlaSTl6U2MxcWhpY2ktS1lOaEotN3Z3Nk5FWE8xRGdMcjFjTjVjLVJjVWw2WFRDQUZ0WVdsc2RHODZlV0YxY21samFXOWZabVZ5Y21WcGNIrkFZbUZUWlhKbmN5NWpiMjB1WW5JLg..](https://correio10.banrisul:444/owa/zilmino_tartari@bagergs.com.br/redirect.aspx?REF=V8NNPS-TnAUbedUGGwXanI2_u3R--_k5iMS1nmLm-t7RvTSMsHTCAFodHRwczovL2NvcnJlaW8xMC5iYW5yaXN1bDo0NDQvb3dhL3JlZGlyLmFzcHg_UkVGPVNxZnM2WTlaSTl6U2MxcWhpY2ktS1lOaEotN3Z3Nk5FWE8xRGdMcjFjTjVjLVJjVWw2WFRDQUZ0WVdsc2RHODZlV0YxY21samFXOWZabVZ5Y21WcGNIrkFZbUZUWlhKbmN5NWpiMjB1WW5JLg..)>

De: Claudiâni Vargas <claudiani.vargas@gmail.com>  
 Enviado: quarta-feira, 29 de maio de 2019 22:07:32  
 Para: Zilmino Jacedir Tartari  
 Assunto: .Re: Pesquisa Bagergs - Mestrado Unilasalle

Olá Sr. Zilmino, boa noite!

Tudo bem?

Continuando nossa conversa, em anexo a solicitação formal para que eu possa começar minha pesquisa de Mestrado na Bagergs.

Agradeço imensamente sua assinatura e concordância para que possamos dar sequência.

Dúvidas, estou à disposição.

Um abraço!

[\[https://ipmcdn.avast.com/images/icons/icon-envelope-tick-round-orange-animated-no-repeat-v1.gif\]](https://ipmcdn.avast.com/images/icons/icon-envelope-tick-round-orange-animated-no-repeat-v1.gif) <[https://www.avast.com/sig-email?utm\\_medium=email&utm\\_source=link&utm\\_campaign=sig-email&utm\\_content=webmail](https://www.avast.com/sig-email?utm_medium=email&utm_source=link&utm_campaign=sig-email&utm_content=webmail)> Livre de vírus. [www.avast.com](https://www.avast.com) <[https://www.avast.com/sig-email?utm\\_medium=email&utm\\_source=link&utm\\_campaign=sig-email&utm\\_content=webmail](https://www.avast.com/sig-email?utm_medium=email&utm_source=link&utm_campaign=sig-email&utm_content=webmail)>.

Em qua, 15 de mai de 2019 às 23:09, Claudiâni Vargas <claudiani.vargas@gmail.com> <<mailto:claudiani.vargas@gmail.com>>> escreveu:  
 Boa noite Sr. Zilmino,

Tudo bem?

Gostaria de agradecer nosso contato na semana passada e sua receptividade em nossa conversa.

Estou muito feliz com a oportunidade de desenvolver minha pesquisa de Mestrado na Bagergs.

Dividi nossa conversa com meu Orientador e estamos confeccionando nossa solicitação formal para enviar ao Sr